

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O ESTUDANTE DO IF
GOIANO CAMPUS POSSE

FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL PARA O ESTUDANTE DO IF GOIANO
CAMPUS POSSE.**

FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO

Sob orientação da Professora

Dra. Sílvia Maria Melo Gonçalves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola, Área de concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
2024**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C355i CASTRO, FORLAN MARQUES LEMES DE , 1991-
IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL PARA O ESTUDANTE DO IF GOIANO CAMPUS
POSSE / FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO. -
Seropédica, 2024.
88 f.: il.

Orientadora: Sílvia Maria Melo Gonçalves.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2024.

1. Assistência Estudantil;. 2. Educação. 3.
Políticas Públicas. I. Gonçalves, Sílvia Maria Melo ,
1950-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 13 / 2024 - PPGEA (11.39.49)

Nº do Protocolo: 23083.012352/2024-16

Seropédica-RJ, 07 de março de 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 01/03/2024

Dra. SILVIA MARIA MELO GONCALVES - UFRRJ
Orientadora

Dr. ALLAN ROCHA DAMASCENO - UFRRJ
Membro interno

Dra. ADRIANA VASCONCELOS DA SILVA BERNARDINO - UV
Examinadora Externa à Instituição

(Assinado digitalmente em 10/03/2024 13:06)
ALLAN ROCHA DAMASCENO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 2572431

(Assinado digitalmente em 08/03/2024 02:02)
SILVIA MARIA MELO GONCALVES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)
Matrícula: 1043457

(Assinado digitalmente em 08/03/2024 01:38)
ADRIANA VASCONCELOS DA SILVA BERNARDINO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 007.350.737-75

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **13**, ano: **2024**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **07/03/2024** e o código de verificação: **067f69e432**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, Divina, pois ela sempre foi a minha maior incentivadora nos estudos e, por causa dela, cheguei até aqui. Dedico também a minha querida esposa, Elaine, por estar sempre do meu lado apoiando e incentivando nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

A princípio gostaria de agradecer ao IF Goiano por oportunizar essa possibilidade em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

À minha orientadora, professora Dra. Sílvia Maria Melo Gonçalves que dispôs do seu valioso tempo e conhecimento para contribuir e direcionar os rumos deste trabalho e possibilitar o meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico.

Aos profissionais do PPGEA/UFRRJ, em especial aos docentes que ministraram excelentes aulas que nos enriqueceram de saber nesse processo.

Aos meus colegas de turma estando juntos neste período de formação, sempre servindo de apoio e reconforto uns aos outros, deixo meu agradecimento em especial a minha colega também de trabalho, Lôise, por todo suporte e força, sempre juntos enfrentamos os desafios que surgiram.

Ao Diretor-Geral do IF Goiano Campus Posse, Frederico do Carmo, que também é egresso do PPGEA, sendo um dos provocadores para que pudesse realizar o mestrado e também todo o suporte oferecido sempre que foi preciso.

Às professoras da banca examinadora de Qualificação, Ana Cláudia e Adriana Vasconcelos, pois tiveram um olhar crítico sobre nosso projeto de pesquisa, possibilitando avanços.

Ao Coordenador do PPGEA, Bruno Bahia, por todos os momentos compartilhados com a sua farta sensibilidade e cuidado com cada um em seu caminho.

À minha esposa em especial, Elaine, que esteve sempre comigo a cada passo dessa jornada, apoiando, incentivando e me aguentando, pois sabemos que essa trajetória exige de nós dedicação e dispêndio de tempo.

E a todos que diretamente ou indiretamente estiveram envolvidos neste processo e que acreditaram, apoiaram e incentivaram para que pudesse chegar aonde cheguei, mesmo diante dos desafios postos, foi possível com muito esforço, dedicação e empenho alcançar este momento da minha vida.

RESUMO

CASTRO, Forlan Marques Lemes de. **Implicações do Programa Nacional de Assistência Estudantil para o estudante do IF Goiano Campus Posse**. 2023. 88f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2023.

Esta pesquisa trouxe como discussão a relevância do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no IF Goiano Campus Posse, tendo como objetivo geral investigar como os discentes atendidos pelo PNAES avaliam os impactos em sua vida acadêmica. Nos objetivos específicos, buscamos identificar a condição socioeconômica, assim como investigamos a satisfação e verificamos as propostas de mudanças para o Programa. Para atingirmos nossos objetivos, utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, exploratória e também bibliográfica devido ao levantamento de informações. Esta pesquisa, com referência ao PNAES no Campus Posse do IF Goiano, teve como participantes 68 estudantes, representando uma amostragem de 75,5% do público contemplado com os benefícios viabilizados pelos PNAES no ano de 2023 na Instituição. O instrumento de coleta de dados foi um questionário misto com perguntas sequencialmente dispostas acerca da temática. Como procedimento, aplicamos o questionário aos estudantes que se dispuseram a participar da pesquisa. Posteriormente, organizamos as informações obtidas em planilhas e tabelas com geração de gráficos para realização da análise dos dados. Com descrição das informações em categorias e sistematização dos conteúdos obtidos, identificamos elementos que influenciaram nos impactos da vida acadêmica dos discentes e no nível de satisfação a partir da avaliação realizada pelos estudantes sobre o PNAES. As respostas obtidas a partir da aplicação dos questionários foram categorizadas de acordo com a análise de conteúdo de Bardin. Este estudo apontou que, apesar das ações de assistência estudantil do Campus Posse necessitarem de aprimoramentos, existe uma avaliação positiva do papel do PNAES pelos estudantes durante sua trajetória acadêmica, uma vez que contribui financeiramente com as despesas que possuem, viabilizando a permanência e êxito.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Educação; Políticas Públicas.

ABSTRACT

CASTRO, Forlan Marques Lemes de. **Implications of the National Student Assistance Program for IF Goiano Campus Posse students.** 2023. 88p. Dissertation (Master's in Agricultural Education). Institute of Agronomy. Federal Rural University of Rio de Janeiro, RJ, 2023.

This research discussed the relevance of the National Student Assistance Program (PNAES) at IF Goiano Campus Posse, with the general objective of investigating how students served by PNAES evaluate the impacts on their academic life. In the specific objectives, we seek to identify the socioeconomic condition, as well as, we investigate satisfaction and verify proposed changes to the Program. To achieve our objectives, we used qualitative, exploratory and bibliographical research as a methodology due to the collection of information. This research, with reference to the PNAES at the Posse Campus of IF Goiano, had 68 students as participants, representing a sample of 75.5% of the public covered by the benefits made possible by the PNAES in the year 2023 at the Institution. The data collection instrument was a mixed questionnaire with sequentially arranged questions about the topic. As a procedure, we applied the questionnaire to students who were willing to participate in the research, later we organized the information obtained in spreadsheets and tables with generation of graphs to perform data analysis. With description of the information in categories and systematization of the content obtained, we identified elements which influenced the impacts on the students' academic life and the level of satisfaction based on the evaluation carried out by the students on the PNAES. The responses obtained from the application of the questionnaires were categorized according to Bardin's content analysis. This study pointed out that, although Campus Posse's student assistance actions need improvements, there is a positive evaluation of the role of PNAES by students during their academic career, as it contributes financially to their expenses, enabling their permanence and success.

Keywords: Student Assistance; Education; Public policy.

LISTA DE ABREVIACÕES

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BM - Banco Mundial

CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica

DAE - Departamento de Assistência ao Estudante

EAA's - Escolas de Aprendizes Artífices

EAFC - Escola Agrotécnica Federal de Ceres

FIC - Formação Inicial e Continuada

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Assistência Estudantil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IES - Instituições de Ensino Superior

IF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

IF GOIANO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNDE - Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública

TAE - Técnico Administrativo em Educação

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

UAE - Unidade de Assistência ao Educando

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNED - Unidade de Ensino Descentralizada

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada do IF Goiano Campus Posse	17
Figura 2 - Como conheceu o PNAES.....	34
Figura 3 - Qual o objetivo do Programa.....	35
Figura 4 - Acesso ao Programa	36
Figura 5 - Valor e período do benefício são suficientes (comentários).....	38
Figura 6 - O benefício contribui para que tenha um desempenho acadêmico satisfatório.....	41
Figura 7 - O benefício contribui para que você permaneça no curso.....	42
Figura 8 - O que poderia ser feito para atendimento das suas necessidades	44
Figura 9 - Substituição do Auxílio Alimentação pela oferta de alimentação gratuita.....	47
Figura 10 - O Recurso do PNAES poderia ser utilizado de outra maneira	48
Figura 11 - Proposta de mudança no Programa	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Curso dos contemplados	28
Gráfico 2 - Benefício recebido	29
Gráfico 3 - Idade.....	29
Gráfico 4 - Sexo.....	30
Gráfico 5 - Renda per capita.....	30
Gráfico 6 - Membros na família	31
Gráfico 7 - Maior nível de escolaridade na família	32
Gráfico 8 - Nível de escolaridade do principal responsável pela renda familiar.....	32
Gráfico 9 - Dificuldade de acesso ao Programa	36
Gráfico 10 - Valor e período são suficientes	37
Gráfico 11 - O benefício atende suas necessidades	39
Gráfico 12 - O prazo dos pagamentos são respeitados	40
Gráfico 13 - O PNAES diminui a desigualdade social no ambiente escolar.....	40
Gráfico 14 - O recebimento do benefício melhorou seu desempenho acadêmico	42
Gráfico 15 - Se não tivesse recebendo o benefício você teria saído do curso	43
Gráfico 16 - As exigências (frequência, rendimento escolar e disciplina) para continuar recebendo o benefício te prejudicam	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução do volume de recursos do PNAES (2008-2019) – Brasil	13
Quadro 2 - Evolução do quadro de pessoal do Campus Posse do IF Goiano (2018 - 2023) ..	18
Quadro 3 - Evolução das Matrículas e Concluintes do Campus Posse (2018 - 2023).....	18
Quadro 4 - Recursos recebidos de custeio e investimento no Campus Posse (2018 - 2022)..	18
Quadro 5 - Modalidades, vagas e períodos dos Auxílios do Campus Posse em 2023.....	21
Quadro 6 - Evolução dos recursos do PNAES no Campus Posse do IF Goiano (2015-2023)	22
Quadro 7 - Evolução dos cursos e turmas no Campus Posse do IF Goiano (2014-2023)	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Como conheceu o PNAES.....	34
Tabela 2 - Qual o objetivo do Programa.....	35
Tabela 3 - Sobre o acesso ao Programa	37
Tabela 4 - Sobre o valor e período do benefício recebido	38
Tabela 5 - O benefício contribui para que tenha um desempenho acadêmico satisfatório.....	41
Tabela 6 - O benefício contribui para que você permaneça no curso.....	43
Tabela 7 - O que poderia ser feito para atendimento das suas necessidades.....	45
Tabela 8 - Preferiria substituir o Auxílio Alimentação pela oferta de alimentação gratuita ...	47
Tabela 9 - O Recurso do PNAES poderia ser utilizado de outra maneira.....	48
Tabela 10 - Proposta de mudança no Programa	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS	4
2.1	Objetivo Geral	4
2.2	Objetivos Específicos	4
3	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL ATÉ OS DIAS ATUAIS DO PNAES - PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	5
3.1	Assistência ao Estudante, o começo das ações.....	5
3.2	Assistência Estudantil após a Constituição de 1988.....	7
3.3	Os rumos do PNAES após o golpe de 2016	11
4	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	15
4.1	Breve histórico do IF Goiano	15
4.2	Campus Posse do IF Goiano e sua história	16
4.3	A Política de Assistência Estudantil no Campus Posse do IF Goiano	19
5	MÉTODO	24
5.1	Participantes	24
5.2	Instrumento	24
5.3	Procedimentos	25
5.4	Análise dos Dados	25
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
6.1	Perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelo PNAES no IF Goiano Campus Posse em 2023	27
6.2	Concepção dos discentes sobre o Programa de Assistência Estudantil.....	33
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
8	REFERÊNCIAS	56
9	APÊNDICE	62
	Apêndice A.....	63
	Apêndice B	66
	Apêndice C	68
	Apêndice D.....	70
10	ANEXOS	72
	Anexo I.....	73
	Anexo II.....	74
	Anexo III	78
	Anexo IV	84

1 INTRODUÇÃO

Iniciamos os escritos desta dissertação trazendo um breve relato da nossa trajetória de vida por considerar que isso reflete o que somos e o interesse nesse estudo. Natural de Orizônia-GO, residente da cidade até os meus 19 anos, sempre estudei nas escolas públicas do município. Ao terminar o Ensino Médio, não consegui ingressar de imediato em uma universidade, então entrei para o mercado de trabalho, comecei a trabalhar como peão de fazenda (tirando leite, cuidado do gado, plantas, fazendo cercas etc.), pois era isso que eu sabia fazer, por já ter morado alguns anos na fazenda, mas continuei estudando em casa, apesar do trabalho desempenhado consumir muito tempo e energia.

Aos 19 anos (2010), prestei vestibular em uma universidade particular. Consegui a vaga para o Curso de Zootecnia, mudei para Goiânia-GO para estudar, mas, por questões financeiras e pessoais, fui obrigado a interromper os estudos. No final do ano de 2010, fui convidado por um parente para cuidar de um hotel na Cidade de Goiás (Goiás Velho), então em janeiro de 2011 me mudei para lá. Notei que na cidade havia três instituições de ensino superior públicas e, diante dos cursos disponíveis, foi despertado o interesse pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Após a aprovação e ingresso na turma do Curso de Serviço Social da UFG no ano de 2012 e ao longo da minha formação acadêmica, sempre estive ativo na militância estudantil. Fiz parte do Centro Acadêmico e sendo eleito, por mais dois anos, participei da organização de eventos, atuava no apoio aos servidores nas lutas e greves de suas categorias. Além de participar de congressos, seminários, projetos de pesquisa, projetos de extensão, monitoria de ensino, também fui bolsista do Auxílio Alimentação do Programa de Assistência Estudantil da Instituição.

No mesmo ano de conclusão do curso (2015), fui aprovado no concurso público do IF Goiano Campus Posse no cargo de Assistente Social, iniciando, portanto, minha trajetória profissional dentro da instituição. Enquanto profissional da área do Serviço Social, inserido no departamento de Assistência Estudantil, observei diversas questões que necessitavam ser entendidas e aprofundadas a fim de melhorar a execução de nossas atividades e, com isso, garantir a prestação de serviços de qualidade aos nossos estudantes.

Assim, despertou-se o questionamento motivador deste estudo: Como o PNAES impacta na vida acadêmica dos estudantes que são atendidos durante a realização dos cursos no Campus Posse do IF Goiano.

Se partimos da compreensão que a sociabilidade no sistema capitalista retroalimenta a desigualdade econômica e social e demais elementos advindos deste sistema, conseqüentemente, exige impreterivelmente políticas públicas que sejam bem planejadas, articuladas e executadas por um poder público extremamente autossuficiente e capacitado, que garanta acesso aos bens e serviços necessários à sobrevivência da população de baixa renda que vivem à margem do sistema. A partir deste aspecto de compreensão, observa-se que a Educação é um dos serviços prestados pelo poder público, conforme garantido pela Constituição de 1988. No entanto, a execução e implementação dessa política é complexa, não sendo somente a prestação do serviço de ensino por si só o suficiente para alcançar os objetivos pretendidos da política.

Para tanto, entende-se que, para o desenvolvimento acadêmico satisfatório, é necessário que, a ele, estejam associados alguns elementos, tais como: docentes qualificados com remuneração adequada e infraestrutura básica, além de ser indispensável dar condições para que o estudante possa estar na instituição, criando meios e estratégias que garantam sua permanência, êxito e bem-estar (BARBOSA, 2009). É a partir deste ponto que compreendemos a existência do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como peça fundamental para garantir a permanência e êxito de uma parcela da população que começou a ter acesso às

Instituições Federais de Ensino por conta das políticas de expansão e democratização do ensino no país.

Expressamos que o objetivo geral deste estudo é investigar como os discentes avaliam os impactos do Programa de Assistência Estudantil na sua vida acadêmica. Nossos objetivos específicos são: a) identificar a condição socioeconômica a partir dos seguintes indicadores: condição de renda, composição familiar e escolaridade dos familiares; b) investigar a satisfação dos discentes com o Programa de Assistência Estudantil a partir dos seguintes quesitos: forma de acesso ao Programa, valor e período de recebimento do benefício, datas de pagamentos, diminuição da desigualdade no ambiente escolar, contribuição para a permanência e êxito acadêmico; c) verificar, junto aos participantes, as mudanças que eles propõem no Programa de Assistência Estudantil.

Este trabalho se justifica pela necessidade de aproximação da realidade do público atendido pelo PNAES no Campus Posse do IF Goiano, possibilitando pensar em adequações que fortaleçam as ações da Assistência Estudantil a partir dos índices obtidos. Tal situação foi apontada no Encontro Brasileiro de Administração Pública (2020, p. 3): “Em que pese a existência de alguns estudos na área, reconhece-se que há necessidade de ampliar as pesquisas sobre avaliação dos efeitos do PNAES, sob diferentes dimensões do desempenho acadêmico, com vistas a aprimorar o programa”.

Nesse sentido, este estudo, que buscou conhecer os impactos na vida acadêmica e as concepções dos discentes atendidos pelo PNAES no ano de 2023, é relevante por compreender que situações de vulnerabilidade socioeconômica e pobreza afetam diretamente no acesso e permanência dos estudantes que possuem condição de vida precarizada. Portanto, esta investigação dos impactos do PNAES na vida acadêmica dos estudantes significa compreender o papel e efetividade do PNAES, principalmente na vida do público atendido, contribuindo na análise de avaliação do Programa. Segundo Ferreira (2020, p. 5) “Nesse contexto, a avaliação dos programas de assistência estudantil é imbuída de grande relevância, pois por esse instrumento é possível identificar erros, acertos, limitações e novos rumos para que a aplicação dos recursos públicos seja cada vez mais eficiente”.

Com isso, o conhecimento e os estudos são fundamentais para aprimoramento da eficiência e efetividade das ações, impactando diretamente os estudantes de baixa renda que são o público-alvo a ser atendido durante a realização de seus cursos na Instituição.

Para isso, organizamos este estudo em seis capítulos, desenvolvidos da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresentamos os objetivos da presente pesquisa; no segundo capítulo, tratamos o histórico da Política da Assistência Estudantil, entendendo o percurso das ações desde do início até os dias atuais, passando pela consolidação do PNAES e os impactos e rumos diante do golpe de 2016. Neste capítulo contamos com as contribuições dos estudos de Barbosa (2009), Vasconcelos (2010), Coelho (2012), Parente (2013), Pinto (2015), Betzek (2015), Torezani (2015), Proner et al (2016), Santos e Marafon (2016), Conceição (2017), Imperatori (2017), Prada e Surdine (2018), Fonaprace (2019), Silva, Machado, Silva (2019), Lessa, Santos e Souza (2020), Marques e Ferreira (2021) e Santos (2021).

Trazemos no terceiro capítulo, o breve histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, contando também a história do Campus Posse e a Política de Assistência Estudantil executada no Campus, com elementos essenciais para entendermos os dados alcançados a partir da concepção dos discentes. Para este capítulo, tivemos a contribuição dos estudos de Souza (2014), Torezani (2015), Santos e Marafon (2016), Campos, Brito e Carvalho (2019), Lima (2020), Melgaço e Ciasca (2021) e Santos, Abrantes e Zonta (2021).

No quarto capítulo, apresentamos o método utilizado nesta pesquisa para alcançarmos nossos objetivos, descrevemos os participantes, instrumentos, procedimentos e análise dos

dados adotados por nós. Contamos com as contribuições dos estudos de Bardin (1977), Minayo (1998) e Gil (2002; 2008).

Para o quinto capítulo, trouxemos a apresentação dos resultados da nossa pesquisa e realizamos algumas discussões a partir dos dados alcançados. Para nossas discussões, utilizamos os estudos de Bonamino, Alves e Franco (2010), Parente (2013), Torezani (2015), Conceição (2017), Imperatori (2017), Ferreira (2018), Eloi et al (2019), Silva (2020), Weizenmann (2021) e Julião, Pereira e Ferreira (2022).

O sexto capítulo foi dedicado para tecermos algumas considerações sobre o trabalho.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Investigar como os discentes avaliam os impactos do Programa de Assistência Estudantil em sua vida acadêmica.

2.2 Objetivos Específicos

1) Identificar a condição socioeconômica a partir dos seguintes indicadores: condição de renda; composição familiar; escolaridade dos familiares.

2) Investigar a satisfação dos discentes com o Programa de Assistência Estudantil a partir dos seguintes quesitos: forma de acesso ao Programa; valor e período de recebimento do benefício; datas de pagamentos; diminuição da desigualdade no ambiente escolar; contribuição para a permanência e êxito acadêmico.

3) Verificar, junto aos participantes, as mudanças que eles propõem no Programa de Assistência Estudantil.

3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL ATÉ OS DIAS ATUAIS DO PNAES - PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

3.1 Assistência ao Estudante, o começo das ações

Ao longo deste capítulo, abordaremos um histórico da Assistência Estudantil com elementos significativos dessa temática no Brasil. Considerando que ações voltadas para a assistência estudantil no país têm como marco o século XX, trataremos de alguns pontos das ações que datam a partir de 1920. Nesse sentido, as discussões da Escola Nova, movimento dos pioneiros da educação brasileira, implementaram ideias de origem norte-americana e europeia, buscando melhorar o ensino no país. Estes educadores, que fizeram parte das discussões, cultivavam um apreço enorme pela educação, acreditando na possibilidade de mudança da sociedade por meio dela (BARBOSA, 2009).

No Brasil, temos como experiência inicial das ações de assistência ao estudante, em 1929, a criação da Casa do Estudante do Brasil. Localizada na cidade do Rio de Janeiro, o casarão possui três andares, onde também funcionava um restaurante popular, frequentado por estudantes com dificuldades econômicas. A casa funcionou durante todo o governo de Getúlio Vargas e recebia estudantes que saíam de suas cidades para estudar no Rio de Janeiro, nas escolas secundárias e nas instituições de Ensino Superior (PINTO, 2015).

Marcado por muitas lutas e mobilizações é onde começa a existir a assistência ao estudante, conquista no governo de Getúlio Vargas, década de 1930, por meio da Reforma Francisco Campos de 1931. Nesse período, foi instituído o Decreto 19.850, de 11/04/1931, denominado Lei Orgânica do Ensino Superior, que dispunha acerca da organização do ensino superior no Brasil, adotando um regime universitário que tinha como objetivo a conservação do ensino e a garantia da igualdade de oportunidade, conforme o artigo 100, parágrafo 4º do Decreto:

As medidas de previdência e beneficência serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitários, e nellas serão incluídas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recomendem, pela sua aplicação e inteligência, ao auxílio instituído. (BRASIL, 1931, [s.p.]).

Reconhece-se, portanto, nesse período, a necessidade de ações de suporte aos estudantes pobres. A Reforma de Francisco Campos constituiu-se como a primeira tentativa de regulamentação da Política de Assistência Estudantil no Brasil, em 1934, e atingiu o status constitucional da lei e estabeleceu a alocação de recursos para a Educação. Segundo Imperatori (2017, p. 286),

Essa lei foi incorporada na Constituição de 1934, que assegurou a assistência aos estudantes, sendo declarado no art. 157 que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas”. A assistência aos estudantes foi extensiva para todos os níveis de ensino nos anos 1940, estando presente na Constituição de 1946, art. 172, segundo o qual “cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar”.

Nessa Constituição de 1946, observa-se que houve a previsão de assistência estudantil no sistema de ensino como um todo. É válido ressaltar que esse período é marcado pela redemocratização do país, após 15 anos do governo de Getúlio Vargas, surgindo, portanto, movimentos populares, principalmente aqueles vinculados às ideologias de esquerda. Nesse ponto, é relevante mencionar a força do movimento estudantil por meio da União Nacional

dos Estudantes (UNE). No período de 1946 até 1964, o movimento tem sua atuação pautada muito forte no debate da reforma universitária, debatendo sobretudo a democratização do ensino universitário.

A forte movimentação estudantil do período trouxe debates e discussões acerca do ensino superior no país. Por meio da UNE, em 1961, foi elaborado um documento com diversas reivindicações referentes à educação superior, ficando conhecido como a Declaração da Bahia. Nesse mesmo ano, promulgou-se a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com a influência dos pioneiros da Escola Nova, trazendo consigo aspectos da Assistência Estudantil e da gratuidade escolar em seus artigos 3º, 90 e 91 (CONCEIÇÃO, 2017).

Em 1967, temos uma nova Constituição, bem como na LDB de 1961. A educação continuou como direito de todos e mantendo diversos pressupostos das legislações anteriores referentes à assistência estudantil, com acréscimo do direito à igualdade de oportunidades educativas, destacado no artigo 176, com a garantia do ensino médio gratuito e no ensino superior para aqueles que, “demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos” (IMPERATORI, 2017, p. 287).

É relevante destacar que, no ano de 1970, cria-se, junto ao Ministério de Educação e Cultura, o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE). Criado para planejar e executar ações da assistência ao estudante de nível superior, voltado para atendimentos nas áreas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica, sendo implementado, nesse período, as Bolsas de Estudo, em que o estudante recebia um valor para sua manutenção, sem a necessidade de realizar atividades em contrapartida. Também se criou a Bolsa Trabalho para discentes de baixa renda, dos diversos níveis de ensino, que desenvolvessem atividades profissionais. No entanto, a DAE foi extinta anos depois pelos militares que comandavam o país naquele período de ditadura militar instaurada em 1964 (TOREZANI, 2015). Com a extinção do DAE, segundo Imperatori (2017, p. 288),

[...] as ações de assistência ao estudante ficaram fragmentadas em cada instituição de ensino. A assistência passou a ser composta por ações escassas e pulverizadas. Além disso, da mesma forma que a assistência social, a assistência estudantil foi marcada por relações clientelistas, que impediam a sua consolidação.

Portanto, no que se refere a Assistência Estudantil, é observado que, mesmo havendo a existência de programas ao longo deste período (1930 - 1988), com a expansão gradual das ações aos estudantes, motivado principalmente pela trajetória do ensino superior no país, a Assistência Estudantil não era uma política pública educacional formalizada. Desenrolou-se de forma visivelmente em demandas pontuais, em caráter emergencial com ações no foco na condição econômica básica, mas com bastante descontinuidade e falta de recursos necessários. Segundo Parente (2013, p. 25),

Nessa primeira fase, pode-se constatar que a Assistência Estudantil foi caracterizada pela informalidade, expressa através de ações de caráter pontual, descontínuo e marcado pela escassez de recursos. As ações eram focadas somente para auxiliar as dimensões econômicas. A preocupação consistia em sanar os problemas básicos e emergenciais dos estudantes, como moradia e alimentação. Foi um período marcado pela construção de cidades universitárias, com o objetivo de acomodar a comunidade universitária e criar uma identidade física para a instituição, porém, não se vislumbrou uma política pública voltada para apoiar os estudantes.

Vale ressaltar que, em 1987, surge o grupo voltado ao interesse da Assistência Estudantil no país, o FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Assistência Estudantil:

O objetivo do Fórum era promover o debate sobre a Assistência Estudantil, procurando articular as Instituições de Educação Superior (IES) públicas na busca do estabelecimento de políticas nacionais, voltadas para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, principalmente, de alunos oriundos de camadas sociais de baixa renda. Para a universidade pública passar por um processo de democratização do ensino, seria necessário incorporar tais estudantes. Não bastava apenas a garantia das condições de acesso, mas era necessário, sobretudo, o estabelecimento de condições concretas para garantir a permanência desses estudantes na universidade (PARENTE, 2013, p. 27).

Com tal objetivo e a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES), com vista a fortalecer as políticas de Assistência Estudantil, o fórum teve um papel fundamental na consolidação das políticas, assim como nas legislações criadas com referência à temática. Com o cenário de forte crise econômica no país, que se estabeleceu no Governo Militar em meados da década de 1980, o Brasil passou por um processo de redemocratização, iniciando-se um novo contexto de lutas, com participação dos movimentos sociais. Nesse período, a Educação entraria em uma nova fase com a reformulação das políticas públicas, sendo marcado pela promulgação da Constituição Federal de 1988.

3.2 Assistência Estudantil após a Constituição de 1988

A Constituição de 1988, alcançada diante dos diversos movimentos populares que lutavam pela abertura política e pelas garantias sociais no país, consolidou direitos sociais e políticos. A Educação, ao lado de outras políticas sociais, foi reconhecida como direito social, representando um marco para o sistema educacional brasileiro. Pinto (2015, p. 58) destaca que “Especificamente para a educação, uma série de artigos demonstram importantes mudanças em relação às constituições anteriores, um exemplo disso está em sua definição enquanto um direito social”. Segundo Conceição (2017, p. 13),

Em 1988, a Constituição Federal estabelece a educação enquanto direito de todos e dever do estado e da família (art. 205), e estabelece o princípio da igualdade nas condições de acesso à educação (art. 206). Com a perspectiva de democratização da educação no país, iniciou-se um processo de aprovação de Leis e Planos Nacionais voltados para a melhoria da educação no país, tais como a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o PNE - Plano Nacional de Educação e o PNDE - Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Nesse sentido, por meio do texto constitucional, é expressa a garantia de direitos com referência à educação tais como: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; a gestão democrática do ensino público, na forma da lei; a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ratificando a Educação como um direito fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (PINTO, 2015).

A Constituição Federal de 1988, no Art. 202, assume o compromisso com a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o que leva a esperar a promoção de forte política de assistência estudantil, pois a igualdade de permanência só pode ocorrer mediante a criação de meios para que os alunos em

situação de desigualdade social possam dar prosseguimento aos seus estudos. (COELHO, 2012, p. 84).

A Constituição Federal prevê a garantia às condições educacionais básicas que direcionam os indivíduos ao acesso a bens primários como recursos econômicos, sociais e culturais. Na década de 1990, com a regulamentação da Política de Educação pela Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é reforçada a educação como a base na formação do indivíduo e de sua cidadania, trazendo dispositivos que amparam a assistência estudantil. Esse entendimento é, sobretudo, pautado na universalização de atendimento com base nos princípios de democratização do acesso, entre os quais destacamos o art. 3º: "O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;" (PARENTE, 2013, p. 26).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional é fundamental para efetivação das políticas educacionais do país, considerando que juridicamente é ela que regulariza e define diretrizes e princípios do sistema de educação brasileiro a partir da Constituição Federal. Na LDB de 1996, um dos pontos a ser destacado foi a determinação em seu artigo 87, parágrafo 1º, em que haveria o encaminhamento, por parte da União ao Congresso Nacional, do Plano Nacional de Educação (PNE) que teria validade por dez anos após sua aprovação (BETZEK, 2015).

Com aprovação da LDB de 1996, foram estabelecidas as diretrizes para os diferentes níveis de educação, explicitando também aspectos correlacionados à assistência aos estudantes. No artigo 4º, é destacado que a educação escolar pública é dever do Estado e que esta será efetivada mediante o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica com programas suplementares que garantam material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1996).

No entanto, as conquistas sociais alcançadas nas legislações do país se contrastavam com o cenário econômico marcado pela adoção da agenda neoliberal dos anos 90, com a Reforma do Estado. Isso reflete na fragilização das políticas sociais que passam a ser focalizadas em detrimento do acesso universal aos direitos dos cidadãos, conforme previsto em Constituição (VASCONCELOS, 2010). segundo Parente (2013, p. 26):

Se, por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, por outro, a inserção do estado brasileiro na contraditória dinâmica das políticas econômicas neoliberais, colocou em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e de retração de direitos.

Nesse cenário, tivemos as políticas educacionais construídas a partir de orientações do Banco Mundial (BM), sob a égide e princípios de que os gastos públicos com a Educação eram desnecessários e excessivos. Isso impôs, desse modo, consequências graves aos investimentos necessários na política educacional do país com a insuficiência de recurso para execução das ações, programas e projetos da área. Essa influência do BM na formulação de políticas sociais no Brasil refletiu no Ministério da Educação (MEC) induzindo uma reforma ampla no âmbito da Educação, principalmente, no ensino superior, sem diálogo com a sociedade e trabalhadores da área, gerando consequências na autonomia universitária e a gratuidade da educação pública foi colocada em risco (SANTOS; MARAFON, 2016).

A década de 1990 foi marcada pelos desafios impostos pela ausência de recursos públicos necessários para a execução das políticas sociais no país. Nesse sentido, "As políticas destinadas aos estudantes de baixa renda estiveram pautadas na ideia de Estado mínimo, dada a pouca ênfase no seu desenvolvimento" sofrendo fortes impactos sobre a perspectiva neoliberal (SANTOS; MARAFON, 2016, p. 411). Segundo Torezani (2015, p.

25), nesse período, “as Instituições Federais de Ensino utilizaram recursos próprios oriundos de fontes diversas para manutenção dos programas de assistência estudantil”.

Em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei nº 10.172, com base no Art. 214 da Constituição Federal, com os seguintes objetivos: melhora na qualidade do ensino, redução da desigualdade social no acesso e na permanência. Todas as discussões em torno da aprovação do PNE trouxeram à tona alguns desafios que a democratização dos direitos sociais apresentava e as problemáticas vivenciadas no ensino superior no país, tais como condições de acesso e permanência (PARENTE, 2013).

É nos anos 2000 que serão observados avanços significativos para Assistência Estudantil no país. Logo em 2001, com a aprovação do PNE, foi atendido a reivindicação trazida pelo FONAPRACE, com a adoção de programas de assistência estudantil, como Bolsa Trabalho ou outros destinados a apoiar estudantes de baixa renda que tivessem bom desempenho acadêmico, reforçando, aqui, a relevância da organização do FONAPRACE na luta para condições de acesso e permanência dos estudantes nas instituições (CONCEIÇÃO, 2017).

Segundo Pinto (2015, p. 62),

Assim, a primeira década dos anos 2000, devido a um cenário estatal mais poroso às reivindicações dos movimentos sociais, será marcada como o momento de maturidade para o processo de se pensar em novas políticas públicas que tornassem mais democrático o acesso ao ensino superior.

Com isso, é nesta década (2000) que se há a implantação de dois programas governamentais de grande relevância para garantia de acesso ao ensino superior, ampliando de forma considerável essa condição, um é o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e o outro é o REUNI. O ProUni oportunizou aos alunos com renda de até três salários mínimos per capita, pessoas com deficiência e autodeclarados pretos, pardos e indígenas o ingresso nas instituições privadas por meio de bolsas de estudos. Já o REUNI, que foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, buscou ampliar o número de vagas nas IFES e, com isso, promover uma maior democratização do ensino superior (PRADA; SURDINE, 2018)

A princípio, o acesso ao nível superior que representava o principal desafio para a democratização do ensino, passa a ser sanado com tais programas. Nesse cenário, vemos aumentar significativamente o acesso de grupos que se encontravam marginalizados do sistema educacional: “É inegável o impacto gerado por essas medidas na ampliação de acesso ao ensino superior dos estudantes oriundos dos grupos sociais mais pobres, negros e indígenas [...]” (PINTO, 2015, p. 62).

Portanto, constatando o avanço nas condições de acesso, muitos especialistas e estudiosos passaram a levantar preocupações quanto à permanência desse novo público, sendo que não era suficiente garantir somente o ingresso no curso superior, mas sim, necessário oferecer condições de permanência, conforme Parente (2013, p. 27):

Para a universidade pública passar por um processo de democratização do ensino, seria necessário incorporar tais estudantes. Não bastava apenas a garantia das condições de acesso, mas era necessário, sobretudo, o estabelecimento de condições concretas para garantir a permanência desses estudantes na universidade.

Com isso, “a temática da permanência no ensino superior assume, portanto, ao final da primeira década dos anos 2000, um lugar de destaque no debate pela democratização do ensino superior” (PINTO, 2015 p. 63). Esse período foi durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Sem dúvidas, os processos democratizantes mais amplos da educação superior brasileira ocorreram a partir de 2003, com os governos de Luiz

Inácio Lula da Silva (2003-2010) e continuaram no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014)” (SANTOS; MARAFON, 2016, p. 411).

Com apoio do FONAPRACE, o Ministério da Educação, em 2007, como resposta governamental ao tema, elaborou por meio da Portaria Normativa, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), emitida pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad. Para Imperatori (2017, p. 294), “Trata-se de um marco histórico para a política de assistência por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas Ifes do Brasil”.

A criação do PNAES surge nesse contexto de expansão das Instituições Federais de Ensino, que foi impulsionado pelo Governo Federal em 2007 com o REUNI. Desse modo, o cenário de crescimento e democratização do ensino viabilizou o acesso de uma parte da população que se encontrava à margem do sistema educacional.

Segundo Santos e Marafon (2016, p. 412),

O REUNI tentou criar as condições para a ampliação do acesso à educação aumentando o número de vagas nas universidades. Já o PNAES apresentou uma diretriz que buscava concretizar a garantia da permanência dos estudantes, delimitando uma série de áreas às quais devem ser direcionadas as ações de cada IFES.

É nesse cenário que se insere a existência do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que busca viabilizar a execução da Política de Assistência Estudantil, garantindo a possibilidade de permanência e êxito ao estudante oriundo de família de baixa renda à Educação, que seja pública, laica e de qualidade.

Temos, no ano de 2010, a alteração da Portaria, então o PNAES passa a vigorar a partir de uma nova regulamentação, o Decreto Lei 7.234 de 19 de julho de 2010. Com isso, alcançou-se um ponto legal mais forte perante a consolidação do Programa e com isso algumas mudanças no seu texto, sendo a maior delas a redefinição de forma clara do público a ser atendido, priorizando os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, conforme Art. 5º do Decreto:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010, [s.p.]).

Nesse sentido, por meio do PNAES, são desenvolvidas as ações que oferecem condições para que o estudante de baixa renda possa atender suas necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico dentre outras (BRASIL, 2010).

Com isso, o PNAES cria condições através de ações que buscam viabilizar a igualdade de oportunidades, assim como contribuir para a melhora no desempenho acadêmico, como agir, preventivamente em situações de retenção e evasão inerentes à situação socioeconômica do estudante, estabelecendo o PNAES como uma política pública educacional. Portanto, é preciso compreender a Política de Assistência Estudantil não como gasto, mas sim como investimento (SANTOS; MARAFON, 2016).

No ano de 2014, com a aprovação do Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024, foram reafirmadas as ações de assistência estudantil, como elevar os investimentos nos programas de assistência estudantil e mobilidade acadêmica, a fim de garantir as condições à permanência e à conclusão de curso dos estudantes. O plano também prevê:

Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos(às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico (BRASIL, 2014, [s.p.]).

A Assistência Estudantil, tornando-se um dos importantes itens no PNE (2014-2024), é muito relevante ao PNAES, que passa a se consolidar como política nacional e necessária no âmbito da inclusão e permanência dos jovens marginalizados nas instituições de ensino superior do país.

No ano de 2015, o FONAPRACE constatou que, para o ano de 2016, as expectativas quanto aos atendimentos de demandas da área de assistência estudantil poderiam ser afetadas e fragilizadas, diante do cenário de crise e com a redução de recursos necessários em investimentos e custeios. Nesse momento, o FONAPRACE tinha intenção que o PNAES fosse transformado em Lei Federal para que fosse evitado as possíveis instabilidades governamentais, que normalmente são causadas pelos decretos que podem ser revogados a depender da política do governo vigente. No entanto, não se alcançaram êxito nessa tentativa (CONCEIÇÃO, 2017).

A seguir, descrevemos os caminhos e os desafios enfrentados pelo PNAES diante do golpe de 2016 destituindo a presidente Dilma Rousseff do cargo.

3.3 Os rumos do PNAES após o golpe de 2016

É necessário considerarmos que respeitar a vontade dos votos depositados nas urnas é uma premissa fundamental em qualquer democracia e que um processo de *impeachment* deve ser o último recurso utilizado para a destituição de presidente do poder, do qual, deverá ser comprovadamente descrito os atos de violação da Constituição. Segundo Proner et al (2016, p. 145),

Não necessitamos de sofismas ou de exercícios retóricos para disfarçar a realidade. Um golpe patrocinado por parcela do Poder Legislativo, o que não lhe confere legitimidade alguma. Não interessa de onde se origina, podendo ser proveniente do Poder Legislativo, de um tribunal, palácio ou quartel, tampouco interessa a denominação que se queira dar, a natureza das coisas não muda: golpe é golpe.

O *impeachment* é um processo político que depende de fundamentação jurídica para seu trâmite. O Brasil, em 2016, vivenciou o que muitos autores e juristas denominam de “golpe de Estado institucional”, afirmando que os ritos se desenrolam a partir das aparências democráticas. No entanto, as instituições mudam em sua essência, promovendo a derrubada da Constituição de 1988, com isso, sustentaram um *Impeachment* sem fundamento jurídico, que nada mais é do que um golpe de Estado, a fim de promoverem a implementação de políticas econômicas de um grupo de políticos e lobistas com enorme influência no Estado brasileiro (PRONER et al., 2016).

A ruptura da institucionalidade democrática no Brasil em 2016, não obstante, é o longo movimento histórico com reação das políticas dos governos progressistas de esquerda iniciado pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva quando eleito em 2002. Tais governos são alvo dos setores conservadores e reacionários do país, mesmo observando-se um

período de crescimento da economia brasileira, movida pela valorização das commodities e parcerias internacionais, inclusive com a China (KRAWCZYK; LOMBARDI, 2018).

Em contexto, com o golpe de 2016, a queda da presidenta Dilma Rousseff representou o desmonte e o retrocesso no campo dos direitos sociais, com ênfase nas diversas políticas sociais, tais como a Educação, Saúde e Assistência Social, com cortes de recursos e adoção de medidas retrógradas na execução das ações e programas governamentais. Essas atitudes denotam a retomada ao modelo liberal com discurso da ineficiência do Estado, com grande redução das despesas públicas, na legitimação do Estado mínimo e não intervencionista na economia (KRAWCZYK; LOMBARDI, 2018).

Com o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, e com a posse de Michel Temer na Presidência da República, várias mudanças ocorreram no que se refere às políticas públicas e aos direitos sociais e trabalhistas que ao longo do tempo haviam sido adquiridos: “nesse sentido, a educação passa a ser subordinada aos interesses políticos e ideológicos das classes dirigentes, dado que cumpre sua dimensão política diante da ofensiva do capital sobre o trabalho no interior da sociedade de classes” (SILVA; MACHADO; SILVA, 2019, p. 9).

Com isso, Santos (2021, p. 86) aponta que “o golpe político midiático foi executado, sendo possível observar nos meses seguintes a sua funcionalidade aos interesses capitalistas”. No âmbito da educação, um enorme desmonte em todos os seus níveis de ensino, com a argumentação do equilíbrio fiscal, realizando várias mudanças nas políticas sociais e econômicas que representaram um verdadeiro risco às conquistas desses direitos.

Os ataques aos serviços públicos, incluindo a Educação, começaram no governo golpista de Michel Temer, com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que determinou o congelamento de investimentos públicos por 20 anos. Com isso, impediu-se o crescimento e desenvolvimento das políticas sociais tão necessárias para o país e causando impactos diretos na Educação: “no Governo Temer foi aprofundada a política de cortes e os investimentos na área têm sido incomparavelmente menores, conforme informações publicadas, inclusive, pela grande mídia” (LESSA; SANTOS; SOUZA, 2020, p. 9).

É válido ressaltar que, em meio ao congelamento de recursos destinados à Educação, inclusive ao PNAES, observa-se que a demanda pela Política de Assistência Estudantil continuou a crescer, considerando o número de estudantes com o perfil de baixa renda (até um salário mínimo e meio per capita) nas instituições federais de ensino. Como mostram os dados da V Pesquisa Nacional sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras de 2018, realizada pelo FONAPRACE apontando que a partir de 2014, teve-se um salto, quando esses estudantes passaram a ser 66,2% dos estudantes de graduação e em 2018 chegando ao número de 70,2% deste total. (FONAPRACE, 2019).

Quanto aos recursos destinados ao PNAES, é possível constatar um decréscimo dos valores a partir de 2017 e, ainda, a quebra de destinação sempre crescente até o ano de 2016, alcançando neste ano o patamar de um pouco mais de R\$ 1 bilhão. Evidentemente, após o golpe no governo da presidente Dilma Rousseff houve um impacto nos recursos destinados ao PNAES, considerando que entre os anos de 2008 e 2016 teve-se um crescimento significativo de 722,06%, saindo dos R\$ 125,3 milhões para R\$ 1,03 bilhão, conforme quadro 1 (FONAPRACE, 2019).

Quadro 1 - Evolução do volume de recursos do PNAES (2008-2019) – Brasil

Ano	PNAES Nacional	Var. %
2008	R\$ 125.300.000,00	-
2009	R\$ 203.000.000,00	62,0
2010	R\$ 304.000.000,00	49,8
2011	R\$ 395.189.588,00	30,0
2012	R\$ 503.843.628,00	27,5
2013	R\$ 603.787.226,00	19,8
2014	R\$ 742.720.249,00	23,0
2015	R\$ 895.026.718,00	20,5
2016	R\$ 1.030.037.000,00	15,1
2017	R\$ 987.484.620,00	- 4,1
2018	R\$ 957.178.952,00	- 3,1
2019	R\$ 1.070.444.459,00	11,8

Fonte: FONAPRACE (2019).

No ano de 2019, fruto de lutas das entidades estudantis, Andifes e FONAPRACE, o PNAES foi o único recurso que não sofreu redução, sendo aumentado, com um reajuste de 10%. No entanto, os anos do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) foram sombrios para a Educação. “Em 30/07/2019, os noticiários são estampados com anúncio de novos cortes na casa de R\$ 1,44 bilhão no orçamento da União, dos quais, R\$ 348,47 milhões, o equivalente a 24% do montante, foi direcionado à política de educação” (SANTOS, 2021, p. 98).

Durante esses anos de governo do Bolsonaro, houve uma dificuldade de acesso aos dados, mas é possível constatar que os cortes na Política de Educação continuaram. No que se refere ao PNAES, a partir de 2020, o governo divide as rubricas em recursos não condicionados (estão garantidos) e recursos condicionados (na dependência da arrecadação federal). Sendo assim, foi destinado para o Programa, em 2020, o valor total de R\$ 1.038.543.373,00, já em 2021 o valor total foi de R\$ 874.665.283,00, redução de 15,78% em relação ao ano anterior. A previsão para o ano de 2022 foi de R\$ 1.060.722,95 (MARQUES; FERREIRA, 2021).

Esse foi cenário muito danoso para a educação pública após o golpe de 2016, continuado com a eleição de Bolsonaro em 2018, intensificando os processos de reformas antidemocráticas de Temer. Segundo Santos (2021, p. 112),

Observa-se que, frente à atual conjuntura política e econômica do país, a Assistência Estudantil tem sido fortemente tensionada e seu desmonte se constitui como parte do processo de ataques neoliberais às universidades públicas. Diante da intensificação do ajuste fiscal como estratégia de contorno da crise capitalista, o PNAES evidencia ainda mais suas fragilidades e contradições. O atual contexto lhe impõe redução do

orçamento, restrição de direitos e maior focalização e seletividade do público atendido.

Com isso, há necessidade de que as ações de assistência estudantil sejam direcionadas para sua dimensão de focalização no atendimento aos estudantes com maiores vulnerabilidades econômicas, aqueles que são extremamente carentes e nos serviços essenciais de alimentação, moradia e transporte. Por outro lado, deixou de atender parte daquilo que é preconizado no Artigo 3º do PNAES, tais como atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e atenção a estudantes com deficiência e necessidades especiais.

Quando tratamos de cortes de recursos destinados ao PNAES significa redução das ações e serviços viabilizados por essa política nas diversas instituições federais de ensino que atendem em sua grande maioria estudantes de baixa renda, comprometendo, conseqüentemente, a permanência e êxito dessa parcela de estudantes atendidos pelo Programa. Isso torna-se um desafio constante para as instituições diante de um cenário de demandas crescentes dos discentes e os recursos destinados insuficientes para as garantias básicas aos estudantes.

O próximo capítulo é dedicado ao Instituto Federal Goiano. Conheceremos um pouco mais da instituição e também sobre a Política de Assistência Estudantil dentro do Campus Posse, *locus* dessa pesquisa.

4 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

4.1 Breve histórico do IF Goiano

Os institutos federais têm, a princípio, sua origem nas Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), criadas em 1909 por meio de Decreto, do então presidente Nilo Peçanha, estabelecendo uma Escola de Aprendizes Artífices destinadas ao ensino profissional em cada capital. Essas escolas tiveram como objetivo ensinar a menores um ofício para inserção do jovem no mercado da época, principalmente aqueles vulneráveis socialmente, possibilitando uma formação profissional da qual garantisse a condição de ser empregado (LIMA, 2020).

Ao longo dos anos, diante de legislações e articulações políticas, econômicas e sociais, transformações foram ocorrendo no âmbito da formação profissional, assim temos, as Escola de Aprendizes Artífices se tornam Liceus Industriais (1937), que posteriormente passam a se chamar Escolas Industriais e Técnicas (1942), ganhando cada vez mais autonomia e se transformam em Escola Técnicas (1959). Já no ano de 1978 surgem os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) substituindo algumas Escolas Técnicas. Em 2008, temos a Lei Nº 11.982, de 29 de dezembro criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (MELGAÇO; CIASCA, 2021).

Observamos que, durante o período de 1909 a 2008, constitui-se uma rede de escolas agrícolas – as Escolas Agrotécnicas Federais, com ênfase no ensino técnico, movido por um país em desenvolvimento do setor agrícola e industrial, com necessidade de ampliação exponencial da mão de obra técnica especializada. Nesse sentido, a Educação Profissional e Tecnológica cumpre um papel estratégico no desenvolvimento do país.

O IF Goiano compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia juntamente com os outros 37 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II, que estão distribuídos nas 27 unidades federadas pelo país. O estado de Goiás foi contemplado com dois Institutos da mesma rede, no entanto, com áreas de atuação distintas e cursos diferentes: um é o IF Goiano, com 12 campi e o outro é o Instituto Federal de Goiás (IFG), com 14 campi (IF GOIANO, 2018).

Na origem do Instituto Federal Goiano, criado em 2008, observa-se o ensino de base agrária, sendo o resultado da junção dos antigos CEFETs de Rio Verde e Urutaí (juntamente com sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos) e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE), ambos provenientes das antigas Escolas Agrotécnicas Federais (SOUZA, 2014).

No ano de 1951, em Urutaí, a partir de uma Fazenda Modelo, deu-se início à primeira Escola Agrícola do Estado de Goiás, motivado principalmente pelo fator econômico e crescimento do setor agrário do estado. Posteriormente, a Escola Agrícola de Urutaí foi transformada em Ginásio Agrícola e, em 1977, se tornou Escola Agrotécnica Federal de Urutaí, que, em 1999, iniciou a oferta de curso superior na área de Tecnologia em Irrigação e Drenagem. Em 1997, a instalação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Morrinhos contribuiu para a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí no ano de 2002 (IF GOIANO, 2018).

Em 1967 foi criado o Ginásio Agrícola de Rio Verde, que, em 1993, passou a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde. Em 2002, foi transformado em Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde (SOUZA, 2014).

A Escola Agrotécnica Federal de Ceres tem a história mais recente das três mais antigas, foi criada em 1993 e em 2008 com a integração dos CEFETs de Urutaí e Rio Verde transformou em Campus Ceres do IF Goiano (SOUZA, 2014).

Atualmente, os campi de Rio Verde, Urutaí, Morrinhos, Ceres, Iporá, Trindade, Cristalina, Campos Belos, Posse e os Campi Avançados (configuração 20/13 - 20 Professores e 13 Técnicos Administrativos) de Ipameri, Catalão, Hidrolândia e mais a Reitoria, sede administrativa da instituição localizada em Goiânia, capital do estado, constituem a estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

O IF Goiano é uma autarquia federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. Oferece educação básica e profissional, educação superior, pluricurricular e multicampi, especializada em educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, atendendo, atualmente, mais de vinte e cinco mil alunos (IF GOIANO, 2018, p. 20).

Consolidada como uma instituição de educação, ciência e tecnologia, com a finalidade de ofertar ensino público, gratuito e de qualidade, constitui-se pautada no tripé, ensino, pesquisa e extensão, tendo como eixo fundamental “constituir a função social da instituição que é a de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária” (IF GOIANO, 2018, p. 22). O IF Goiano tem suas ações voltadas para socialização de saberes com o envolvimento da teoria e a prática para o melhor desenvolvimento das potencialidades dos seus alunos, prezando por uma formação humana, integral e cidadã que possibilite aos sujeitos a superação da sua realidade e podendo transformá-la (IF GOIANO, 2018).

No IF Goiano prevalecem os cursos de ciências agrárias e também os de bacharelado e de licenciatura, além de oferecer especializações, mestrado e doutorado em nível de pós-graduação. Oferece formação de nível médio técnica de forma integrada, também atendendo o público de jovens e adultos.

Neste breve histórico, é possível constatar que ocorreram muitas transformações no cenário das escolas de formação técnica profissional, o modelo inicial de escolas fazendas para realidade do estado de Goiás foi se modificando. Nesse sentido, a trajetória dessas escolas foi marcada por muitas reviravoltas, até se consolidarem como uma Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia com a relevância que temos hoje para a Educação brasileira.

4.2 Campus Posse do IF Goiano e sua história

O Campus Posse do IF Goiano, *locus* dessa pesquisa, está localizado no município de Posse - Goiás. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no censo de 2021, a cidade contava com uma população estimada de 37.924 habitantes. Encontra-se a 516 km de distância da capital Goiânia e a 315 da capital federal, Brasília. Localizada na mesorregião Nordeste do Estado de Goiás, englobando as microrregiões, conforme definido pelo IBGE, do Vão do Paranã e Chapada dos Veadeiros, a microrregião do Vão do Paranã composto por 12 municípios, dentre eles, Posse tem como limites os municípios de Guarani de Goiás, Iaciara, Simolândia, Mambaí, Buritinópolis, Alvorada do Norte e Correntina (BA) (CAMPOS; BRITO; CARVALHO, 2019).



Figura 1 - Fachada do IF Goiano Campus Posse

Fonte: Facebook IF Goiano Campus Posse

A Região do Nordeste Goiano por muitos anos foi conhecida como o “corredor da miséria”, isso pelos seus baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e ausência do poder público com políticas de desenvolvimento social e econômico. Para Campos, Brito de Sá e Carvalho (2019, p. 61),

De acordo com o observado, a região Nordeste Goiano tem pouca dinâmica interna e, até hoje, está pouco integrada à economia goiana. O cenário pouco favorável não demonstra melhorias quando se faz uma análise comparativa de dados para a região Nordeste contra o restante do estado.

Nessa região e realidade, é onde se localiza o Campus Posse do IF Goiano, que é fruto da segunda etapa do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, iniciando suas atividades em 2013 com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Já em 2014, abriu 70 vagas para o curso Técnico em Informática.

Com o passar dos anos, novos cursos e turmas foram sendo criados, até alcançar o cenário atual, com três cursos técnicos concomitantes: Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática e Técnico em Administração. Conta com dois cursos técnicos integrados ao ensino médio: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Informática Integrado do Ensino Médio. No Ensino Superior, possui três cursos: Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Administração e Licenciatura em Ciências Biológicas. Além disso, na pós-graduação, são ofertados os seguintes cursos *lato sensu*: MBA em Gestão Estratégica de Negócios, Especialização em Ensino em Ciências Naturais e Matemática e Agropecuária Sustentável.

A estrutura do Campus Posse, em sua sede definitiva que foi entregue em 2018, localiza-se na área rural do município de Posse-GO e tem capacidade prevista para 1.000 estudantes. Possui prédio administrativo e pedagógico, auditório, biblioteca, quadra poliesportiva, sala multiusos para práticas corporais, 6 laboratórios especiais, almoxarifado, galpão de máquinas, guarita e estacionamento. No momento, há o empenho e desejo que o

mais breve possível seja consolidado o projeto de uma fazenda escola, com estruturação de todos setores produtivos.

No quadro 2, constam os dados referentes à evolução de pessoal do Campus Posse, que, nesse quesito, ainda se demonstra bastante insuficiente diante das demandas da Instituição. Considerando-se a tipologia da Instituição de quando ela foi criada, a configuração para o Campus Posse é de 70/60 - 70 Professores e 60 Técnicos Administrativos, o que reflete um deficit alto para prestação de serviços, algo que contrasta com o número de matrículas ativas e novas matrículas, como podemos observar na quadro 3.

Quadro 2 - Evolução do quadro de pessoal do Campus Posse do IF Goiano (2018 - 2023)

Pessoal	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Técnico Administrativo em Educação (TAE)	12	21	21	21	22	22
Docentes	22	33	35	35	35	35
Colaboradora - Prefeitura	1	2	2	1	1	1
Estagiários	0	0	1	2	2	2

Fonte: Dados fornecidos pela Direção Geral do Campus Posse.

Contrastando com o número de pessoal, no quadro 3, é possível observar um crescimento significativo das matrículas na instituição.

Quadro 3 - Evolução das Matrículas e Concluintes do Campus Posse (2018 - 2023)

Situação	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Matrículas ativas	478	612	702	886	826	762
Novas matrículas	160	270	310	265	265	310
Concluintes	63	74	64	61	106	-

Fonte: Dados fornecidos pela Direção Geral do Campus Posse.

O crescimento de matrículas no Campus Posse também contrasta com os recursos destinados ao custeio e a investimentos da instituição, pois observa-se que não aumentam na mesma proporção, mas são reduzidos ao longo de alguns anos, conforme mostra o quadro 4.

Quadro 4 - Recursos recebidos de custeio e investimento no Campus Posse (2018 - 2022)

Situação	2018	2019	2020	2021	2022
Custeio	1.030.176,39	1.214.987,14	1.051.708,03	908.537,00	1.071.473,89
Investimento	100.000,00	120.000,00	116.053,00	56.400,00	56.400,00
Emendas Parlamentares (Extra orçamentário)	300.000,00	868.503,48	300.000,00	444.633,02	600.000,00

Fonte: Dados fornecidos pela Direção Geral do Campus Posse.

Nos anos do governo Bolsonaro, podemos observar que houve redução e estagnação dos recursos de custeio e investimento do Campus Posse, sendo necessário muita articulação política por parte dos gestores em busca de recursos extraorçamentários junto aos parlamentares, para que pudessem garantir o funcionamento mínimo das atividades de ensino, pesquisa e extensão na instituição. Observamos que, apesar de todos os impasses políticos que inviabilizam o crescimento do Campus Posse, a instituição vem se destacando com o ensino público e de qualidade. Isso se dá pelo comprometimento de seus servidores com o desenvolvimento da região a fim da superação das enormes desigualdades socioeconômicas que acometem a região do nordeste goiano.

No próximo subcapítulo nos dedicamos a descrever a Política de Assistência Estudantil no Campus Posse do IF Goiano, pontuando os principais elementos da realidade envolvendo o PNAES com o campus em questão.

4.3 A Política de Assistência Estudantil no Campus Posse do IF Goiano

Considerando que o Campus Posse do IF Goiano está localizado na região Nordeste do Estado de Goiás e sendo esta considerada a mais pobre e com o maior número de famílias em situação de extrema pobreza, o PNAES, enquanto política pública de Educação, tem uma representação significativa na vida dos estudantes atendidos na instituição por meio de suas ações.

Cabe ressaltar que a natureza legal dos Institutos Federais tem como princípios e finalidades, a formação humana integral e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, baseados nas potencialidades de desenvolvimento local onde estão inseridos.

Noutros discursos, deduz-se que a instituição pesquisada é capaz de promover processos de inclusão daqueles sujeitos ou de suas respectivas regiões, que durante anos foram esquecidos pelas políticas públicas de formação de trabalhadores, de modo a fornecer a eles os instrumentos necessários para que possam reagir e resistir, se for o caso, à ordem proposta e desvelar pouco a pouco a posição e os significados que a instituição ocupa [...] (SOUZA, 2014, p. 112).

Portanto, assim como a expansão e a interiorização dos Institutos Federais, é importante salientar o papel fundamental do PNAES, que contribui veementemente na consolidação desse contexto, que exige políticas educacionais voltadas para permanência do público mais vulnerável socialmente na instituição. No IF Goiano, a Política de Assistência Estudantil foi aprovada no Conselho Superior pela Resolução 033/2011 e alterada pela Resolução 043/2016, como forma de legitimar as ações previstas no PNAES e demonstrando a preocupação e a concepção da instituição frente às necessidades advindas do corpo estudantil, principalmente aqueles mais vulneráveis.

Dito isso e considerando o público inserido na instituição, não há sombra de dúvidas que o PNAES versa fortemente sobre os estudantes de baixa renda e que, segundo Torezani (2015, p. 3),

Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Isso demonstra que os jovens de baixa renda, ao ingressar nas Instituições Federais de Ensino (IFE), necessitam de aportes assistenciais para viabilizar sua permanência e êxito ao

longo da realização do seu curso. Torezani (2015, p. 4) aponta ainda que “a ausência de recursos para a manutenção de políticas que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população, no ensino superior, faz com que esses estudantes, muitas vezes, desistam de seus cursos ou mesmo retardem sua conclusão”, reforçando a necessidade das ações do PNAES na vida acadêmica desses estudantes.

As ações e programas executados no âmbito da Assistência Estudantil do Campus Posse se dão através da Unidade de Assistência ao Educando (UAE) a partir da Política de Assistência Estudantil do IF Goiano em consonância com o PNAES. No IF Goiano, a Assistência Estudantil é gerenciada pela Diretoria de Assuntos Estudantis da Reitoria, departamento que presta suporte aos campi na elaboração e implementação das ações oriundas do PNAES.

A Unidade de Assistência ao Educando tem como responsabilidade planejar, gerir e executar todas as ações de assistência estudantil direcionadas à comunidade acadêmica do Campus Posse. Apesar do quadro reduzido de pessoal, o setor realiza a prestação de serviços ao corpo discente de forma geral. Atualmente, o setor conta apenas com 1 Assistente Social, 2 Assistentes de Alunos e 1 Auxiliar Geral (cedida pela prefeitura de Posse).

As ações previstas pela Política de Assistência Estudantil do IF Goiano, Resolução 043/2016, através do recurso do PNAES, em 2023, no Campus Posse, foram destinados para as seguintes ações: Auxílio Permanência; Auxílio Alimentação; Monitoria Setorial; Monitoria de Ensino; Apoio Financeiro Estudantil para Atividade e/ou Eventos Acadêmicos; Aquisição de Material Didático e Uniformes Escolar, além de descentralização de recursos para bolsas de Pesquisa e Extensão atendendo discentes com o perfil de baixa renda.

A definição da utilização dos recursos da Assistência Estudantil ocorre por meio de apresentação planejada pelo chefe da UAE e Assistente Social do Campus, considerando valores previstos para o ano e a demanda estudantil para tais benefícios e ações, apresentada para a Direção-Geral que normalmente aprova sem grandes alterações o proposto.

O Campus Posse começou a executar o recurso do PNAES em 2015 e, desde então, vem promovendo ações e executando diversas delas ao longo desses anos, tais como: Auxílio Permanência; Alimentação; Transporte; aquisições de materiais didáticos, esportivos e uniformes escolares; apoio financeiro estudantil para atividade e/ou eventos acadêmicos e monitorias. Essas ações visam contribuir com a melhoria do desempenho acadêmico, assim como garantir condições de igualdade de oportunidades entre os estudantes da Instituição, além de atuar preventivamente em situações de retenção e evasão escolar que muitas das vezes são causadas por questões socioeconômicas.

Diante do planejamento de início do ano, com a previsão de recursos, se inicia, pela Unidade de Assistência ao Educando, a execução do Programa. Daremos ênfase às ações de auxílios financeiros estudantis, especificamente o Auxílio Permanência e Auxílio Alimentação, que são regidos por Edital único publicado no mês de fevereiro de 2023 pela Direção-Geral do Campus sendo gerido e executado pela UAE.

Por meio do Edital, que possui uma linguagem bem simples e clara, há todo o regramento para que os estudantes com perfil de baixa renda possam se inscrever. Todo processo de inscrição e envio de documentação comprobatória é realizado de forma online, através de formulário disponibilizado na plataforma do Google Forms, que o discente preenche o questionário socioeconômico e ao final anexa toda documentação necessária prevista no edital (IF GOIANO CAMPUS POSSE, 2023).

No Edital da Assistência Estudantil do Campus Posse, há previsto dois períodos de inscrição durante o ano (fevereiro e abril), uma forma de viabilizar e atender possíveis estudantes que não conseguiram se inscrever dentro do prazo e também oportunizar uma nova chance àqueles que tiveram sua inscrição indeferida pela ausência de documentação conforme previsto no edital (IF GOIANO CAMPUS POSSE, 2023).

O Programa atende estudantes de todos os cursos da Instituição, exceto das pós-graduações, sendo a seleção realizada pelo Assistente Social, que realiza análise socioeconômica levando em consideração os indicadores sociais de trabalho, renda, composição familiar, nível de escolaridade da família, condição de habitação, situação de doença na família e agravantes sociais dos inscritos através do questionário e documentações comprobatórias apresentadas. Também é previsto no edital, dentro das etapas de seleção, a possibilidade de entrevista e também visita domiciliar nos casos que se fizerem necessários a partir da análise documental (IF GOIANO CAMPUS POSSE, 2023).

O estudante inscrito estará concorrendo aos benefícios Auxílio Permanência e Alimentação e, diante da sua condição socioeconômica, será selecionado para um dos dois. Quanto maior o grau de vulnerabilidade é direcionado para o Auxílio Permanência em decorrência do valor maior do benefício. O estudante só pode receber um tipo de auxílio assistencial em pecúnia, que pode ser acumulada somente com uma bolsa acadêmica, que são consideradas meritocráticas (Bolsas de Pesquisa, Ensino e Extensão) desde que, segundo a Resolução 075/2015 do IF Goiano, não ultrapassem o dobro do valor praticado na Política Federal de Concessão de Bolsas de Iniciação Científica.

A quantidade de vagas destinadas para os Auxílios em 2023 foi aumentada em 50% em relação ao ano anterior, sendo disponibilizadas, ao todo, 90 vagas para os Auxílios aos estudantes matriculados na instituição, conforme quadro 5.

Quadro 5 - Modalidades, vagas e períodos dos Auxílios do Campus Posse em 2023

Modalidade	Período 1 de inscrições	Período 2 de inscrições
Auxílio Permanência	15 vagas	15 vagas
Auxílio Alimentação	30 vagas	30 vagas
Referência para recebimento	março a dezembro	maio a dezembro

Fonte: IF GOIANO CAMPUS POSSE (2023).

O valor mensal para o Auxílio Permanência no ano de 2023 é de R\$ 330,00 sendo 10% a mais que o valor pago no ano anterior, que estava estagnado desde 2015. Já o Auxílio Alimentação é R\$ 180,00, valor quase 6% maior que o ano anterior. Cabe ressaltar que o aumento do número de vagas e valores dos benefícios foi possível pela recomposição do recurso da Assistência Estudantil recebido pelo Campus Posse, após 4 anos de queda dos valores, no período de retrocessos da Educação no governo de Jair Bolsonaro, conforme demonstrado no quadro 6.

Sobre os recursos da Assistência Estudantil recebidos pelo Campus Posse ao longo dos anos, é relevante sinalizar que o primeiro ano que foi implementado as Políticas do PNAES na Instituição foi no ano de 2015, sendo executado o valor de R\$ 100.000,00, que, naquele período, foi descentralizado pela Reitoria do IF Goiano. A partir de 2016, o recurso da Assistência Estudantil destinado ao Campus Posse foi com base no quantitativo de matrícula do ano anterior. Conforme pode-se observar no quadro 6, houve um decréscimo do valor recebido, já que no ano de 2015 o valor disponibilizado foi diretamente do recurso da Assistência Estudantil que se encontrava na Diretoria de Assuntos Estudantis na Reitoria para prestar suporte financeiro aos campi que necessitassem.

Quadro 6 - Evolução dos recursos do PNAES no Campus Posse do IF Goiano (2015-2023)

Ano	PNAES - Campus Posse
2015	R\$ 100.000,00
2016	R\$ 64.886,00
2017	R\$ 193.800,00
2018	R\$ 226.897,00
2019	R\$ 278.028,00
2020	R\$ 268.732,00
2021	R\$ 254.966,00
2022	R\$ 235.324,00
2023	R\$ 267.462,00

Fonte: Dados fornecidos pela Direção Geral do Campus Posse.

Nos anos seguintes, a partir de 2017, os aumentos dos recursos da Assistência Estudantil foram insuficientes para atendimentos das ações planejadas pela Campus Posse, precisando ser voltada à focalização de ações de forma a atender aqueles estudantes mais carentes, a seletividade do mais pobre entre os pobres.

Mais recentemente, foram divulgados os dados da V Pesquisa Nacional sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras (ANDIFES, 2019), coletados em 2018, a partir dos quais constata-se que 70,2 % da população discente apresenta renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo, indicando um aumento das classes D e E nas universidades federais em comparação com os dados levantados nas duas pesquisas anteriores (SANTOS; ABRANTES; ZONTA, 2021, p. 217).

Isso significa que essa realidade persiste ano após ano diante do recrudescimento da crise econômica do capital, marginalizando ainda mais a classe trabalhadora. Com a redução dos recursos da Política de Assistência Estudantil, são inviabilizadas as ações que garantam a permanência e êxito desses estudantes de baixa renda.

Nos últimos seis anos, observa-se, conforme o quadro 6, uma estagnação dos recursos da Assistência Estudantil do Campus Posse e, muitas das vezes, até redução dos valores como ocorreu no ano de 2019 para 2020 e do ano de 2021 para 2022, mesmo havendo um crescimento de cursos e turmas na instituição. Vejamos o quadro 7:

Quadro 7 - Evolução dos cursos e turmas no Campus Posse do IF Goiano (2014-2023)

Ano	Modalidade do Curso					
	Técnico		Técnico Integrado ao Ensino Médio		Superior	
	Curso	Turma	Curso	Turma	Curso	Turma
2014	1	1	0	0	0	0
2015	3	3	0	0	0	0
2016	3	3	1	1	0	0
2017	3	3	1	2	0	0
2018	3	6	1	3	1	1
2019	3	6	2	4	2	3
2020	3	6	2	5	3	6
2021	3	6	2	6	3	9
2022	3	6	2	6	3	12
2023	3	6	2	6	3	13

Fonte: Dados fornecidos pela Direção Geral do Campus Posse.

Portanto, ressalta-se o crescimento da instituição em números, mesmo diante dos entraves enfrentados, principalmente por ausência de recursos financeiros, inclusive no seu quadro de pessoal. No quadro 7, nota-se a evolução da instituição, desde seu início, no que tange ao número expressivo de cursos e turmas, que têm, atualmente, exigido cada vez mais fortalecimento das ações de assistência estudantil.

Com isso, a Resolução 043/2016 do IF Goiano apresenta, em seu Art. 1º, a definição da Política de Assistência Estudantil, como sendo o conjunto de ações que vise a permanência com êxito do estudante na Instituição, sua autonomia, independência e que busque, principalmente, o rompimento das desigualdades sociais, econômica e cultural no mundo acadêmico. Ela deve ser entendida como direito social capaz de romper com as tutelas assistencialistas e com concessões estatais, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e o bem-estar biopsicossocial (IF GOIANO, 2016).

5 MÉTODO

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, mas também bibliográfica devido ao levantamento de informações sobre o IF Goiano. Essa postura foi necessária para alcançar os objetivos deste trabalho, que buscou investigar a visão dos estudantes sobre os impactos do recebimento do benefício em sua vida acadêmica, assim como as mudanças propostas no Programa de Assistência Estudantil pelos discentes atendidos no Campus Posse do IF Goiano no ano de 2023.

Foi realizado levantamentos de dados bibliográficos para alcançar os objetivos específicos deste trabalho, segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica traz consigo várias vantagens, considerando que os documentos são fontes ricas e estáveis de informações.

A escolha pela pesquisa qualitativa neste estudo é baseada na compreensão de ser o tipo de abordagem mais adequada diante da natureza social proposta no trabalho, que segundo Minayo (1998, p. 22), deve-se “considerar o sujeito de estudo [como] gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados”.

O método exploratório, por sua vez, nos permitiu aproximar da realidade dos estudantes atendidos pelos PNAES, para Gil (2008, p. 27) “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”.

5.1 Participantes

Os participantes desta pesquisa foram discentes atendidos pelos PNAES no IF Goiano Campus Posse no ano de 2023 na modalidade de Auxílio Permanência, que recebem o valor mensal de R\$ 330,00 e na modalidade de Auxílio Alimentação, cujo valor mensal é de R\$ 180,00, dos cursos de nível médio, técnico e superior da instituição.

A pesquisa buscou abranger todos os discentes atendidos pelos PNAES no ano de 2023, sem recorte de curso ou modalidade de benefício recebido, até em virtude do quantitativo de discentes atendidos, além de garantir uma visão geral e com maior legitimidade dos resultados alcançados.

Nesse sentido, foi realizado o convite aos 90 discentes atendidos, dos quais 68 dispuseram ou tiveram a autorização de seus responsáveis para participar da pesquisa, sendo estudantes de ambos os sexos, com faixa etária entre 15 e 30 anos de idade.

O total de 68 estudantes participantes da pesquisa representa uma amostragem considerável do nosso trabalho, sendo, 75,5% do público total atendido pelo PNAES no IF Goiano Campus Posse, o que nos possibilitou conhecimentos relevantes e pertinentes acerca da temática.

5.2 Instrumento

Para analisarmos a concepção dos discentes atendidos acerca do Programa, foi utilizado um questionário misto impresso, com 16 perguntas sequencialmente dispostas que nos forneceu informações relevantes para análise (Disponível no Apêndice A).

Também realizamos análise documental com coleta de dados contidos na Unidade de Assistência ao Educando (UAE), setor responsável pela seleção dos estudantes a serem atendidos pelo PNAES, assim como dados prestados pela Direção-Geral do Campus. Esse tipo de análise contribuiu consideravelmente com o trabalho, sendo que esses documentos são

fontes ricas e estáveis de informações, o que foi possível levantar informações que nos permitiu alcançar os objetivos da pesquisa (GIL, 2002).

Por meio do Questionário Socioeconômico, aplicado pela UAE no momento de inscrição dos discentes para concessão dos benefícios do PNAES, foi possível identificar a condição de renda, número de membros e escolaridade dos familiares (Disponível no Anexo IV).

5.3 Procedimentos

A aplicação do questionário foi realizada aos estudantes que se dispuseram a participar da pesquisa. Devido ao fato da pesquisa também envolver menores de 18 anos, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido aos pais e/ou responsáveis, participando da pesquisa somente aqueles que concordaram com o exposto e nos devolveram os termos devidamente preenchidos e assinados.

Após recebimento dos TCLE e TALE, os questionários foram entregues aos interessados em participar da pesquisa, sendo realizadas as devidas orientações sobre preenchimento, podendo assim o participante levar o questionário e devolvê-lo após realização do preenchimento. Depois da aplicação do questionário e demais informações levantadas na pesquisa, realizamos a organização das informações obtidas em planilhas e tabelas com geração de gráficos.

Para a realização dessa pesquisa foram respeitados todos os procedimentos éticos de estudos com seres humanos. Sendo que antes de iniciar a investigação o projeto foi submetido na Plataforma Brasil, para avaliação do Comitê de Ética da UFRRJ e também do IF Goiano, ambos emitindo parecer favorável à pesquisa (Disponível nos Anexos II e III).

5.4 Análise dos Dados

A partir dos dados alcançados, foi realizada a descrição das informações em categorias, com sistematização dos conteúdos obtidos, para análise dos elementos que influenciaram no desempenho acadêmico e no nível de satisfação a partir da avaliação realizada pelos discentes sobre PNAES.

A análise de conteúdo, a partir de Bardin (1977, p. 42) representa

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para a análise de conteúdo, no que se refere a concepção dos estudantes sobre o PNAES, utilizamos a indicação de Bardin (1977) prevendo três fases fundamentais, sendo elas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

As respostas obtidas a partir da aplicação dos questionários foram categorizadas de acordo com a análise de conteúdo de Bardin, categorização em frequência simples e percentual, pois a classificação de elementos em categorias, forneceu a investigação o que cada um tem com os outros.

Nesse sentido, segundo Bardin (1977, p. 119) “A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer por condensação, uma

representação simplificada dos dados brutos”, portanto, viabilizando o processo de conhecimento dos dados alcançados para a análise.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresentamos os dados alcançados em nossa pesquisa, mostrando os resultados e evidenciando os aspectos e implicações referentes ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) executado no IF Goiano Campus Posse, especificamente com estudantes atendidos pelo Auxílio Permanência e Auxílio Alimentação na Instituição.

Para uma compreensão mais aprofundada do PNAES junto aos estudantes atendidos no IF Goiano Campus Posse, buscamos suas contribuições a partir de um questionário com perguntas direcionadas para que pudéssemos atender aos objetivos deste trabalho. Nesse sentido, obtivemos participação de 75,5% dos estudantes atendidos pelo Programa na Instituição, o que nos forneceu dados suficientes e significativamente relevantes para o nosso estudo.

Nossa apresentação neste capítulo deu-se da seguinte forma: os primeiros dados apresentados são os mais gerais, tais como curso, benefício recebido, idade e sexo. Na sequência, são expostas informações que respondem ao nosso primeiro objetivo específico sobre o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos, no que se refere a condição de renda, composição familiar e nível de escolaridade dos familiares.

Na sequência, apresentamos os dados referentes à concepção dos estudantes atendidos acerca do PNAES, fornecendo respostas aos dois últimos objetivos específicos deste trabalho que são a satisfação do estudante na forma de acesso ao Programa, o valor e período de recebimento do benefício, as datas de pagamentos, se há diminuição da desigualdade no ambiente escolar, se o benefício contribui para a permanência e êxito acadêmico e as mudanças que eles propõem no Programa.

Ressaltamos que as respostas obtidas através dos questionários foram organizadas em categorias, bem como agrupadas e classificadas em tabelas com frequência simples e percentuais, e em algumas questões foi elaborado gráficos com as informações mais gerais a partir das respostas dos participantes.

6.1 Perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelo PNAES no IF Goiano Campus Posse em 2023

Buscando aproximar e conhecer a realidade dos estudantes atendidos pelo PNAES no IF Goiano Campus Posse no ano de 2023 e compreender quais são os impactos do Programa em sua vida acadêmica, traçamos um perfil socioeconômico desses estudantes. Esse perfil contribui significativamente para nossa análise fornecendo elementos essenciais para mensurarmos quem o Programa está alcançando.

Os dados apresentados a seguir, no que se refere ao curso do estudante, idade, sexo, condição de renda, composição familiar e nível de escolaridade dos familiares, foram obtidos por meio do Questionário Socioeconômico aplicado pela UAE no momento de inscrição dos discentes para concessão dos benefícios. O acesso aos dados em questão foi através da permissão da Direção-Geral do Campus por meio do Termo de Anuência para realização da pesquisa (Disponível no Anexo I).

Após o levantamento dos dados, realizamos a organização das informações obtidas em planilhas e tabelas com geração de gráficos, facilitando a leitura e compreensão das informações alcançadas.

Damos início à nossa análise com os dados referentes aos cursos dos estudantes contemplados com benefício do PNAES no Campus Posse em 2023, conforme Gráfico 1:

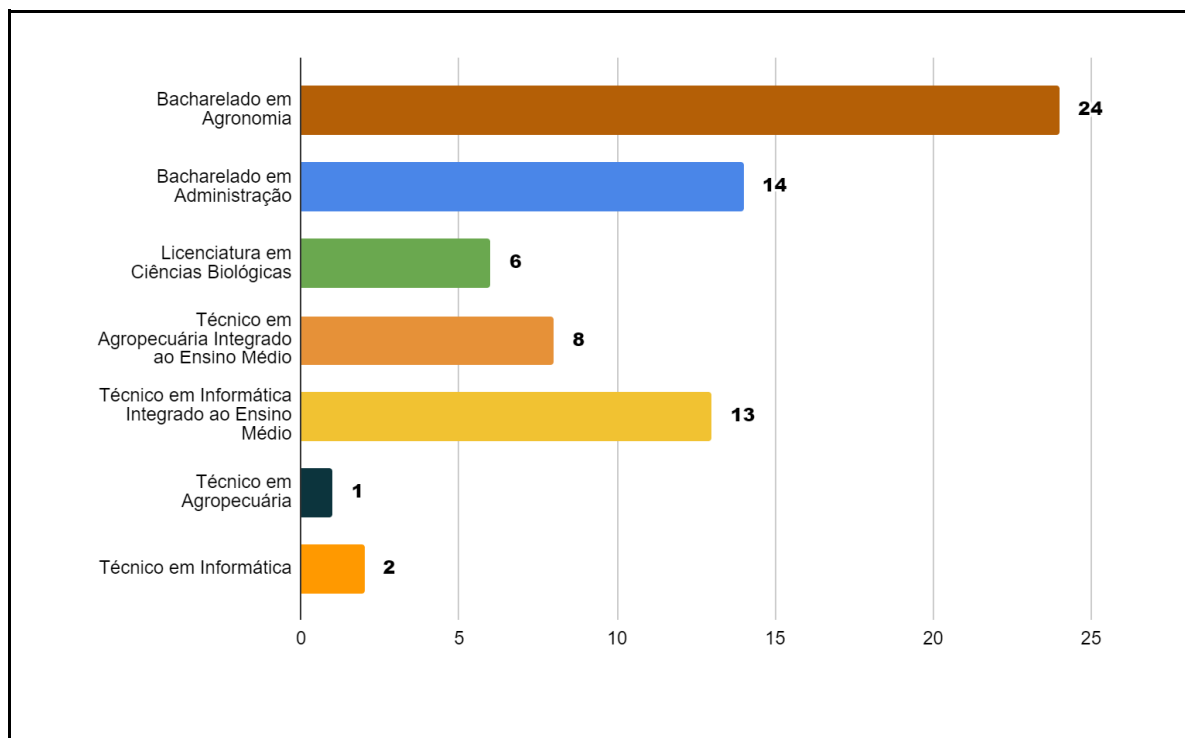


Gráfico 1 - Curso dos contemplados

No gráfico 1, observamos que o maior número de participantes da nossa pesquisa foram os estudantes do Curso Bacharelado em Agronomia representando 35,3%, seguido pelos estudantes do Curso Bacharelado em Administração (20,6%) e o Curso de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com 19,1%. Já os com os menores números de participantes são os estudantes dos cursos técnicos concomitantes, Curso Técnico em Agropecuária com 1,5% e o Curso Técnico em Informática 2,9% , que são em menor número entre os contemplados dos Auxílios, podendo ser explicado em virtude desses cursos terem menos estudantes na Instituição.

Acreditamos que esses participantes da pesquisa, inclusive aqueles com maiores números, trouxeram elementos significativos na compreensão da Política de Assistência Estudantil do IF Goiano no Campus Posse, pois o Bacharelado em Agronomia é um curso em período integral, o Bacharelado em Administração é um curso no período noturno e o Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio é um curso que o próprio nome já diz, técnico e ensino médio com aulas pelo período matutino e vespertino e o público é de adolescentes.

No gráfico 2, onde estão expressos os benefícios recebidos pelos participantes, podemos observar o número significativo de estudantes contemplados com o Auxílio Alimentação. Esses dados refletem o quantitativo de vagas que são disponibilizadas por modalidades, conforme demonstrado anteriormente neste trabalho no quadro 5.

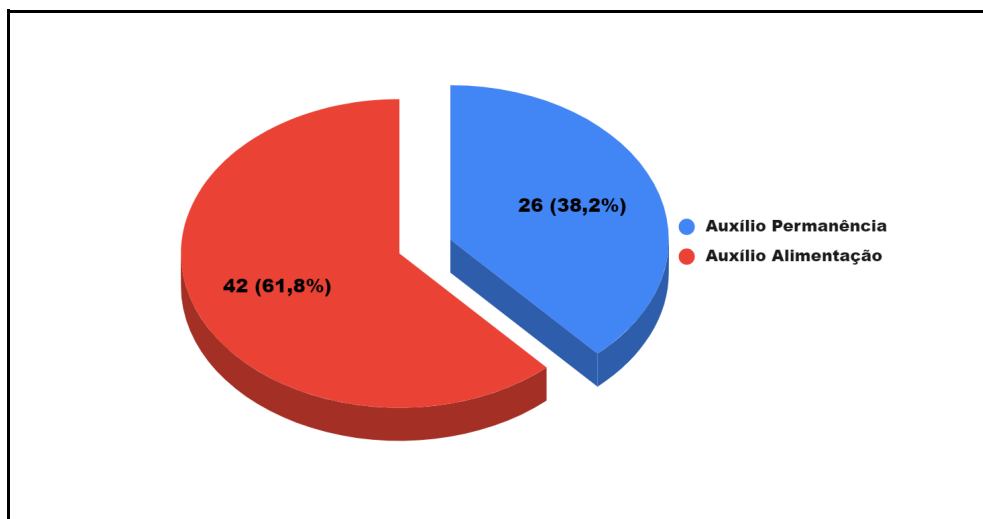


Gráfico 2 - Benefício recebido

No recorte idade, podemos observar, no gráfico 3, uma diversidade considerada entre a faixa etária, sobressaindo a idade de 18 anos com 17,6%. As demais idades mantêm um percentual aproximado. Fato a ser destacado é que, de forma geral, o público atendido é bastante jovem, sendo 88,2% com a idade entre 15 a 22 anos de idade.

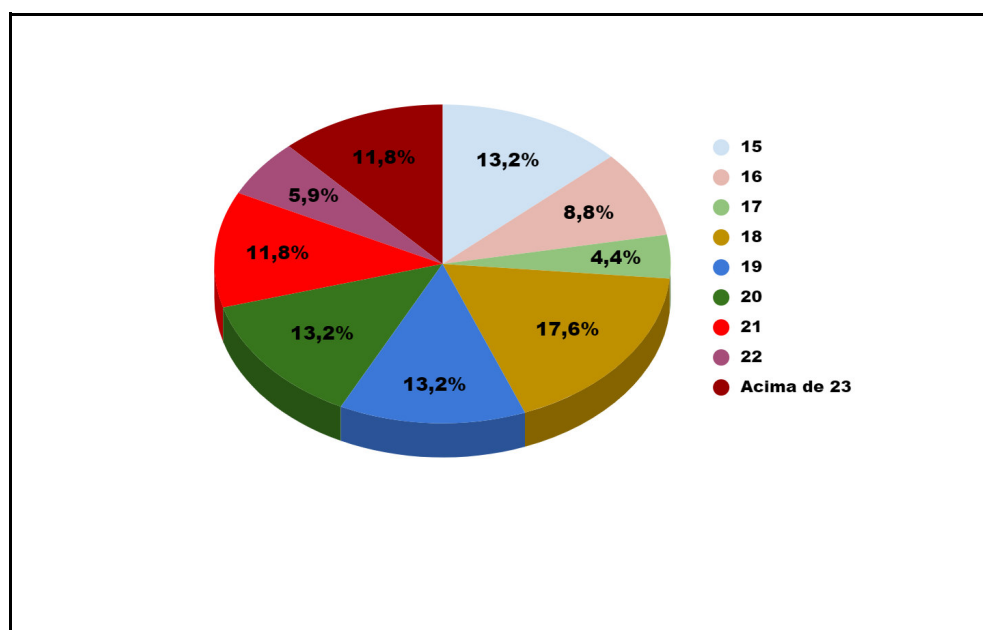


Gráfico 3 - Idade

No gráfico 4, observamos que a maioria das participantes da pesquisa são do sexo feminino: 66,2%. Cabe destacar esse número a partir das constatações empíricas pelo pesquisador, não sendo cientificamente estudada, mas esse dado pode estar relacionado com o que se observa no dia a dia da Instituição, uma maior inserção das mulheres nos cursos, inclusive no Curso Bacharelado em Agronomia. Além do fator interesse, normalmente as mulheres são mais empenhadas em buscar aquilo que elas querem, conseqüentemente alcançam o objetivo de serem contempladas com o benefício, fazendo esse recorte em específico.

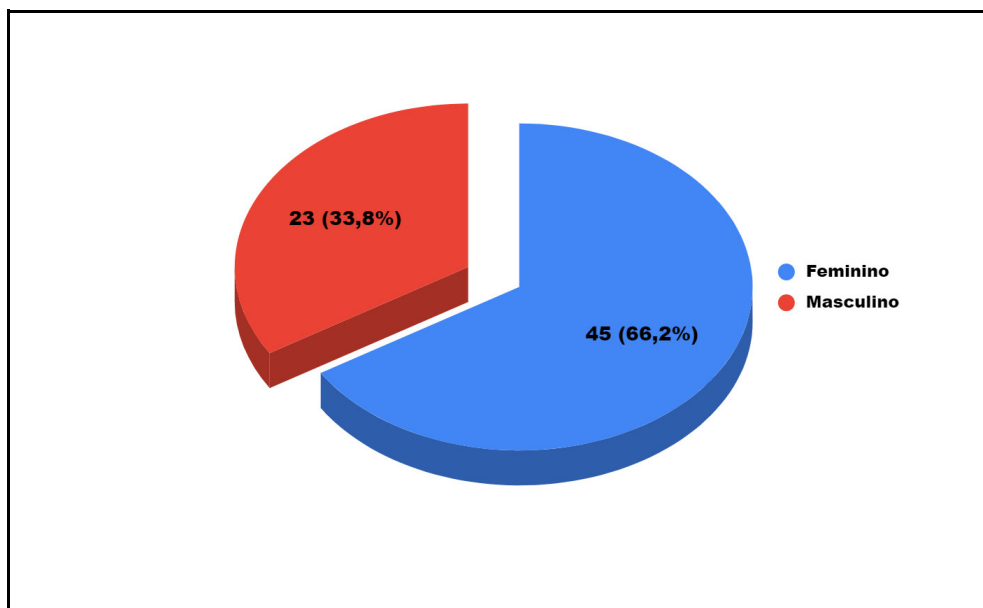


Gráfico 4 - Sexo

No gráfico a seguir, trouxemos dados referentes à renda bruta per capita dos estudantes atendidos, estratificado em faixas de renda que representam $\frac{1}{4}$ do salário mínimo atual, que é de R\$ 1.320,00. Cabe a observação que os estudantes enquadrados na renda bruta per capita de R\$ 0,00 são estudantes de famílias em que a única fonte de renda é oriunda do Programa Social Bolsa Família, do Governo Federal, com um valor total recebido variando entre R\$ 600,00 a R\$ 750,00 mensais.

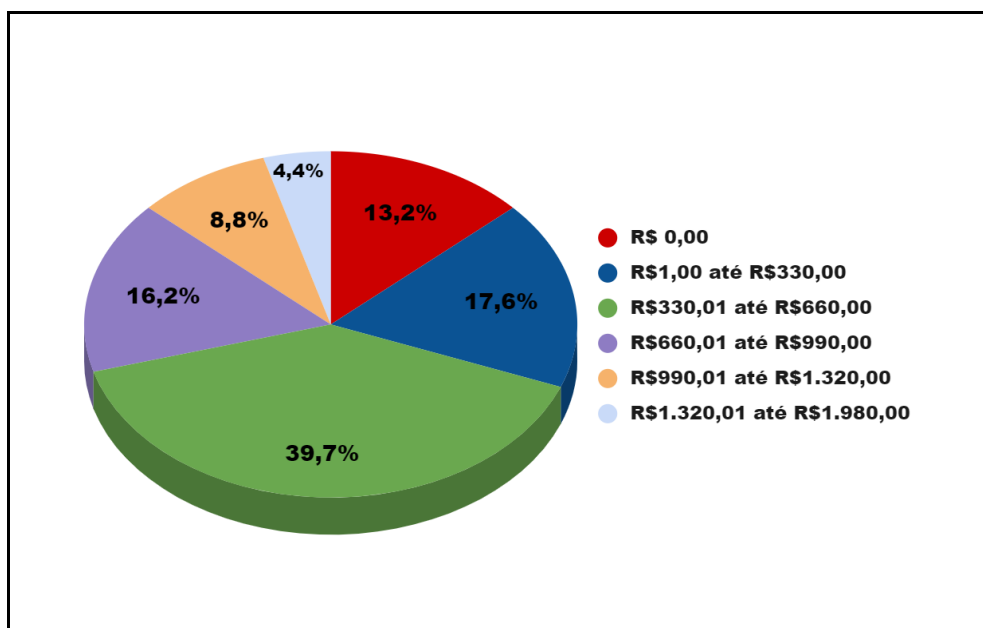


Gráfico 5 - Renda per capita

Portanto, no gráfico 5, temos números que nos chamam bastante atenção e expressam a realidade no qual o PNAES está atuando. Um total de 13,2%, o que representa 9 estudantes no nosso estudo, tem como única fonte de renda o benefício do Programa Bolsa Família. É possível observar que 70,5% dos estudantes possuem renda bruta familiar per capita de até meio salário mínimo; 25% têm a renda per capita de meio a até um salário mínimo e somente 4,4% têm rendimentos entre um até um salário mínimo e meio per capita, sendo este o valor máximo estabelecido pelo PNAES. “de modo geral, é possível afirmar que os estudantes que

vêm acessando a política de assistência estudantil são os jovens das camadas mais pobres da nossa sociedade” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 37).

Esses dados reforçam dois aspectos pontuados neste trabalho: primeiro, os números demarcam as desigualdades regionais, econômicas e sociais em que está localizado o IF Goiano Campus Posse, sendo reproduzidos no ambiente educacional. Segundo, tornando ainda mais relevante e significativo o PNAES na vida dos estudantes atendidos.

No gráfico a seguir, veremos os dados referentes à composição familiar dos estudantes contemplados.

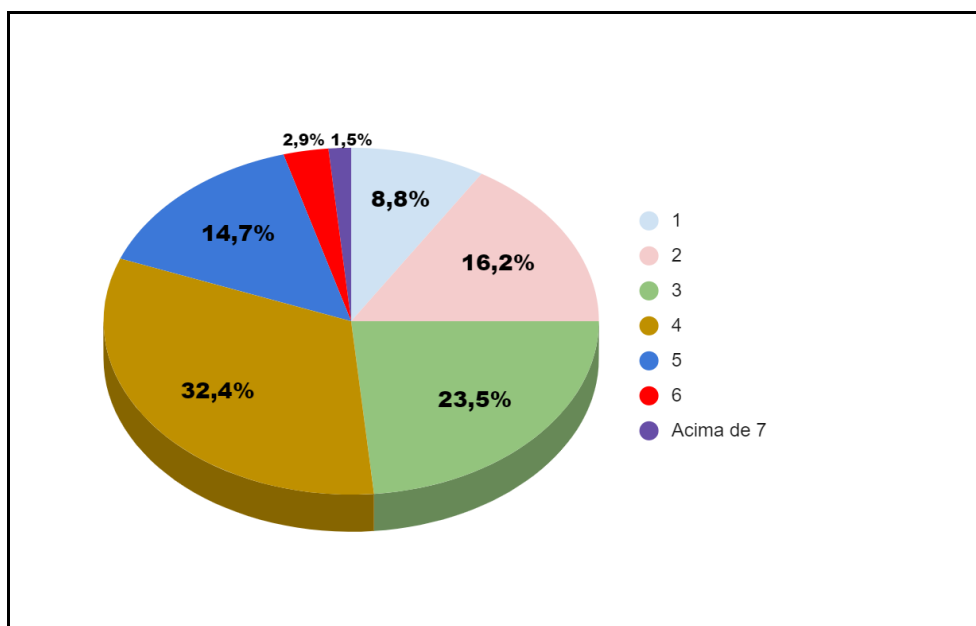


Gráfico 6 - Membros na família

No gráfico 6, observa-se que as famílias dos estudantes são compostas principalmente por três ou quatro pessoas, representando 55,9% do total e que somente 4,4% tem acima de seis pessoas no ambiente familiar.

Quanto à escolaridade dos membros da família, fizemos duas abordagens em nosso estudo, por entendermos ser relevante, inclusive por ser um dos indicadores analisados para seleção dos estudantes atendidos. Portanto, os dados do nível de escolaridade estão dispostos em dois gráficos, o primeiro, o gráfico 7, refere-se ao maior nível de escolaridade entre os membros da família. Já o gráfico 8 dispõe o nível de escolaridade do principal responsável pela renda familiar.

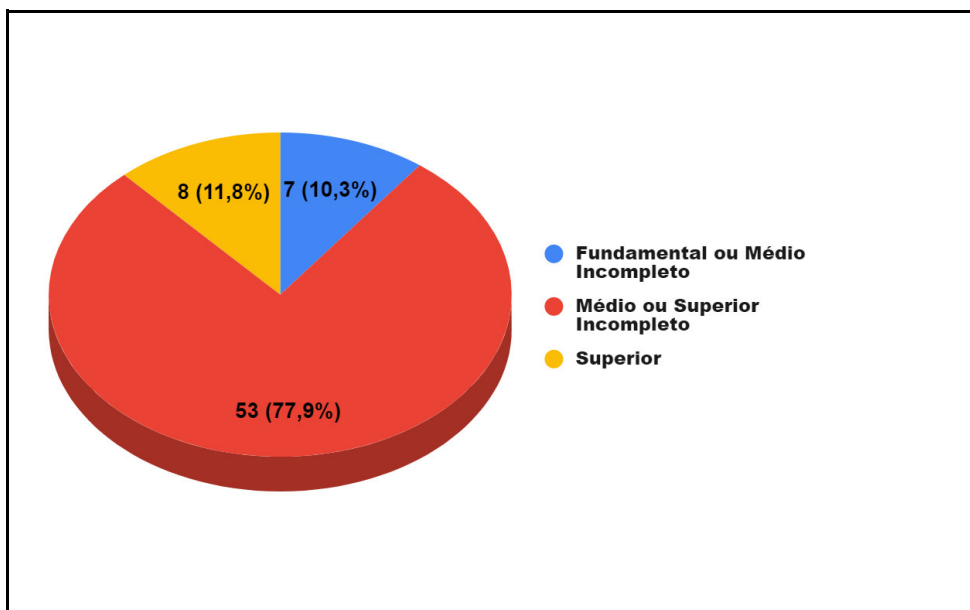


Gráfico 7 - Maior nível de escolaridade na família

Observamos que a formação de ensino médio completo é o maior nível de escolaridade entre os membros da família, com 77,9%. Já a formação de ensino fundamental completo representa a menor percentagem, com 10,3%.

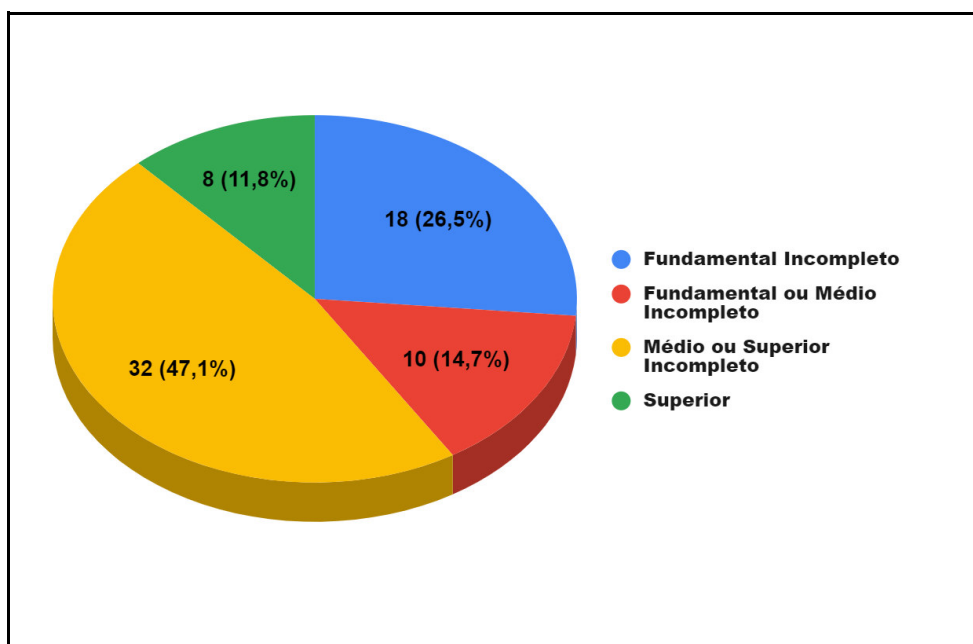


Gráfico 8 - Nível de escolaridade do principal responsável pela renda familiar

Ao observarmos o nível de escolaridade do principal responsável pela renda familiar, é observado uma diversidade nos níveis de escolaridade, chamando a atenção o número de 26,5%, o segundo maior, entre os responsáveis pela renda não terem concluído o ensino fundamental, podendo indicar o baixo nível de rendimento das famílias. Nos cabe realizar um comparativo entre os dois gráficos, 7 e 8, ao analisarmos, observa-se que o maior nível de escolaridade entre os membros da família é o ensino médio completo com 77,9%. No entanto, ao verificarmos o nível de escolaridade do principal responsável pela renda familiar, essa mesma formação só representa 47,1%. Nossa análise sobre esse fato é de que, possivelmente,

em muitas famílias, o estudante seja o que tenha o maior nível de escolaridade entre os membros da família.

Outro número que merece comparação é entre os que possuem nível superior, pois eles são 11,8% em ambas situações, como maior nível de escolaridade e também o nível de escolaridade do principal responsável pela renda. Segundo Ferreira (2018, p. 50),

Pesquisadores e órgãos de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por exemplo, sempre fazem a associação da escolaridade com o nível de renda e de emprego, trazendo resultados que corroboram o alto índice de desigualdade entre pessoas com maior e menor escolaridade: quanto menor a escolaridade, menor a renda; situação que remete para outro aspecto que será analisado a seguir: de que a educação – melhor dizendo, a escolarização – quanto mais elevado o nível maiores possibilidades de vislumbrar a mobilidade e a ascensão social.

Assim, podemos pontuar a relevância da formação de nível superior para uma melhor inserção no mercado de trabalho e agregador de melhores rendimentos. Para Julião, Pereira e Ferreira (2022), cria-se a possibilidade do ciclo intergeracionais da educação com a relação entre a renda e o nível de escolaridade impactando no desempenho escolar, pois maiores níveis de escolaridade contribuem para melhores níveis de renda.

6.2 Concepção dos discentes sobre o Programa de Assistência Estudantil

A partir deste tópico, nos debruçamos sobre as respostas dos questionários respondidos pelos sujeitos desta pesquisa, a fim de investigar como os estudantes avaliam os impactos do Programa de Assistência Estudantil em sua vida acadêmica. Utilizamos a análise de conteúdo de Bardin. Com isso, as respostas foram categorizadas e apresentadas em figuras, para elaboração das figuras com as categorizações tivemos como base o trabalho Silva (2020), que trata da Perspectiva do estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Goiano Campus Urutaí quanto à importância e eficácia do Programa de Residência Estudantil para sua formação.

Os gráficos e tabelas apresentam os números alcançados em frequência simples e percentual relacionados a cada categoria expressa na figura. Em alguns casos, o total de frequência simples supera o quantitativo de participantes da pesquisa, isso acontece em decorrência das respostas que possuem elementos correspondentes a mais de uma categoria.

Iniciamos com a pergunta: Como você conheceu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)?

Diante das respostas dos participantes, categorizamos em três categorias suas respostas, conforme expresso na figura 2.

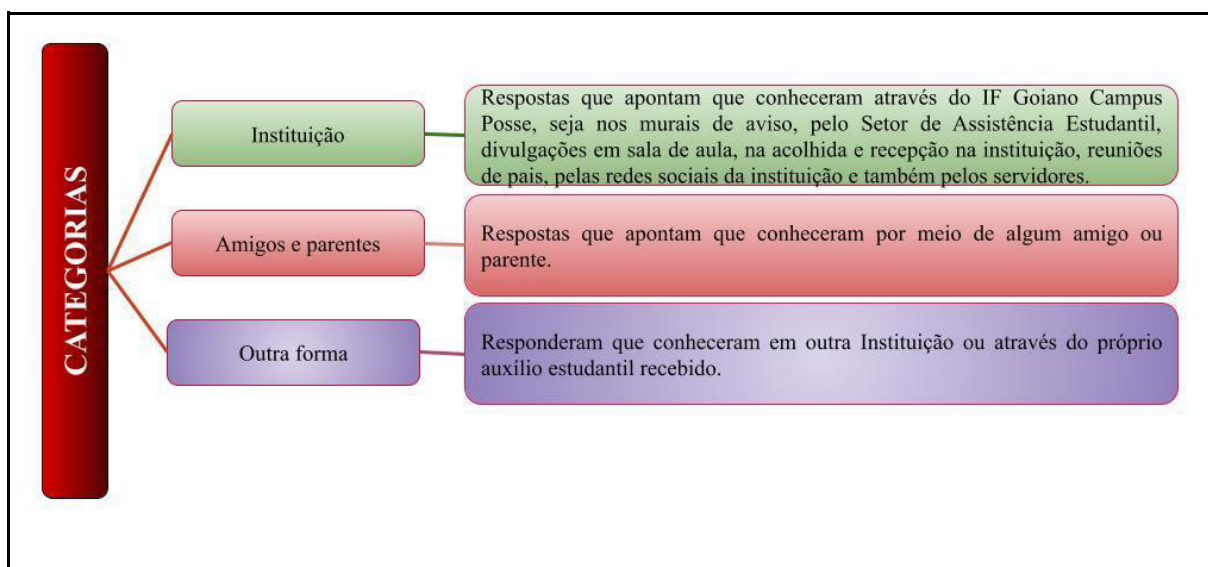


Figura 2 - Como conheceu o PNAES

Observamos que a grande maioria dos estudantes (83%) conheceram o PNAES pela própria instituição, seja pela acolhida e recepção no primeiro dia de aula, pelo aviso em salas de aulas, pelos murais de aviso, pelo próprio setor de Assistência Estudantil, nas reuniões de pais, pelas redes sociais do Campus ou pelos próprios servidores da Instituição.

Tabela 1 - Como conheceu o PNAES

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Instituição	59	83
Amigos e parentes	10	14
Outra forma	2	3
TOTAL	71	100,

Em nossa leitura dos dados, entendemos que a Instituição vem cumprindo seu papel em divulgar o Programa de Assistência Estudantil para os estudantes, demonstrando que muitos deles tomaram conhecimento do PNAES nos diversos meios utilizados pelo Campus. Para Parente (2013, p. 57), “Nesta direção, o acesso à informação também aparece como um importante meio de efetivação de direitos”, sendo fundamental para que o público-alvo do Programa seja realmente alcançado.

Questionados sobre qual é o objetivo do PNAES, os participantes deram respostas relacionadas a contribuição financeira, sobre a permanência na Instituição, sobre igualdade de oportunidade e sobre o desempenho acadêmico, conforme categorizamos na figura 3.

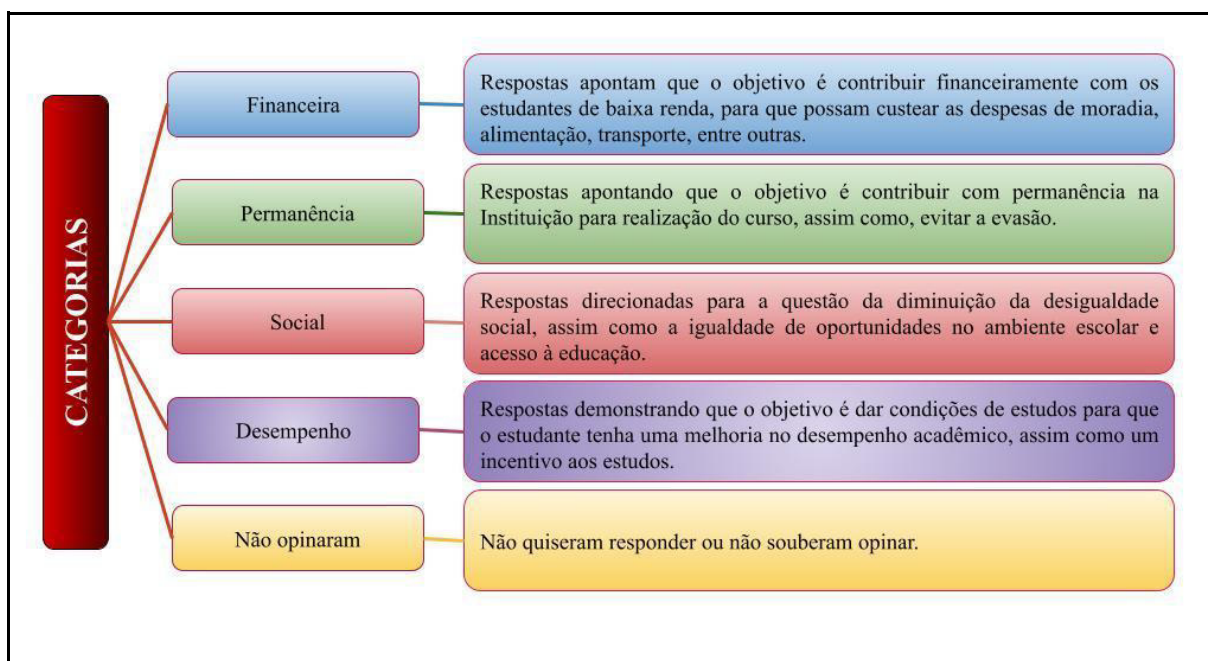


Figura 3 - Qual o objetivo do Programa

Observa-se que, na visão do estudante, o principal objetivo do Programa é a contribuição financeira (46%), para que ele possa custear suas necessidades básicas. Também é significativo o número de estudantes que compreende a função social (18%) do Programa, visando oportunizar o acesso e a igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

Tabela 2 - Qual o objetivo do Programa

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Financeiro	37	46
Permanência	20	25
Social	14	18
Desempenho	8	10
Não opinaram	1	1
TOTAL	80	100,

Ao fazermos uma conexão das respostas com os objetivos do PNAES, constatamos que as respostas das categorias Permanência e Social se relacionam completamente com todos objetivos do PNAES:

- I - Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, [s.p.]).

Assim, compreendemos que 43% entendem quais são os objetivos do Programa, o que podemos considerar bons números de conhecimento, “permitindo, assim, que os estudantes possam se apropriar efetivamente do programa e não como meros receptores do benefício” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 39).

Ao serem questionados sobre a dificuldade de acesso ao Auxílio Estudantil até o recebimento do dinheiro, 72,1% dos estudantes responderam que não consideram difícil e 27,9% consideram difícil, conforme demonstrado no gráfico 9.

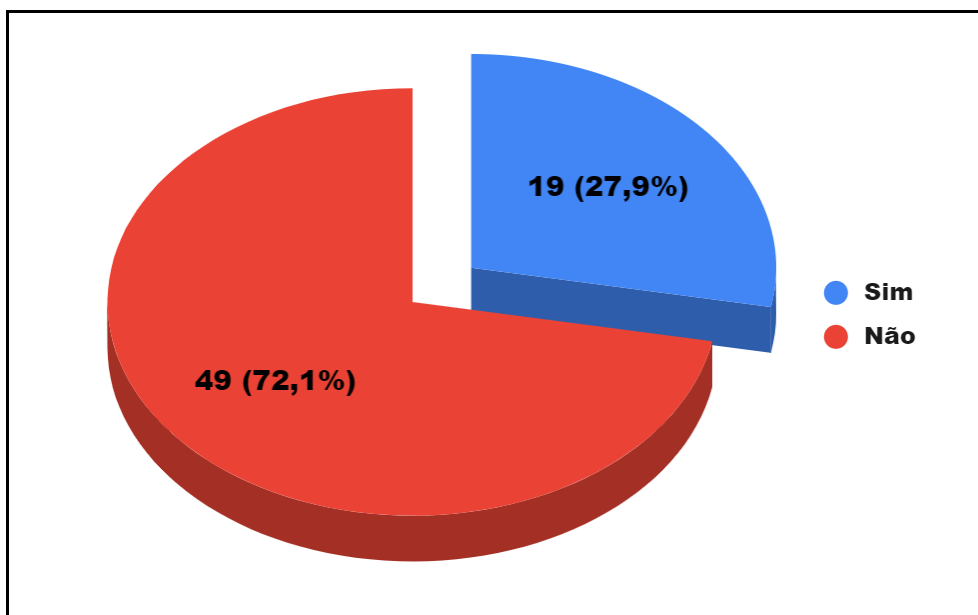


Gráfico 9 - Dificuldade de acesso ao Programa

A seguir, na figura 4, categorizamos sobre a questão do acesso ao Auxílio Estudantil: a categoria Dificuldades contém respostas com menções acerca da dificuldade de acesso; a categoria Facilitadores respostas com menções acerca das facilidades para acesso; a categoria Procedimentos respostas com menções aos procedimentos no acesso e manifestações acerca da necessidade de existirem.

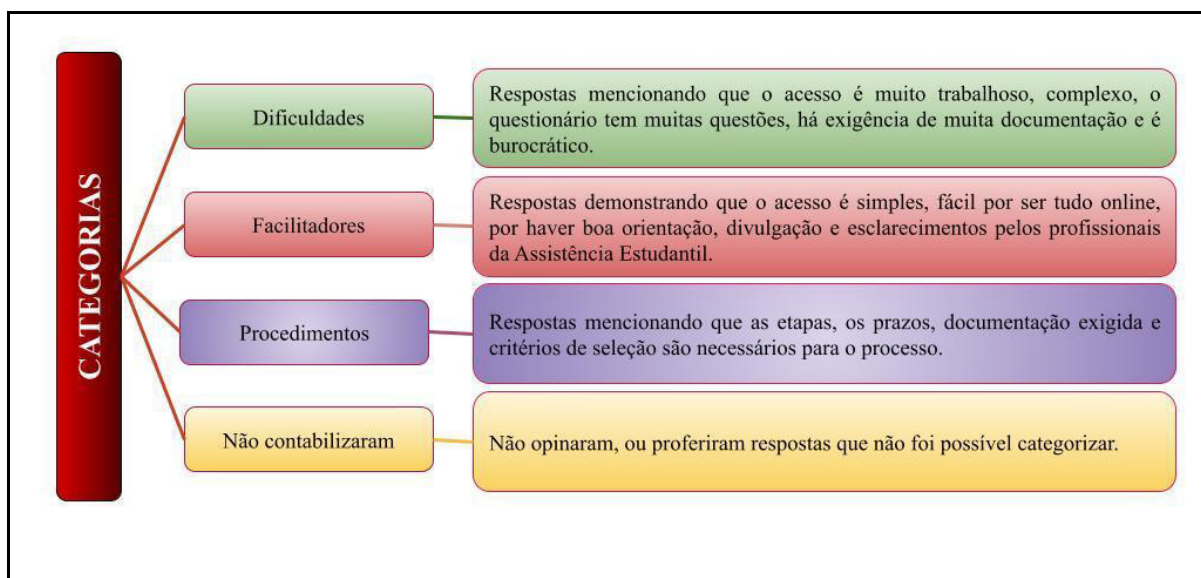


Figura 4 - Acesso ao Programa

Constata-se que, mesmo que 72,1% dos estudantes não consideraram difícil o acesso ao Auxílio Estudantil, 42% manifestaram sobre dificuldades referente ao acesso. Já 35% manifestaram alguns facilitadores no acesso e 17% fizeram menções acerca de procedimentos.

Tabela 3 - Sobre o acesso ao Programa

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Dificuldades	29	42
Facilitadores	24	35
Procedimentos	12	17
Não contabilizaram	4	6
TOTAL	69	100,

Assim, identificamos que, apesar do acesso ao Auxílio Estudantil não ser difícil, os estudantes manifestaram alguns pontos que são dificultadores, os quais consideramos que podem ser aprimorados, podendo ter como base, principalmente, os aspectos sinalizados como facilitadores no acesso. É fundamental o aprimoramento na forma de acesso aos Auxílios Estudantis, pois é por meio dele que se efetiva as ações da Política de Assistência Estudantil no âmbito institucional aos estudantes.

Ao questionarmos se consideravam o valor do benefício e o período de recebimento suficientes para atender suas necessidades ao longo da realização do curso, 67,6% dos estudantes afirmaram que sim e 32,4% responderam que não são suficientes, conforme gráfico 10.

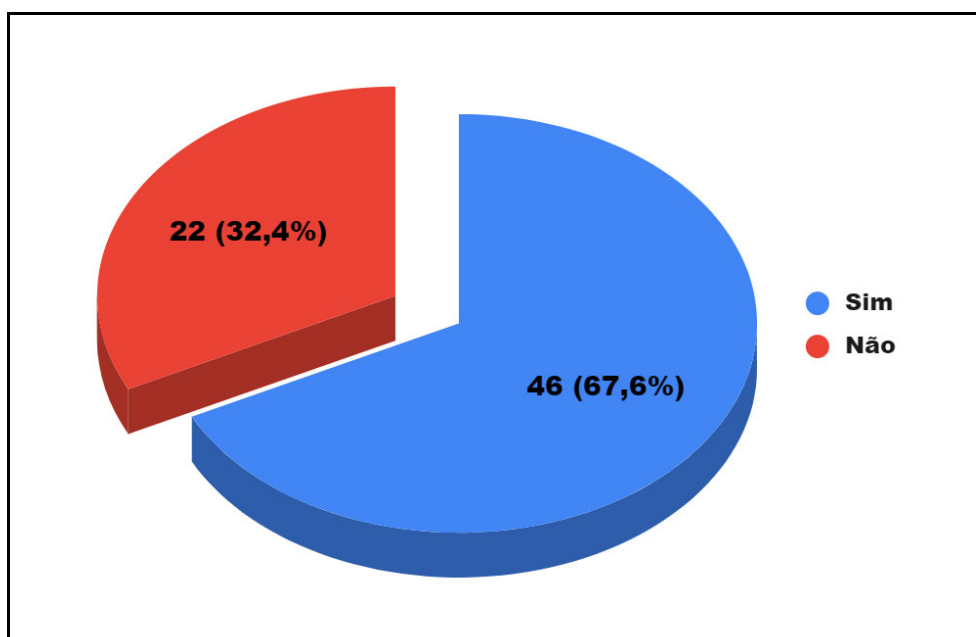


Gráfico 10 - Valor e período são suficientes

Diante das respostas, sim ou não, instigamos os estudantes a fazerem comentários acerca do nosso questionamento, categorizamos conforme figura a seguir.

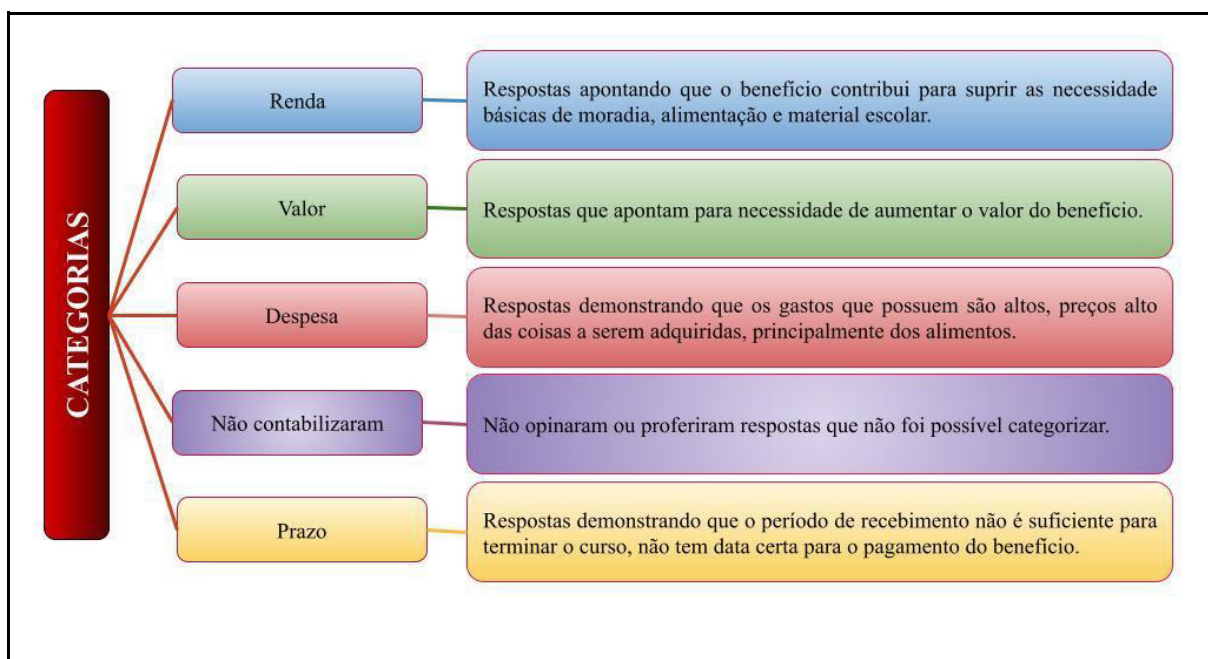


Figura 5 - Valor e período do benefício são suficientes (comentários)

Muitos dos comentários dos estudantes vieram em forma de explicação do sim ou não sobre o benefício e período serem suficientes para atender suas necessidades. Nesse sentido, conforme tabela 4, observamos que 42% dos estudantes manifestaram que o benefício contribui em suas necessidades básicas. Já 17% demonstraram que não conseguem suprir suas necessidades por conta dos custos elevados que possuem e pelos altos preços das coisas atualmente.

Tabela 4 - Sobre o valor e período do benefício recebido

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Renda	32	42
Valor	17	22
Despesa	13	17
Não opinaram	9	12
Prazo	5	7
TOTAL	76	100

Ao analisarmos os números acima sobre a suficiência ou não do valor e período para atendimento das necessidades dos estudantes, vale pontuar que 22% manifestaram a necessidade no aumento do valor dos benefícios. Isso reforça a importância do reajuste anual nos valores dos benefícios, impactando diretamente no atendimento das necessidades dos estudantes.

Corroborando com os dados anteriores, questionamos os estudantes se o benefício atende sua necessidade e se os prazos são respeitados, vejamos os gráficos a seguir:

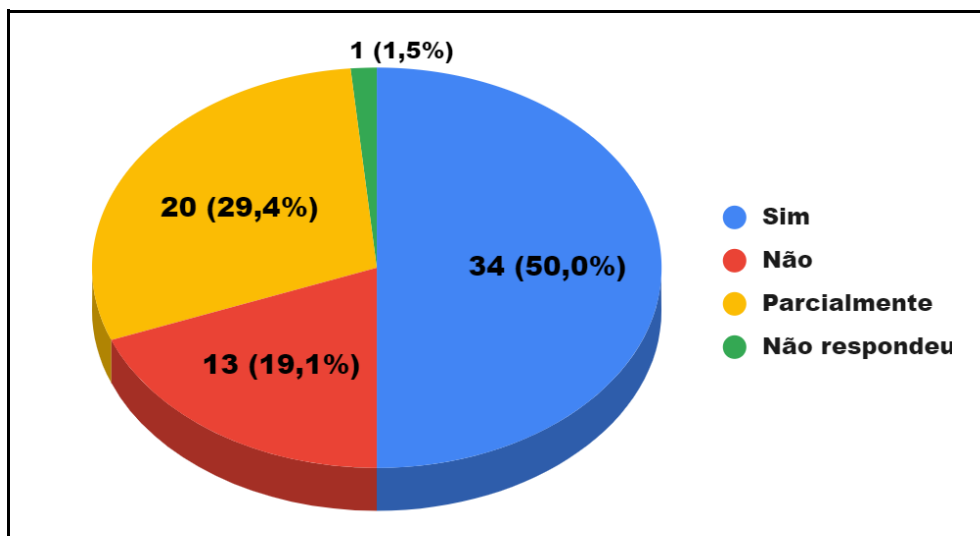


Gráfico 11 - O benefício atende suas necessidades

No gráfico 11, observa-se que para 50% dos estudantes o benefício atende suas necessidades, para 29,4% o benefício atende parcialmente e 19,1% o benefício não atende.

Quanto aos prazos de pagamento serem respeitados ou não, cabe aqui pontuar sobre o procedimento adotado no Campus Posse.

A Unidade de Assistência ao Educando (UAE) do Campus Posse, é responsável pela solicitação do pagamento dos discentes contemplados com os Auxílios Estudantis. Essa solicitação é feita via processo, com a inclusão de Ofício (assinado pelo chefe do setor e Direção-Geral do Campus), e a listagem dos estudantes aptos a receberem o benefício. Feito isso, o processo é encaminhado ao setor de Administração e Planejamento, sendo este o responsável por efetuar o pagamento na conta bancária dos estudantes.

Conforme previsto no edital que rege o Programa, mensalmente é verificada a frequência dos discentes contemplados. Normalmente, entre os dias 20 e 25 de cada mês a UAE realiza essa verificação no sistema para conferir se eles estão com frequência acima de 75% e, caso a frequência esteja abaixo de 75%, a UAE entra em contato via e-mail, informando o possível cancelamento do benefício, solicitando que o discente justifique (no prazo de 3 dias) o motivo da frequência abaixo do exigido pelo edital.

Portanto, só é possível realizar os demais trâmites do processo para solicitação de pagamento após a realização das etapas mencionadas anteriormente. Nesse sentido, normalmente, a UAE só consegue encaminhar o processo para o setor de pagamento entre os dias 29 a 31 de cada mês.

Assim sendo, o processo com a solicitação de pagamento dos benefícios chega todo início de mês ao setor responsável. No entanto, por questões de demandas e outros trâmites, inclusive de liberação financeira pelo Governo Federal, o benefício não tem uma data definida para ser pago, situação também apontada por Ferreira (2018, p. 58) em seu estudo realizado no IF do Ceará Campus Iguatu: “A irregularidade no calendário se deve aos atrasos no repasse dos recursos ao campus pela reitoria”, fato que, muitas das vezes, também ocorre no IF Goiano Campus Posse.

Diante da explanação, vejamos, no gráfico 12, como os estudantes responderam sobre o respeito dos prazos.

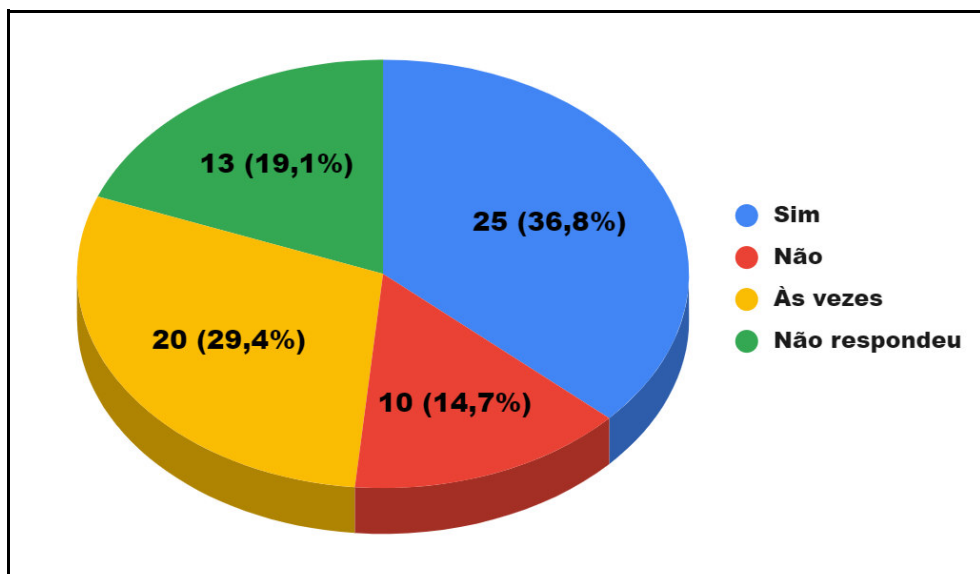


Gráfico 12 - O prazo dos pagamentos são respeitados

Para 36,8% dos estudantes, os prazos são sim respeitados; 29,4% consideram que às vezes e, para 14,7%, os prazos não são respeitados. Importante mencionar que os pagamentos efetuados em datas estabelecidas é algo essencial para efetividade da ação, uma vez que o estudante tem possibilidade de se organizar e planejar para cumprimento das despesas financeiras que garantam sua permanência na Instituição.

Ao questionarmos se achava que o PNAES diminui a desigualdade social no ambiente escolar, o resultado foi que 75% dos estudantes acreditam que sim, 16,2% responderam que não e 7,4% acreditam que diminui parcialmente. Esse número expressivo, que considera que há a diminuição da desigualdade social no ambiente escolar, aponta para o cenário de que o Programa vem conseguindo atingir um de seus objetivos, que é “minimizar os efeitos da desigualdade social e regionais na permanência e conclusão da educação superior” (BRASIL, 2010, [s.p.]). Vejamos o gráfico 13.

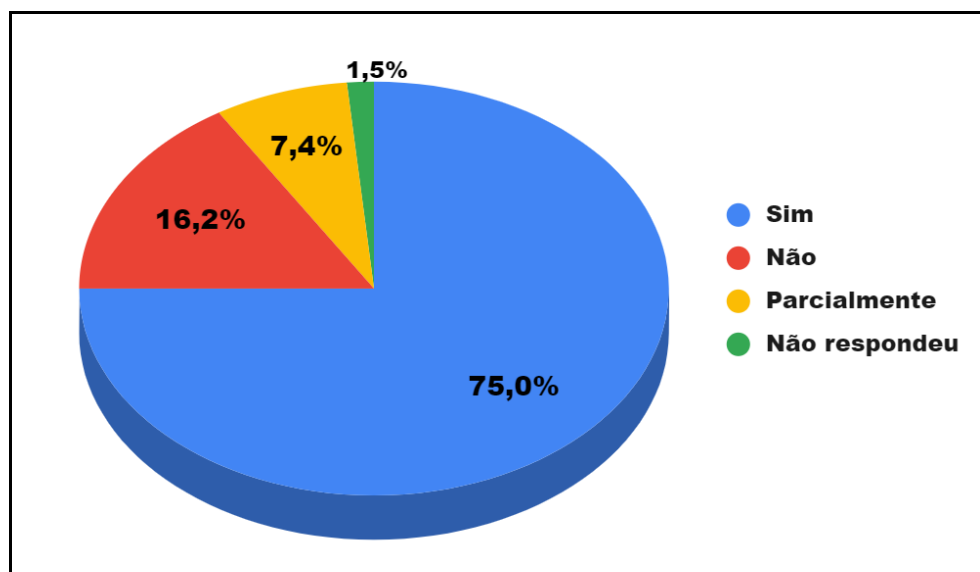


Gráfico 13 - O PNAES diminui a desigualdade social no ambiente escolar

O combate da desigualdade social, nessas circunstâncias, representa a expansão das condições de permanência e êxito, buscando que sejam superados os desafios postos pela trajetória acadêmica dos estudantes de baixa renda na Instituição (IMPERATORI, 2017).

Diante do questionamento se o benefício contribui para que se tenha um desempenho acadêmico satisfatório, categorizamos as respostas conforme figura 6.

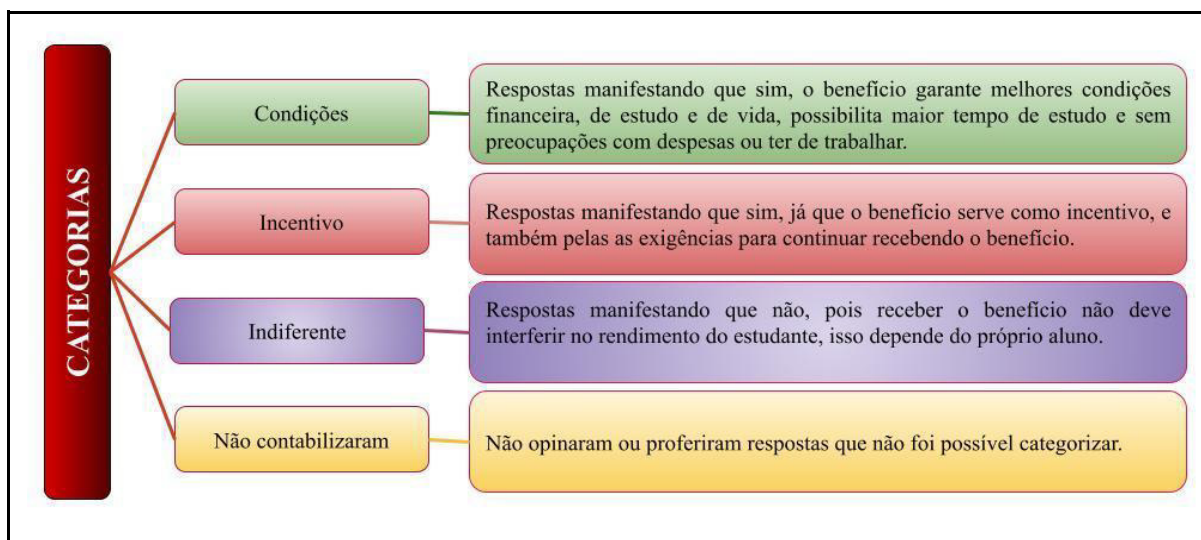


Figura 6 - O benefício contribui para que tenha um desempenho acadêmico satisfatório

Em nossa categorização, as categorias Condições e Incentivo foram respostas que manifestaram que sim, a categoria Indiferente foram respostas apontando para não. Vejamos a tabela 5 com os números.

Tabela 5 - O benefício contribui para que tenha um desempenho acadêmico satisfatório

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Condições	49	70
Incentivo	14	20
Indiferente	6	9
Não opinaram	1	1
TOTAL	70	100

Considerando a categoria Condições e Incentivo, obtivemos 90% de estudantes manifestando que o benefício contribui para que tenham um desempenho acadêmico satisfatório e somente 9% responderam que não. Esses números podem significar que, para o estudante, o benefício está diretamente ligado ao bom desempenho acadêmico, seja por melhorar suas condições financeiras, seja como um incentivo e até mesmo pelas exigências para continuidade no recebimento.

Não obstante aos números obtidos, alguns estudos demonstram que diversos fatores causam impactos negativos no desempenho acadêmico, entre eles, a baixa condição de renda (BONAMINO; ALVES; FRANCO, 2010). Essa constatação nos faz refletir que, na medida que se eleva o rendimento financeiro do estudante, a tendência é que isso influencia positivamente no desempenho acadêmico.

Ainda no âmbito do desempenho acadêmico, questionamos os estudantes se com o recebimento do Auxílio Estudantil melhorou seu desempenho acadêmico. Vejamos o gráfico 14.

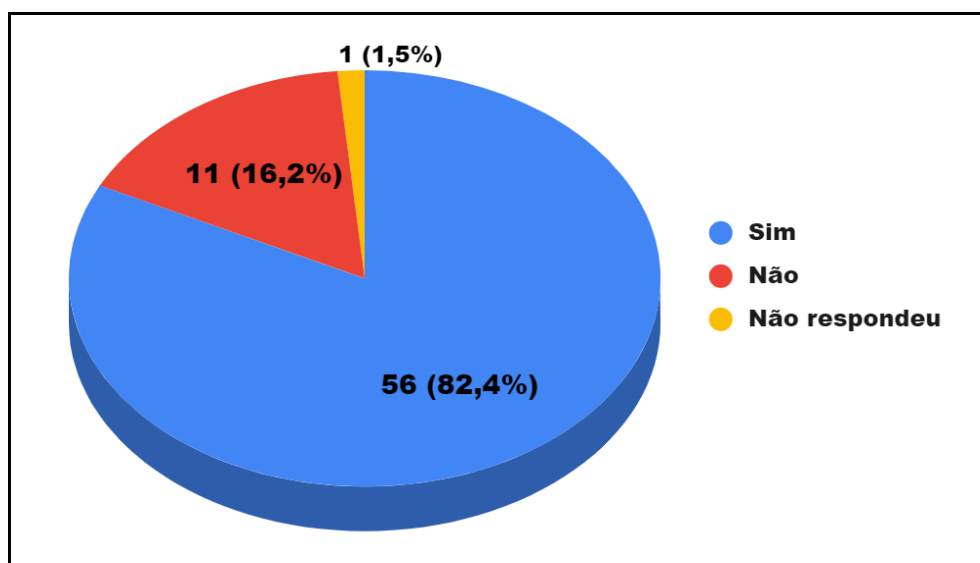


Gráfico 14 - O recebimento do benefício melhorou seu desempenho acadêmico

Portanto, 82,4% dos estudantes responderam que o seu desempenho acadêmico melhorou com o recebimento do Auxílio Estudantil, reafirmando que além do benefício contribuir para que o estudante tenha um desempenho acadêmico satisfatório. De fato, a maioria melhorou seu desempenho após o recebimento do benefício.

Vale destacarmos esses números, pois demonstram o impacto da Política de Assistência Estudantil na vida acadêmica dos estudantes quanto ao seus desempenhos acadêmicos. Ressaltamos que o PNAES preconiza que suas ações devem contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, previsto no parágrafo único do Art. 4º no Decreto Lei 7.234/2010 (BRASIL, 2010).

Também questionamos aos estudantes se o benefício contribui para que permaneça no curso, segue figura 7 com a categorização das respostas.

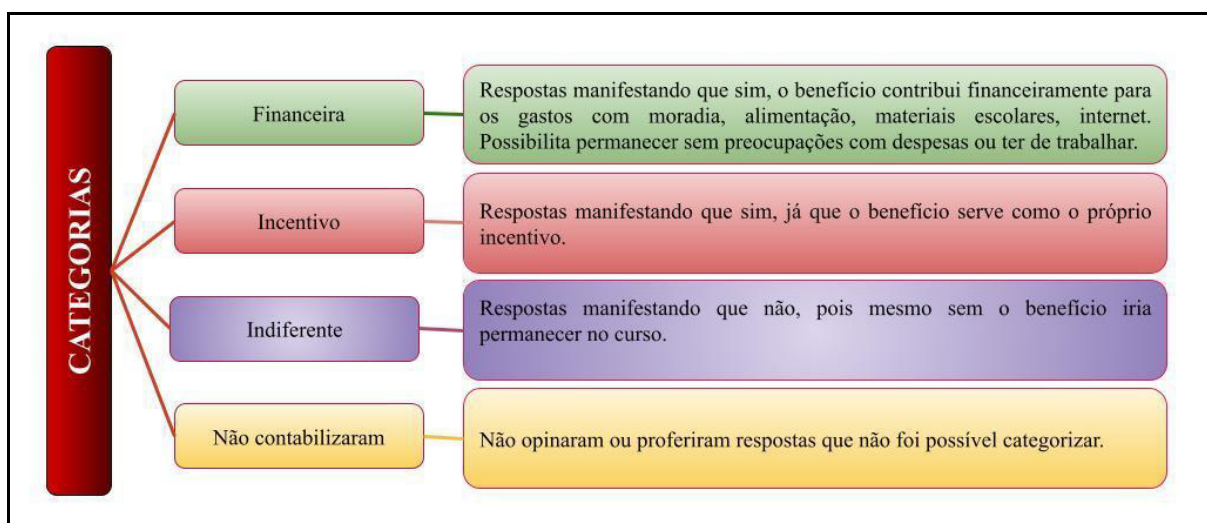


Figura 7 - O benefício contribui para que você permaneça no curso

As categorias Financeira e Incentivo são respostas com manifestação de sim, a categoria Indiferente são respostas apontando para não.

Tabela 6 - O benefício contribui para que você permaneça no curso

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Financeira	54	78
Incentivo	7	10
Indiferente	7	10
Não opinaram	1	2
TOTAL	69	100,

Conforme tabela 6, ao considerarmos a categoria Financeira e Incentivo, temos 88% dos estudantes manifestando que o benefício contribui para que permaneçam no curso, e 10% responderam que não. Esses dados demonstram que o benefício é um contribuinte importante para sua permanência no curso, no entanto não é o fator preponderante quando questionados se teriam saído do curso no caso de não receberem o benefício, conforme observado no gráfico 15.

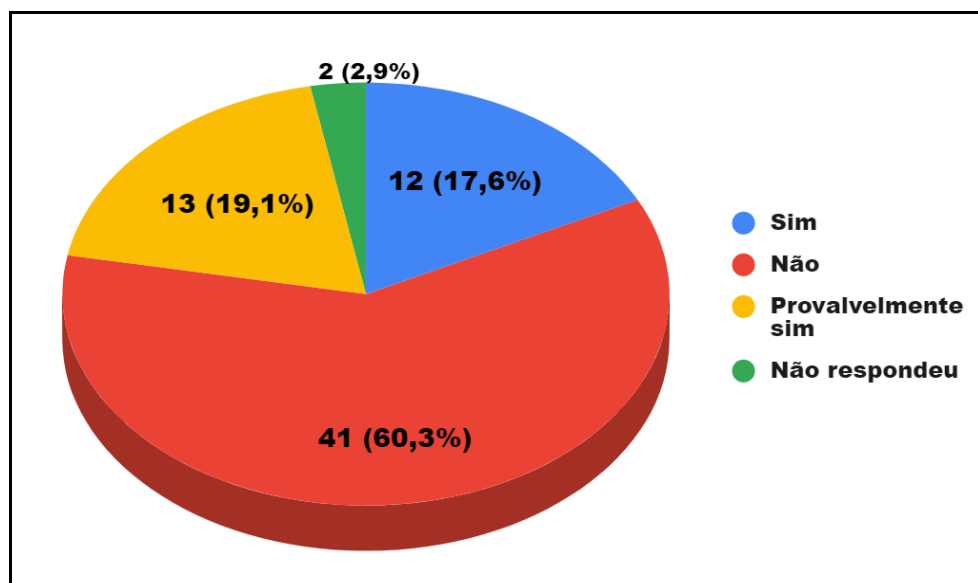


Gráfico 15 - Se não tivesse recebendo o benefício você teria saído do curso

Observamos que 60,3% dos estudantes responderam que não teriam saído do curso, mesmo sem receber o benefício; 19,1% responderam que provavelmente sairiam do curso sem o benefício e 17,6% disseram que não. Conceição (2017, p. 42) nos traz uma contribuição significativa diante desses números:

Esse dado nos traz a reflexão, mais uma vez, de que a condição socioeconômica é importante, porém, quando se fala em permanência e em evasão escolar vários aspectos devem ser levados em consideração, já que se trata de um fenômeno multicausal.

A afirmação desses estudantes, de que não abandonariam o seu curso se não estivessem recebendo auxílio, desmistifica ou, pelo menos, ameniza o

superdimensionamento atribuído à assistência estudantil como sendo fator determinante para a permanência do estudante.

Com isso, é possível entender que a permanência do estudante na Instituição está relacionada a outros fatores, que também perpassam pela situação financeira. Nesse sentido, isso precisa ser trabalhado com estratégias que envolvam segmentos além da assistência estudantil, tais como, ensino, pesquisa e extensão como forma de superação da evasão. Conforme apontado por Leite (2018, p. 38),

No entanto, apenas as ações de assistência estudantil por si só não são suficientes para eliminar as evasões e os baixos rendimentos; é preciso que o conjunto da escola, em sua unidade ensino-aprendizagem, desenvolva projetos educativos em consonância com a realidade dos grupos sociais inseridos na escola.

Para contribuir com nossa análise, vejamos algumas das respostas dos participantes quanto a essa situação: “*Não, mas teria mais dificuldade de permanecer no curso*”, “*Não teria saído, mas as coisas estariam mais difíceis*”, “*Não, mas estaria desmotivada com o curso*”, “*Não, mas teria mais dificuldades para continuar cursando*”, “*Não, mas estaria passando dificuldade, pois minha mãe está desempregada*”, “*Não, porém estaria menos empenhado pois teria que buscar trabalho e dispersar*”, “*Não tinha saído, pois eu iria buscar outras alternativas para permanecer nesse curso que é o meu futuro*”. Nos cabe refletir que a Política de Assistência Estudantil é necessária e relevante para permanência do estudante na Instituição, no entanto, ela deverá atuar como um instrumento a mais na garantia da permanência e combate à evasão.

Realizamos o seguinte questionamento aos estudantes: “Caso você considere o benefício insuficiente para sua permanência no curso e desempenho satisfatório, o que você acha que poderia ser feito para que suas necessidades fossem atendidas? Vejamos a figura 8 com a categorização das respostas.

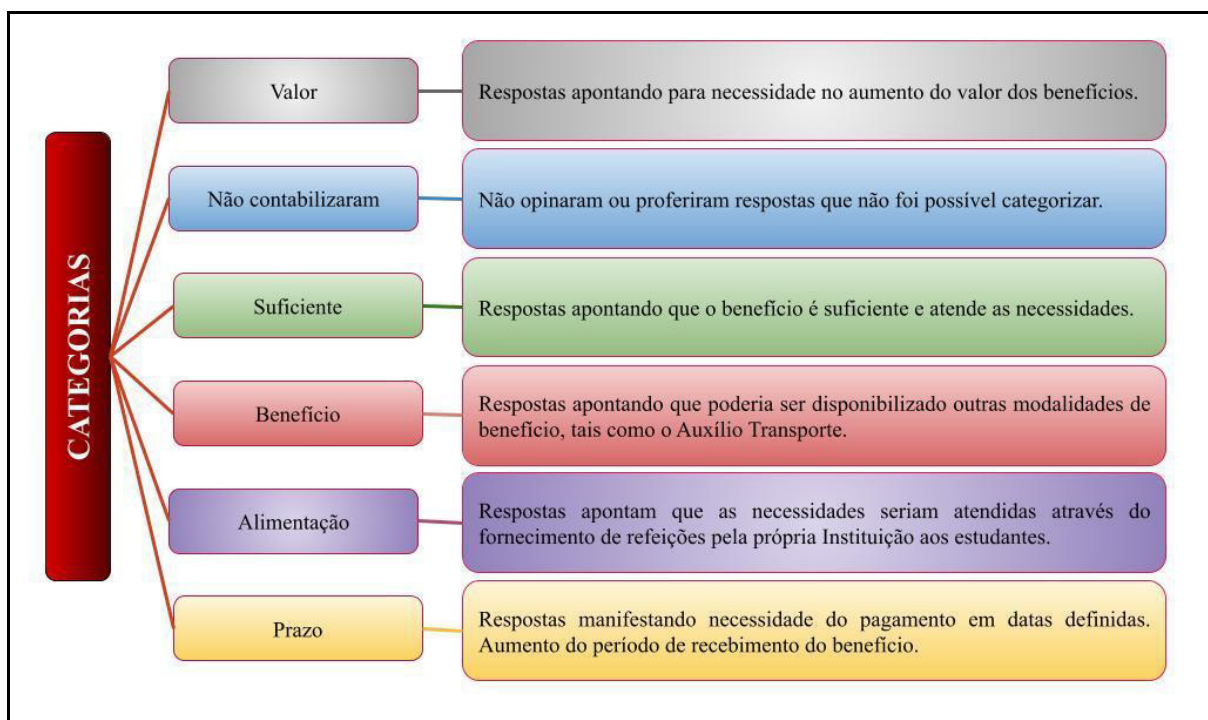


Figura 8 - O que poderia ser feito para atendimento das suas necessidades

Diante da nossa categorização, a categoria Não Contabilizaram teve um significativo número. Isso em decorrência de muitos não terem respondido e algumas respostas genéricas não sendo possível categorizar, vejamos algumas: “Ao certo, as necessidades não seriam atendidas somente com o dinheiro”, “Nesse caso nós alunos temos que nos virar, e contar com a família”.

Tabela 7 - O que poderia ser feito para atendimento das suas necessidades.

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Valor	25	34
Não contabilizaram	18	24
Suficiente	17	23
Benefício	5	7
Alimentação	4	6
Prazo	4	6
TOTAL	73	100,

Conforme tabela 7, observamos que 34% responderam apontando para questão do aumento do valor para que suas necessidades pudessem ser atendidas; 24% não opinaram ou responderam de forma não ser possível categorizar; 23% manifestaram que o benefício é suficiente; 7% apontaram para oferta de outras modalidades de benefício e 6% para questão do fornecimento de alimentação no Campus, mesmo percentual para aqueles que apontaram para necessidade do pagamento em datas definidas e aumento no período de recebimento do auxílio.

Nesses números, temos elementos que nos servem de base para aprimoramento das ações da Assistência Estudantil no Campus Posse, principalmente no que se refere ao aumento no valor dos benefícios e ofertas de outras modalidades.

A pergunta “Você acha que as exigências de frequência, rendimento escolar e disciplina para continuar recebendo o Auxílio Estudantil te prejudicam?” teve a finalidade de verificar como os estudantes percebem alguns critérios de cancelamento do benefício dispostos no Edital, tais como:

- 18.3. Não estar mensalmente com a frequência mínima de 75% em todas as disciplinas matriculadas;
- 18.5. Ser constatada falta de empenho e esforço na obtenção da nota mínima para aprovação nas disciplinas após análise e decisão da maioria dos docentes participantes dos conselhos de classe. Esta constatação será realizada em todos os conselhos de classe que ocorrerem durante o ano letivo;
- 18.7. Ser penalizado com, pelo menos, uma advertência escrita e/ou suspensão;
- 18.8. Envolver-se em caso de Trote ou Bullying (IF GOIANO CAMPUS POSSE 2023, p. 7).

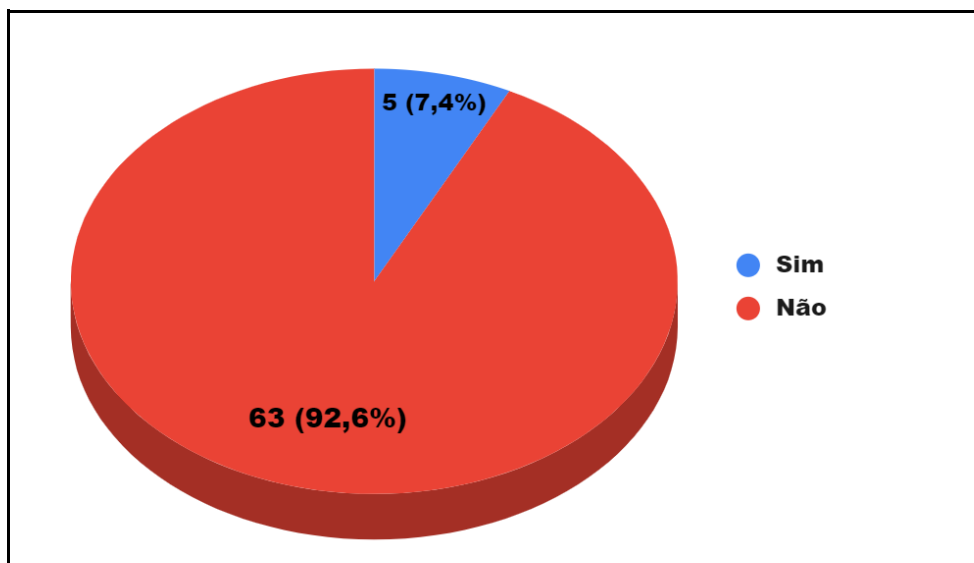


Gráfico 16 - As exigências (frequência, rendimento escolar e disciplina) para continuar recebendo o benefício te prejudicam

Conforme o gráfico 16, observamos que os critérios exigidos no edital para o benefício não ser cancelado, no que se refere a questão da frequência, rendimento escolar e disciplina, demonstram não serem prejudiciais para 92,6% dos estudantes, somente 7,4% consideram que prejudicam. Torezani (2015, p. 53) encontrou números próximos no seu estudo:

90% dos alunos responderam que não afetam e 10% responderam que prejudica a continuidade no programa.

O explicitado demonstra que os alunos concordam com os critérios necessários para continuar sendo beneficiário do programa, assim, a conduta de avaliar a disciplina e o rendimento dos alunos não é visto pela maioria dos educandos como algo prejudicial.

Podemos compreender que essa linha de exigências utilizadas pelas instituições para garantir a continuidade dos benefícios aos estudantes não apresentam maiores problemas junto ao corpo estudantil, servindo inclusive como um impulsor na busca de melhoria no desempenho. Isso pode ser demonstrado por alguns estudantes em suas respostas: *“Não, esses fatores acabam sendo incentivo para ir ao curso e receber o auxílio”*, *“Não, pelo contrário, considero um incentivo para melhoria”*, *“Não, pois, serve como incentivo para continuar estudando e mantendo rendimento escolar”*, *“ Não, ajudam a me manter com frequência boa e melhorar o meu desempenho”*, *“Não, ajuda a manter o foco nos estudos”*, *“Não, porque me faz querer manter uma boa frequência e boas notas”*, *“Não, é um baita de incentivo”*.

Para apresentarmos sobre a próxima questão, é relevante pontuar que o IF Goiano Campus Posse é uma instituição relativamente nova (10 anos) e ainda não dispõe de toda sua estrutura física e de pessoal necessária para desenvolvimento de algumas ações ou atividades em específico.

Dito isso, o campus ainda não dispõe de um refeitório ou restaurante estudantil que forneça refeições gratuitas ou subsidiadas de baixo custo aos seus estudantes. No momento, o que a Instituição dispõe, é de um espaço reduzido em que disponibiliza duas geladeiras e seis micro-ondas para que os estudantes possam utilizar para armazenar e aquecer suas refeições.

Quando questionados se prefeririam que o Auxílio Alimentação fosse substituído pela oferta de alimentação gratuita, categorizamos suas respostas conforme figura 9.

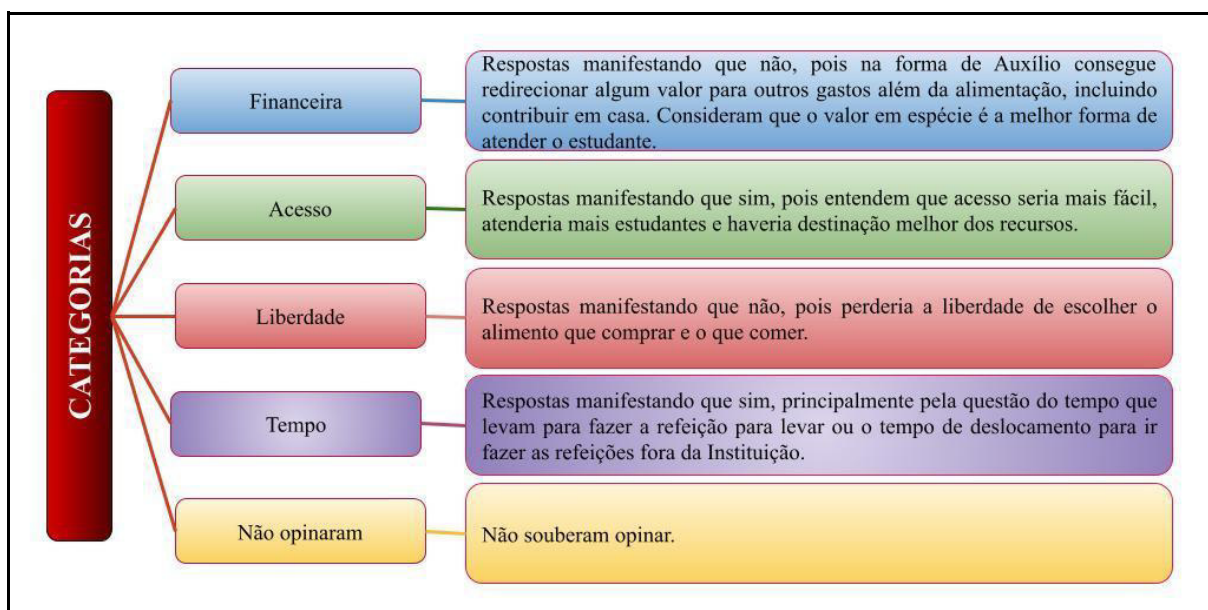


Figura 9 - Substituição do Auxílio Alimentação pela oferta de alimentação gratuita

As categorias Acesso e Tempo são respostas que manifestaram que sim, já as categorias Financeira e Liberdade são respostas manifestando que não, vejamos os números:

Tabela 8 - Preferiria substituir o Auxílio Alimentação pela oferta de alimentação gratuita

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Financeira	25	37
Acesso	19	28
Liberdade	18	26
Tempo	4	6
Não opinaram	2	3
TOTAL	68	100,

Conforme tabela 8, fazendo uma junção das categorias que mencionaram sim (Acesso e Tempo), temos 34% que prefeririam que o Auxílio Alimentação fosse substituído pela oferta de alimentação gratuita no Campus. Já, por outro lado (Financeira e Liberdade), 63% responderam que não. Essas respostas nos fazem refletir que a maioria dos estudantes atendidos ainda preferem receber o benefício em forma de auxílio, ao invés de terem refeição gratuita no Campus. Vejamos algumas respostas desse motivo: “Não, ter a escolha de comprar o alimento que quiser”, “Não. Pois, com o auxílio eu mesma posso escolher como será a minha alimentação”, “Não! de forma alguma, jamais. O dinheiro dá a possibilidade do estudante escolher o que comprar para comer, já o lanche gratuito, ele seria fixo não abrangendo todos os alunos/gastos”, “Não. Pois o auxílio também ajuda nas refeições em casa”, “Não. Pois o auxílio ajuda além da alimentação, em outras necessidades”, “Não, porque quando não utiliza o dinheiro todo com alimentação posso utilizá-lo para compra de outras coisas, como de uso pessoal, por exemplo”.

Questionamos os estudantes se o recurso do PNAES poderia ser utilizado de outra forma/maneira. Categorizamos as respostas conforme figura 10.

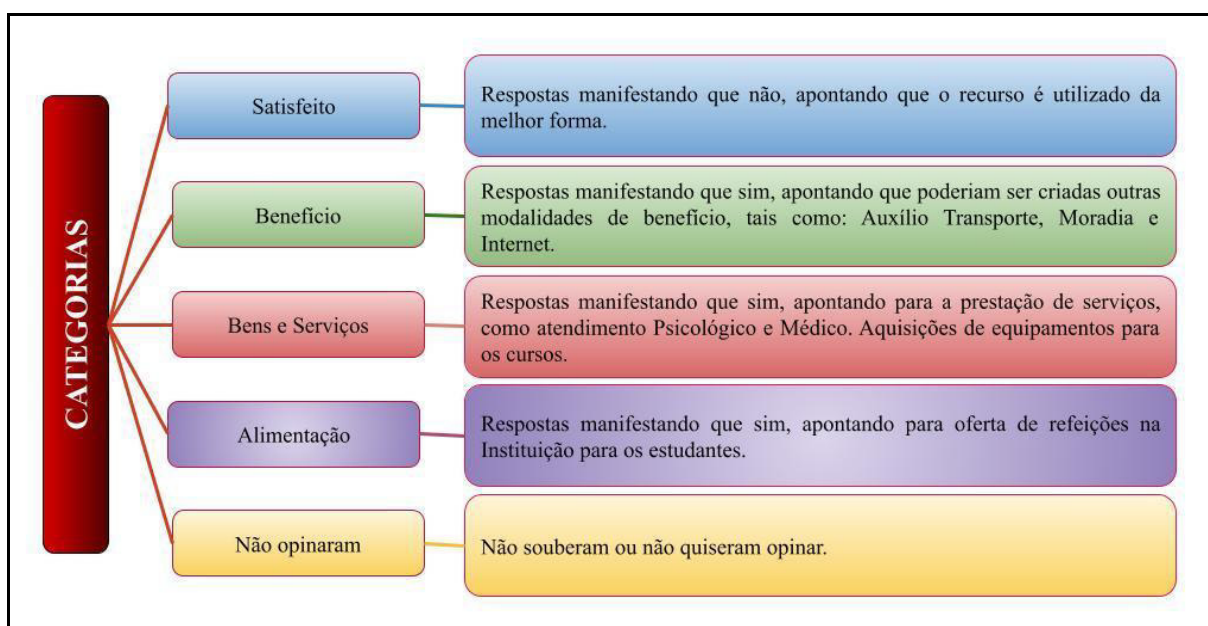


Figura 10 - O Recurso do PNAES poderia ser utilizado de outra maneira

Observamos que as categorias, Benefício, Bens e Serviços e Alimentação são respostas apontando que sim e a maneira que poderia ser utilizado. A categoria Satisfeito foram os que manifestaram não. Vejamos os números na tabela a seguir.

Tabela 9 - O Recurso do PNAES poderia ser utilizado de outra maneira

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Satisfeito	52	77
Benefício	7	11
Bens e Serviços	3	4
Alimentação	3	4
Não opinaram	3	4
TOTAL	68	100,

Nota-se que 77% dos estudantes responderam que não, já 19% manifestam que poderia ser utilizado de outra maneira, inclusive com a oferta de outras modalidades de benefício, com atendimento médico e psicológico, aquisições de equipamento para os cursos e a oferta de alimentação gratuita aos estudantes.

Mais uma vez, vale pontuar sobre a falta de estrutura do Campus de forma geral, ao mencionarem sobre a necessidade de atendimento médico e psicológico. Isso ocorre por não termos na Instituição seu quadro de pessoal completo, assim como estrutura física para acolher tais profissionais. Ao apontarem aquisições de equipamento para os cursos também é reflexo dessa estrutura deficitária, que é identificada pelos estudantes.

Para Conceição (2017, p. 45)

Além do investimento em infraestrutura, compreendemos que as ações de assistência estudantil devem aglutinar, além da oferta dos auxílios, as ações de acompanhamento dos estudantes nas dimensões pedagógicas, psicológicas, de saúde, etc., pois a finalidade a que a política se propõe, que é a prevenção da evasão e o êxito acadêmico, são fenômenos multicausais e não podem jamais ser analisados apenas pela ótica da questão econômica.

Nesse sentido, refletimos que o IF Goiano Campus Posse precisa avançar e melhorar suas condições em vários aspectos, buscando cumprir seu papel de instituição “[...] oferecendo educação pública, inclusiva, gratuita e de qualidade focada nas demandas sociais e no desenvolvimento local e regional” (IF GOIANO, 2018, p. 57).

Fizemos o questionamento aos estudantes sobre quais propostas de mudanças eles fariam no Programa de Assistência Estudantil, as respostas foram categorizadas na figura 11.



Figura 11 - Proposta de mudança no Programa

Observa-se uma variedade de colocações dos estudantes acerca do que mudaria no Programa, vejamos a seguir os números:

Tabela 10 - Proposta de mudança no Programa

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Nenhuma	44	58
Valor	10	13
Benefício	8	10
Prazo	6	8
Burocracia	4	5
Alimentação	2	3
Critério	2	3
TOTAL	76	100,

Temos 58% de estudantes que não têm proposta de mudanças ao Programa, 13% aumentaria o valor, 10% apontaram criação de outras modalidades de benefícios. Essas duas categorias (Valor e Benefício) também já haviam sido mencionadas pelos estudantes, quando perguntados sobre o que poderia ser feito para atendimento de suas necessidades (figura 8 e tabela 7).

Ainda sobre a tabela 10, observa-se que 8% dos estudantes pontuaram sobre os prazos, seja na data do pagamento ou período de recebimento, 5% referiram em diminuir a burocracia, 3% sobre a oferta de alimentação gratuita no campus e o mesmo percentual para aqueles que manifestam a necessidade de uma análise mais minuciosa dos inscritos.

Mais uma vez, obtivemos elementos que são passíveis de aprimoramento dentro das ações de assistência estudantil do Campus Posse, repetindo a situação em que encontramos na questão anterior sobre o que poderia ser feito para atendimento das necessidades e apontando aumento no valor do benefício e outras modalidades.

Em nossa última pergunta do questionário, deixamos o espaço aberto para ouvir o que os estudantes teriam para colocar, questionamos se gostariam de acrescentar alguma coisa. Nesse sentido, buscamos valorizar e dar voz a estas colocações. Segundo Eloi et al (2019, p. 125),

A importância da avaliação pelo prisma dos beneficiários de políticas públicas é frequentemente eleita, pelos grandes estudiosos da avaliação, como uma importante forma de melhorar a gestão dos poucos recursos públicos e aumentar o desempenho do programa, tendo em vista que se consegue formular intervenções mais adequadas às características do público-alvo.

Para isso, organizamos por assuntos e trouxemos na íntegra cada resposta desses estudantes que, gentilmente, se dispuseram a contribuir com nosso estudo.

Vejamos colocações com referência aos pagamentos, quantidade de vagas e valores do benefício: *“Gostaria de ressaltar a importância de pagar todo mês em data estipulada, assim contribui mais para que o aluno se organize e use de forma eficiente a remuneração e permanência estudando”, “Somente no prazo de pagamento seria interessante ter um dia aproximado todo mês”, “Só em relação ao número de bolsas permanência ofertado que poderia ser maior, mas entendo que a instituição faz o que pode com a verba que tem e*

procura ajudar o maior número possível de alunos”, “Aumentaria mais auxílios para contemplar mais pessoas”, “Apenas pagar o Auxílio dentro do prazo”.

Diante dessas respostas, os estudantes manifestaram sentimentos que os afligem quanto ao pagamento, valores e vagas disponíveis no Programa. Isso reforça a questão da insuficiência de recursos necessários para a Assistência Estudantil nos últimos anos. Para Weizenmann (2021, p. 120),

O que pode ser percebido no contexto analisado é que as instituições mobilizam todos os servidores, seus alunos e uma comunidade inteira a fim de se determinar as necessidades desses públicos, criam expectativas, estruturam as metas e estratégias e elaboram um roteiro a ser seguido para se atingir o objetivo, porém, em decorrência dos constantes cortes orçamentários muitos desses esforços tornam-se em vão, visto que a grande maioria das ações, e principalmente as da AE, que visam prestar importante serviço a alunos em condições de vulnerabilidade econômica e social, dependem desses recursos, frustrando algumas importantes metas.

Os impactos por questões orçamentárias é bastante negativo, principalmente em uma Instituição nova como o Campus Posse do IF Goiano, que ainda necessita de condições básicas e essenciais para seus estudantes, sendo expressadas nas respostas dos participantes: *“Oferecer refeição no Instituto, aumentar o refeitório é um descaso o refeitório onde (esquenta o almoço) ser daquele tamanho e com poucos micro-ondas”, “Sim. A ausência de dormitórios me atrapalha na qualidade de aprendizado, qualidade de sono, assim atrapalhando a qualidade de aprendizado”.*

Alguns estudantes sentiram-se à vontade para manifestar sobre a rigorosidade ou a falta dela durante o processo de seleção para os Auxílios: *“Sim, que realmente visitem a casa dos contemplados para realmente ter certeza das condições”, “Monitoramento mais rigoroso da situação de cada aluno, pois tem muitos que recebem e não precisa e acaba tirando a oportunidade daqueles que realmente precisa”, “Menos requisitos para participar do benefício”.*

Muitos estudantes manifestaram sua satisfação e a importância de serem atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil, sinalizando o impacto positivo em sua vida: *“Só quero deixar claro que o programa desempenha um papel fundamental em minha capacidade de continuar meus estudos com sucesso, e que sem ele eu não teria a chance de realizar meu sonho de um dia ter um diploma e ser um engenheiro agrônomo”, “O auxílio estudantil é muito útil para diversas modalidades, mesmo sendo para uma categoria específica, serve para retroalimentar outras categorias. É um suporte indispensável para o estudante”, “O benefício de uma forma geral ajuda muito aqui no Instituto Federal. Assim como me ajudou e ajuda até o momento”, “Não, acredito que o programa por si só já é bastante eficiente e auxilia vários estudantes que estão em busca de seus sonhos. Afinal, ao longo da realização do curso auxilia no combate às situações de repetência e evasão”, “Somente agradecer a assistência estudantil do IF Goiano Campus Posse, pelo apoio e benefícios que já recebi e ainda recebo, sempre me ajudou bastante”, “Como já citei, o programa age de forma justa, eu não mudaria nada, e no momento está suprindo as minhas necessidades”, “O auxílio me ajuda bastante. Mais nada a acrescentar”, “O auxílio é o diferencial positivo na vida de muitos estudantes para continuar estudando”, “Por mais que seja pouco, é muito importante, uma ajuda bem generosa”, “O auxílio é uma ajuda extremamente necessária na vida do estudante”.*

Também tivemos manifestação de cuidado e preocupação com o próximo, quando uma estudante colocou que: *“Alguns alunos com índice de reprovação altos desde o início do curso deveriam ser acompanhados mais de perto. Às vezes existe uma dificuldade e os alunos têm vergonha e não contam com laudos médicos. Percepção que eu tenho de colega”.*

Outras manifestações proferidas nas respostas dos estudantes foram de reconhecimento do trabalho da equipe de Assistência Estudantil e agradecimentos, demonstrando que estamos sempre buscando fazer o melhor: *“Só tem a agradecer pelo auxílio que recebo e pelo tratamento do Assistente Social, o Forlan, que é sempre muito prestativo e educado além de ser um excelente profissional”, “Só queria agradecer pelo programa, por todo o auxílio necessário para que eu e os interessados em receber o auxílio pudesse ser contemplados”, “No momento do jeito que está ótimo” “Agradeça a todos da assistência estudantil por sempre buscar o melhor para nós alunos”, “Não, obrigado por contar com a minha opinião! Grata”, “Sou muito grata ao recebimento do auxílio, pois este está me ajudando a conquistar meu sonho. Obrigada IF”.*

Em um simples questionamento, de forma livre e aberta, os estudantes expuseram aquilo que sentiam de forma geral, com isso tivemos relatos valiosos, carregado de muitas inquietações, expectativas, gratidão, generosidade, dúvidas, sugestões, elogios, críticas, cobranças, reconhecimento e muitos sonhos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, intitulado como: Implicações do Programa Nacional de Assistência Estudantil para o estudante do IF Goiano Campus Posse buscou investigar como os discentes avaliam os impactos do Programa de Assistência Estudantil na sua vida acadêmica. Com a identificação da condição socioeconômica, a partir dos indicadores de renda, composição familiar e escolaridade dos membros da família. Investigamos a satisfação dos discentes com o Programa e verificamos juntos aos participantes as mudanças que eles propõem.

Para realização deste estudo contamos com a colaboração de 75,5% dos estudantes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil do Campus Posse no ano de 2023, que nos forneceram elementos significativos para compreensão dos impactos do Programa de Assistência Estudantil em sua vida acadêmica.

Ressaltamos que o foco deste estudo foi analisar como os estudantes atendidos avaliam o Programa de Assistência Estudantil a partir de suas concepções e não nos debruçarmos sobre os indicadores formais de desempenho acadêmico e evasão escolar, não que isso também não seja significativo e relevante de ser estudado, mas buscamos realizar essa outra abordagem. O estudo possibilitou conhecer os aspectos históricos de construção da Política Nacional de Assistência Estudantil, até os dias atuais do PNAES, fornecendo elementos que demonstraram os avanços e retrocessos ao longo dos anos e quais os impactos no contexto educacional.

Também foi possível, através do nosso estudo, compreender o papel e relevância do IF Goiano nas regiões em que se encontra instalado, inclusive na cidade de Posse/Goiás. Mesmo que o Campus ainda não disponha, em plenitude, da sua estrutura física e de pessoal vem contribuindo significativamente na formação de cidadãos e no processo de transformação regional.

Em nosso trabalho, evidenciamos que o público atendido pelo PNAES no IF Goiano Campus Posse atende ao critério estabelecido pelo Art. 5º, que é o atendimento prioritariamente dos estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Cabe ressaltar que o perfil de renda da grande maioria é bem inferior a este valor e que 13% das famílias têm como única fonte de renda o Programa Bolsa Família.

Constatamos que as famílias, em sua grande maioria, possuem de três a quatro membros na família e que o maior nível de escolaridade é a formação de ensino médio completo em 78% das famílias, somente 12% possuem ensino superior completo. Já o nível de escolaridade do principal responsável pela renda concentra-se entre ensino médio completo (47%) e fundamental incompleto (26%). Podendo este ser o fator causador dos baixos rendimentos financeiros encontrados entre os participantes.

A pesquisa revelou que a grande maioria dos estudantes (83%) teve conhecimento do PNAES através da própria instituição, 43% demonstraram conhecimento acerca dos objetivos quando questionados. Esses números, representam o importante papel de divulgação do Programa entre os estudantes realizada pela Instituição.

Observamos que os estudantes (72%) não consideram difícil o acesso ao Auxílio Estudantil até o recebimento do dinheiro, no entanto 34% dos estudantes apontaram situações de dificuldades para o acesso. É importante um olhar especial aos pontos considerados dificultadores para minimizar tais situações que inviabilizam que o público-alvo acesse os benefícios da assistência estudantil.

Consideramos significativo o número de 68% dos estudantes que manifestaram sobre o valor e período de recebimento serem suficientes e, ao tecerem comentários sobre essa questão, pontuaram sobre a necessidade no aumento do valor do benefício. O valor do benefício é um fato relevante em nossa abordagem, pois, por conta de políticas de governo neoliberal, os recursos do PNAES recebidos pelo Campus Posse ficaram estagnados e até

reduzidos nos últimos anos (conforme quadro 6), inviabilizando o reajuste nos valores dos benefícios estudantis, sendo retomados somente em 2023.

Em relação ao prazo dos pagamentos serem respeitados, compreendemos a complexidade apresentada, inclusive envolvendo até a questão de repasse pelo Governo Federal, mas, mesmo assim, 37% consideram que os prazos são respeitados, 29% consideram que às vezes e somente 15% apontaram que não são respeitados.

A pesquisa demonstrou que grande parte dos estudantes atendidos (75%) consideram que o PNAES diminui a desigualdade social no ambiente escolar, o que demonstra a efetividade no atendimento do Programa em um dos seus objetivos, que é a busca da diminuição das desigualdades sociais e regionais que impactam na permanência e conclusão de curso desses estudantes.

No aspecto do desempenho acadêmico, a pesquisa evidenciou que, para 90% dos estudantes, o benefício recebido contribui para que se tenha um desempenho acadêmico satisfatório. 82% consideraram que seu desempenho acadêmico melhorou com o recebimento do benefício, sendo, portanto, números bastante positivos e significativos no cenário pesquisado.

Quanto à permanência no curso, demonstrou-se que o benefício contribui, conforme respondido por 88% dos estudantes. No entanto, o recebimento do benefício não se mostra preponderante, quanto à influência de garantir a permanência no curso, já que 60% responderam que mesmo sem o benefício não sairiam do curso.

O estudo sinalizou o que pode ser feito para o atendimento das necessidades dos estudantes, eles apontaram para: aumento no valor do benefício (34%), oferta de outras modalidades de benefício (7%), fornecimento de alimentação gratuita no Campus (6%) e pagamento em datas definidas do benefício e aumento no período de recebimento (6%).

As exigências do edital para continuidade no recebimento do benefício, tais como frequência acima de 75%, empenho e esforço para obtenção da nota mínima para aprovação nas disciplinas e as questões disciplinares, não apresentam ser prejudiciais para continuidade no recebimento do benefício para 93% dos estudantes. Inclusive, muitos estudantes apontaram essas exigências como um incentivo para a busca da melhoria no desempenho acadêmico.

Constatamos que 63% dos estudantes não preferem a substituição do Auxílio Alimentação pela oferta de alimentação gratuita, muitos manifestaram que utilizam o dinheiro para arcar com outras despesas. No entanto, 34% prefeririam, sinalizando principalmente acerca da facilidade do acesso. Essa é uma problemática que o Campus deverá enfrentar nos próximos anos, já que não dispõe de infraestrutura física necessária para fornecimento de refeições.

O estudo demonstrou que, para 77% dos estudantes, o recurso do PNAES está sendo bem utilizado, 19% acredita que poderia ser utilizado de outra maneira, entre elas, com a oferta de outras modalidades de benefício, com atendimento médico e psicológico, aquisições de equipamento para os cursos e a oferta de alimentação gratuita aos estudantes. Nesse aspecto, avaliamos que a Instituição necessita avançar para além da oferta de auxílios financeiros, observamos que existem demandas além das questões econômicas, que possivelmente venham a interferir no desempenho acadêmico e na permanência dos estudantes.

A maioria dos estudantes (58%) não tem proposta de mudanças para o Programa. Os demais estudantes (42%) sugeriram propostas tais como: aumento no valor do benefício, outras modalidades de benefício, cumprimento dos prazos para pagamento e aumento do período para recebimento, diminuição da burocracia, oferta de alimentação gratuita e necessidade de uma análise mais minuciosa dos inscritos.

Percebemos que, ao abrir espaço para os estudantes acrescentarem algo mais no questionário, algumas questões importantes surgiram, podendo ser o direcionamento para a

abertura de diálogo com esse público em busca de aprimoramento e melhoria das condições oferecidas pela Instituição, principalmente no que concerne à Assistência Estudantil.

Ao buscarmos investigar como os estudantes avaliam os impactos do Programa de Assistência Estudantil em sua vida acadêmica, pelos números alcançados neste estudo, podemos afirmar que existe uma avaliação positiva do papel da Assistência Estudantil na vida dos estudantes durante sua trajetória acadêmica e que o Programa viabiliza o êxito e a permanência.

Em síntese dos dados desta pesquisa, consideramos que este estudo inicial poderá servir como ponto de partida para outros olhares e intervenções diante da relevância da temática. Nos cabe aqui destacar alguns pontos e sugestões a fim de contribuir com as ações de assistência estudantil executadas no IF Goiano Campus Posse, ressaltando, antes de mais nada, o empenho e compromisso identificados no conjunto Direção-Geral e equipe da Unidade de Assistência ao Educando da Instituição em sempre buscar o melhor:

- Busca de aprimoramento na forma de acesso ao Programa, principalmente no que envolve a documentação necessária;
- Aumento do valor do benefício, bem como o quantitativo de vagas disponibilizadas;
- Aumento do período de recebimento do benefício, se possível, estender até a conclusão do curso;
- Oferta de outras modalidades de benefício, tais como: Auxílio Transporte, Moradia e Internet;
- Definição de data para os pagamentos dos Auxílios, se possível até o 5º dia útil do mês.
- Fornecimento de alimentação gratuita no Campus e manutenção da modalidade de benefício Auxílio Alimentação;
- Disponibilidade de serviço médico e psicológico aos estudantes.

Diante dos objetivos traçados em nossa pesquisa, foi possível alcançar os estudantes atendidos pelo PNAES. Obteve-se retorno significativo em suas respostas, podendo-se entender como as ações da Assistência Estudantil vem contribuindo para trajetória acadêmica e quais os percalços que o Programa precisa superar para que de fato possa contribuir ainda mais com a vida de cada estudante.

Ressaltamos que este trabalho nos evidenciou que estamos diante de sonhos de vida de jovens que buscam um futuro melhor e que, segundo a resposta de um estudante, *“O objetivo do programa é fazer com que o aluno não se preocupe muito com as questões financeiras, que é um dos problemas que faz o estudante a desistir do seu sonho de ser uma pessoa formada”*. Portanto, a Política de Assistência Estudantil pode ser a ferramenta essencial na luta diária para se alcançar este sonho.

Por fim, diante do que foi explicitado, salientamos a relevância deste estudo para o Campus Posse, sendo possível compreender elementos fundamentais, a partir da ótica dos estudantes, para aprimoramento das ações de assistência estudantil desenvolvidas pela Instituição. Esperamos que este trabalho contribua e desperte mais discussões que possam fortalecer a Política de Assistência Estudantil e seus desdobramentos na vida dos estudantes.

8 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A Assistência ao Estudante da Residência Universitária da UFPB**. 2009. 133f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7212?locale=pt_BR>. Acesso: 20 nov. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 1977. Disponível em: <<https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>>. Acesso: 20 nov. 2023.

BETZEK, S. B. F. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES na UTFPR Campus Medianeira**. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124477>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BONAMINO, A. et al. **Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 487-499, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GbzRVcsL7L6PVNx3mxtFdFkQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 19.850, de 11 de abril de 1931**. Cria o Conselho Nacional de Educação. Brasília, 1931. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-republicacao-139891-pe.html>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - LDB. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: 15 nov. 2023.

_____. **Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CAMPOS, F. R., BRITO DE SÁ, E. K. B., CARVALHO, C. R. R. **Desequilíbrios Regionais em Goiás: o caso da região de planejamento nordeste goiano**. *Revista Formação* (online),

v. 26, n. 47, p. 51 - 71 jan-abr/2019,. Disponível em:
<<https://doi.org/10.33081/formacao.v26i47.5618>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

COELHO, M. J. **A Política de Assistência Estudantil e a contrarreforma universitária: Estudo sobre o Programa de moradia universitária na Universidade Federal do Ceará.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em:
<<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7513>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CONCEIÇÃO, L. L. V. DA. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - campus Conceição do Araguaia-PA.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017. Disponível em:
<<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4587?mode=full>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

ELOI, Sueli de Souza Santos; SILVA, Fernanda Cristina da; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; BAËTA, Odemir Vieira. **O programa nacional de assistência estudantil –pnaes na universidade federal de viçosa (ufv): uma avaliação na percepção dos beneficiários.** Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, vol. 12, núm. 3, 2019, -, pp. 106-129. Disponível em:
<<https://www.redalyc.org/journal/3193/319360153006/319360153006.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 7., 2020, Brasília. **Anais.** Brasília: [s. n.], 2020. 16 p. Disponível em:
<<https://ebap.online/ebap/index.php/VII/viiebab/paper/viewFile/730/272>> Acesso em: 22 nov. 2022.

FERREIRA, E. M. G. **O recorte assistencial da Educação Agrícola com estratégias de permanência do estudante do Curso Integrado em Agropecuária no Instituto Federal do Ceará Campus Iguatu.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018. Disponível em:
<<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4699>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários. **V pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileira, 2018.** Uberlândia, 2019. Disponível em:
<<http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-asgraduandos-as-das-ifes-2018/>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

FREIRE, Paulo.; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em:
<<https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Freire,%20Paulo/Paulo%20Freire%20-%20PEDAGOGIA,%20DI%3%81LAGO%20E%20CONFLITO.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/posse/panorama>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIANO (IF GOIANO). **Manual da Assistência Estudantil – 4ª Ed.** Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/assistencia-estudantil-posse.html>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2019-2023**. Goiânia, 2018. Disponível em: <https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/42_-_PDI_2019-2023.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2023.

IF GOIANO CAMPUS POSSE (GO). **Edital nº 03/2023 - Assistência Estudantil**. Programas pertencentes à Política de Assistência Estudantil do IF Goiano. Assistência Estudantil, Posse, p. 9, 24 fev. 2023. Disponível em: <https://ifgoiano.edu.br/home/images/POSSE/Imagens/2023/2_fevereiro/Edital-03-2023.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade, São Paulo**, n. 029, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

JULIÃO, Cassiano Roberto Ferreira; PEREIRA, Luiz Ismael; FERREIRA, Marcos Aurélio Marques. **O Impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda**. Revista GUAL. v. 15, n. 1, p. 203-225, Florianópolis, janeiro-abril 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/84021/48468>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

LEITE, M. C. M. **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Roraima - Campus Boa Vista: Na concepção dos alunos beneficiários**. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4915>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LESSA, S. E. C.; SANTOS, T. P.; SOUZA, R. P. E. **Golpeando a política educacional: impactos no acesso e permanência nas universidades federais após o golpe de 2016**. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 22, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7918856.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, R. L. DE P. **Satisfação dos egressos dos cursos técnicos do IF Goiano - Campus Avançado Ipameri em relação ao mercado de trabalho.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/6310/2/2020%20-%20Rhennan%20Lazaro%20de%20Paulo%20Lima.Pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MARQUES, S. R.; FERREIRA, V. N. **As repercussões da crise do capital para a assistência estudantil nas universidades federais em tempos autocráticos do governo bolsonaro.** VII CONEDU - Conedu em Casa. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81541>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MELGAÇO, L. S.; CIASCA, M. I. F. L. **História da educação profissional no Brasil: do período colonial ao governo Michel Temer (1500-2018).** Educação Profissional e Tecnológica em Revista, Brasília, v. 5, n. 1, p. 73-101, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36524/profept.v5i1.677>. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/677>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 5ª ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998.

PARENTE, Andrea Pinto Graça. **Da Legislação à Prática: Uma análise do Programa Auxílio Permanência, da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília para os estudantes em vulnerabilidade social.** Brasília: UNB, 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14765>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PINTO, Giselle. **A Política de Assistência Estudantil da UFF em Duas Fases: A Institucionalidade dos Processos e as Perspectivas da Demanda Estudantil.** Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2015. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25843/25843.PDF>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PRADA, T.; SURDINE, M. C. da C. **A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** SER Social, [S. l.], v. 20, n. 43, p. 268–289, 2018. DOI: 10.26512/ser_social.v20i43.18860. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18860>. Acesso em: 21 nov. 2023.

PRONER, C.; CITTADINO, G.; TENENBAUM, M.; FILHO, W. R. (Orgs). **A resistência ao golpe de 2016.** Bauru: Canal 6, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181026010322/A_resistencia_ao_golpe.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SANTOS. A. E. D. Dos. **O Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal da Paraíba no Contexto de Intensificação do Ajuste Fiscal Brasileiro.** Dissertação

(Mestrado em Serviço Social). Campina Grande, UEPB, 2021. Disponível em: <<https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/4359/2/PDF%20-%20Ada%C3%ADres%20Eliane%20Dantas%20dos%20Santos.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2023.

SANTOS, C. C. B.; ABRANTES, P. P. M. de; ZONTA, R. **Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia.** Cadernos Cajuína, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/503>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SANTOS, C. P. C.; MARAFON, N. M. **A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social.** Textos & Contextos, v. 15, n. 2, p. 408- 422, ago./dez. 2016. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/22232>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, L. R. **A perspectiva do estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí quanto à importância e eficácia do Programa de Residência Estudantil para sua formação.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/6227>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, R. H. dos R., R. MACHADO,; R. N. da SILVA. **Golpe de 2016 e a educação no Brasil: Implicações nas políticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** *Revista Histedbr On-Line*, vol. 19, dezembro de 2019, p. e019058, doi:10.20396/rho.v19i0.8655755. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655755>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SOUZA, José Carlos Moreira. **A Educação Profissional Agrícola na Constituição Do Instituto Federal Goiano.** Tese (Doutorado em Educação), Goiânia, UFG, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3850/5/Tese%20-%20Jos%C3%A9%20Carlos%20Moreira%20de%20Souza%20-%202014.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

TOREZANI, S. R. **A percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2015. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2854>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no brasil.** Ensino Em-Revista, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

WEIZENMANN, Fabiane Barbosa de Almeida. **Análise dos recursos financeiros destinados à Assistência Estudantil: Estudo de caso do IFFAr, no período de 2014 a 2019.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações Públicas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2021. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/22455>> Acesso em: 16 jan. 2024.

9 APÊNDICE

Apêndice A

IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O ESTUDANTE DO IF GOIANO CAMPUS POSSE

Caro estudante,

Este questionário destina-se a levantar dados sobre a concepção dos estudantes atendidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil no ano de 2023, ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Posse e como os Auxílios Estudantis da referida política têm impactado na sua trajetória acadêmica. Posteriormente, as informações serão tabuladas e analisadas para subsidiar a propositura de sugestões que contribuam para a melhoria do desempenho do referido Programa. A presente pesquisa será desenvolvida como parte das exigências do curso de Mestrado em Educação Agrícola, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação da Profa. Dra Sílvia Maria Melo Gonçalves.

- Observação: Este Questionário é adaptado do Trabalho de Mestrado do pesquisador Sival Roque Torezani (2015), intitulado: A Percepção de Discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus Santa Teresa sobre a Assistência Estudantil.

Responda as perguntas abaixo sobre Assistência Estudantil. Sua identificação será mantida em sigilo.

1- Como você conheceu o Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES)?

2- O que você acha dos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), para você, qual é o objetivo do Programa?

3- Você acha difícil o acesso ao Auxílio Estudantil até o recebimento do dinheiro? Faça um comentário:

4- Você considera que o valor do benefício e o período serão suficientes para atender suas necessidades ao longo da realização do curso? Faça um comentário:

5- O valor do benefício atende suas necessidades e os prazos são respeitados? Comente:

6- Você acha que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) diminui a desigualdade social no ambiente escolar?

7- O benefício que você recebe contribui para que você tenha um desempenho acadêmico satisfatório?

Por quê?

8- O benefício que você recebe contribui para que você permaneça no curso?

Por quê?

9- Caso você considere o benefício insuficiente para sua permanência no curso e desempenho acadêmico satisfatório, o que você acha que poderia ser feito para que suas necessidades fossem atendidas?

10- Você acha que com o recebimento do Auxílio Estudantil melhorou seu desempenho acadêmico?

11- Se você não estivesse recebendo o Auxílio Estudantil, você teria saído do curso?

12- Você acha que as exigências de frequência, rendimento escolar e disciplina para continuar recebendo o Auxílio Estudantil te prejudicam?

13- Você preferiria que o Auxílio Alimentação fosse substituído pela oferta de alimentação gratuita?

Por quê?

14- Você acha que o recurso Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) poderia ser utilizado de outra forma, de que maneira, como você acha que deveria ser?

15- Você tem propostas de mudanças ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), quais são as mudanças que você faria?

16- Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

Apêndice B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS/MÃES/RESPONSÁVEIS POR MENORES DE IDADE – TCLE

“IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O ESTUDANTE DO IF GOIANO CAMPUS POSSE”

Responsável pela pesquisa: Forlan Marques Lemes de Castro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prezados pais/mães/responsáveis.

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que seu filho(a) está sendo convidado a participar. Antes de decidir se ele(a) poderá participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida autorizar sua participação, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. O responsável por este estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). A participação é voluntária, o que significa que poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com o pesquisador.

Meu nome é Forlan Marques Lemes de Castro, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é Educação. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato a cobrar no telefone: (62) 9 9221-4736 ou via e-mail <forlan.castro@ifgoiano.edu.br> Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** do participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no telefone: (21) 2682-1090/1080 e também com o Comitê de Ética do Instituto Federal Goiano nos seguintes contatos: telefone (62) 9 9226 3661 / e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

Esta pesquisa tem como objetivo: Investigar como os discentes avaliam os impactos do Programa de Assistência Estudantil em sua vida acadêmica.

Se autorizar a participação de seu(sua) filho(a), a colaboração dele consistirá no preenchimento de um questionário, sem identificação do participante; e permitir que o pesquisador Forlan Marques Lemes de Castro faça uso dos dados para a realização da pesquisa de mestrado intitulada “IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O ESTUDANTE DO IF GOIANO CAMPUS POSSE”. Todas as informações que seu filho(a) fornecer ficarão sob a guarda do pesquisador em um local seguro.

A participação na pesquisa tem riscos mínimos e envolvem aspectos como: incômodo, cansaço, dúvidas com as perguntas elaboradas, mas, não são riscos perigosos à vida, apenas riscos que poderão causar algum tipo de constrangimento. Para minimizar os riscos, seu filho terá assistência integral e imediata durante todo o período da pesquisa e toda a execução do projeto.

Os benefícios provenientes da participação do seu filho, possibilitará fazerem uma autorreflexão sobre sua participação no projeto e todo itinerário formativo construído ao longo dele, além de auxiliar os pesquisadores de forma eficaz para alcançar conclusões do projeto.

Por isso, sinta-se à vontade em recusar a responder questionamentos que lhe causem constrangimento durante o preenchimento.

Todas as informações obtidas serão sigilosas, este material será mantido em sigilo e as suas informações não serão identificadas e ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do pesquisador com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após 5(cinco) anos após a conclusão da pesquisa.

Os resultados deste trabalho serão apresentados e publicados em encontros ou revistas científicas, entretanto, será garantido o sigilo assegurando a privacidade e o anonimato dos/as participante/s. Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais, não terá qualquer

despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela participação. Mas caso venha ter alguma despesa eventual é garantido o direito ao ressarcimento da despesa diretamente decorrente da participação na pesquisa via depósito em conta corrente mediante a apresentação do respectivo comprovante da despesa.

Caso você participante venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, têm direito a assistência pelo responsável da pesquisa antes, durante e após a realização do estudos, bem como buscar orientações no Código Civil, Lei 10.406 de 2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 9, Inciso V.

Em nenhum momento seu filho ou sua filha será identificado(a). Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Seu(sua) filho(a) não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Seu(sua) filho(a) é livre para parar de participar a qualquer momento sem nenhum prejuízo.

Uma cópia do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE ficará com o senhor(a).

Seu(sua) filho(a) não será expostos(as) a riscos físicos, biológicos, psicológicos e quaisquer outros por participar dessa pesquisa. Garantiremos um local adequado e sigilo para a realização da pesquisa, minimizando assim os possíveis desconfortos que possam aparecer durante a realização da pesquisa. Mesmo com a garantia de riscos remotos, se esse(s) vir (em) a acontecer garantia de indenização pelos danos causados aos alunos.

O presente TCLE e o TALE assinado por seu filho(a), assim como os dados obtidos pela pesquisa serão arquivados por 5 anos, sob a guarda do pesquisador responsável. Passados os 5 (cinco) anos todo material da pesquisa será incinerado pelos responsáveis pela pesquisa.

Eu _____
_____ () pai ou mãe () responsável legal pelo jovem,
_____ o autorizo a participar da
pesquisa.

Posse, _____ de _____ de 2023

Assinatura do Responsável

Assinatura do(a) participante

Forlan Marques Lemes de Castro
Pesquisador

Apêndice C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

“IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O ESTUDANTE DO IF GOIANO CAMPUS POSSE”

Responsável pela pesquisa: Forlan Marques Lemes de Castro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. O responsável por este estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com o pesquisador.

Meu nome é Forlan Marques Lemes de Castro, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é Educação. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato a cobrar no telefone: (62) 9 9221-4736 ou via e-mail <forlan.castro@ifgoiano.edu.br> Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no telefone: (21) 2682-1090/1080 e também com o Comitê de Ética do Instituto Federal Goiano nos seguintes contatos: telefone (62) 9 9226 3661 / e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

Esta pesquisa tem como objetivo: Investigar como os discentes avaliam os impactos do Programa de Assistência Estudantil em sua vida acadêmica.

A participação na pesquisa tem riscos mínimos e envolvem aspectos como: incômodo, cansaço, dúvidas com as perguntas elaboradas, mas, não são riscos perigosos à vida, apenas riscos que poderão causar algum tipo de constrangimento. Para minimizar os riscos, você terá assistência integral e imediata durante todo o período da pesquisa e toda a execução do projeto.

Os benefícios provenientes de sua participação, possibilitará fazerem uma autorreflexão sobre sua participação no projeto e todo itinerário formativo construído ao longo dele, além de auxiliar os pesquisadores de forma eficaz para alcançar conclusões do projeto.

Por isso, sinta-se à vontade em recusar a responder questionamentos que lhe causem constrangimento durante o preenchimento.

Todas as informações obtidas serão sigilosas, este material será mantido em sigilo e as suas informações não serão identificadas e ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do pesquisador com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após 5 (cinco) anos após a conclusão da pesquisa.

Os resultados deste trabalho serão apresentados e publicados em encontros ou revistas científicas, entretanto, será garantido o sigilo assegurando a privacidade e o anonimato dos/as participante/s.

Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais, não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Mas caso venha ter alguma despesa eventual é garantido o direito ao ressarcimento da despesa diretamente decorrente de sua participação na pesquisa via depósito em conta corrente mediante a apresentação do respectivo comprovante da despesa.

Caso você participante venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, têm direito a assistência pelo responsável da pesquisa antes, durante e após a realização do estudos, bem como buscar orientações no Código Civil, Lei 10.406 de 2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 9, Inciso V.

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DA
PESQUISA**

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo: “IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O ESTUDANTE DO IF GOIANO CAMPUS POSSE”, como participante fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador Forlan Marques Lemes de Castro sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Posse, _____ de _____ de 2023

Assinatura do(a) Participante

Forlan Marques Lemes de Castro
Pesquisador

Apêndice D

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES DE IDADE – TALE

“IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O ESTUDANTE DO IF GOIANO CAMPUS POSSE”

Responsável pela pesquisa: Forlan Marques Lemes de Castro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido. O responsável por este estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com o pesquisador.

Meu nome é Forlan Marques Lemes de Castro, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é Educação. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato a cobrar no telefone: (62) 9 9221-4736 ou via e-mail <forlan.castro@ifgoiano.edu.br> Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no telefone: (21) 2682-1090/1080 e também com o Comitê de Ética do Instituto Federal Goiano nos seguintes contatos: telefone (62) 9 9226 3661 / e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

Esta pesquisa tem como objetivo: Investigar como os discentes avaliam os impactos do Programa de Assistência Estudantil em sua vida acadêmica.

A participação na pesquisa tem riscos mínimos e envolvem aspectos como: incômodo, cansaço, dúvidas com as perguntas elaboradas, mas, não são riscos perigosos à vida, apenas riscos que poderão causar algum tipo de constrangimento. Para minimizar os riscos, você terá assistência integral e imediata durante todo o período da pesquisa e toda a execução do projeto.

Os benefícios provenientes de sua participação, possibilitará fazerem uma autorreflexão sobre sua participação no projeto e todo itinerário formativo construído ao longo dele, além de auxiliar os pesquisadores de forma eficaz para alcançar conclusões do projeto.

Por isso, sinta-se à vontade em recusar a responder questionamentos que lhe causem constrangimento durante o preenchimento.

Todas as informações obtidas serão sigilosas, este material será mantido em sigilo e as suas informações não serão identificadas e ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do pesquisador com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após 5 (cinco) anos após a conclusão da pesquisa.

Os resultados deste trabalho serão apresentados e publicados em encontros ou revistas científicas, entretanto, será garantido o sigilo assegurando a privacidade e o anonimato dos/as participante/s.

Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais, não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Mas caso venha ter alguma despesa eventual é garantido o direito ao ressarcimento da despesa diretamente decorrente de sua participação na pesquisa via depósito em conta corrente mediante a apresentação do respectivo comprovante da despesa.

Caso você participante venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, têm direito a assistência pelo responsável da pesquisa antes, durante e após a realização do estudos, bem como buscar orientações no Código Civil, Lei 10.406 de 2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 9, Inciso V.

**ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DA
PESQUISA**

Eu, _____
_____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo: “IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O ESTUDANTE DO IF GOIANO CAMPUS POSSE”, como participante fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador Forlan Marques Lemes de Castro sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu assentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Posse, _____ de _____ de 2023

Assinatura do(a) participante

Assinatura do Responsável

Forlan Marques Lemes de Castro
Pesquisador

10 ANEXOS

Anexo I – Termo de anuência da Instituição

TERMO DE ANUÊNCIA DA DIREÇÃO GERAL DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO CAMPUS POSSE

A Direção Geral do IF Goiano Campus Posse está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O ESTUDANTE DO IF GOIANO CAMPUS POSSE”, desenvolvido pelo pesquisador *Forlan Marques Lemes de Castro*, sob orientação da Professora Dra. Sílvia Maria Melo Gonçalves na **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)**.

A Direção Geral do IF Goiano Campus Posse autoriza o desenvolvimento da pesquisa na Instituição requisitada e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização de acesso aos dados dos Questionários Socioeconômico da Unidade de Assistência ao Educando dos discentes contemplados pelos Auxílios em 2023 e também a aplicação de Questionário de Pesquisa aos participantes, que poderá ocorrer durante os meses de fevereiro até dezembro de 2023.

Declaro ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do pesquisador responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Posse-GO, 08 de novembro de 2022.

(assinatura eletrônica)

Frederico do Carmo Leite

Diretor Geral

Portaria. N° 105 de 14.01.2020 DOU 20.01.2020

Documento assinado eletronicamente por:

- **Frederico do Carmo Leite**, DIRETOR GERAL - CD0002 - CMPPPOS, em 08/11/2022 07:52:47.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/11/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 441530

Código de Autenticação: 2fe8ea0436



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Posse

GO - 453 km 2,5, Fazenda Vereda do Canto - Distrito Agroindustrial, None, None, POSSE / GO, CEP 73900-000

(62) 3481-4677

Anexo II – Parecer de comitê de ética da UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O ESTUDANTE DO IF GOIANO CAMPUS POSSE

Pesquisador: FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 71110623.9.0000.0311

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.328.461

Apresentação do Projeto:

O(A) pesquisador(a) relata que a pesquisa trará como discussão a relevância do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no IF Goiano Campus Posse, tendo como objetivo geral investigar como os discentes atendidos pelo PNAES avaliam os impactos em sua vida acadêmica.

Metodologia de análise: A partir dos dados alcançados, será realizada descrição das informações, com utilização de gráficos, para realização de uma análise dos elementos

que influenciaram no desempenho acadêmico e no nível de satisfação a partir da avaliação realizada pelos discentes sobre PNAES. As respostas obtidas a partir da aplicação dos questionários serão categorizadas de acordo com a análise de conteúdo de Bardin, pois a classificação de elementos em categorias, fornece a investigação o que cada um tem com os outros, nesse sentido, segundo Bardin (1977, p. 119) “A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos”, portanto, viabilizando o processo de conhecimento dos dados alcançados para a análise.

Desfecho primário: Entendemos que a partir deste estudo os impactos a longo prazo poderão ser bastante significativos para a população da Região do Nordeste Goiano que vier a ingressar no Campus Posse do IF Goiano, pois as informações obtidas contribuirão em decisões a serem tomadas, viabilizando o aperfeiçoamento das ações do PNAES ao público em questão, melhorando as condições para permanência, o êxito e bem estar para realização de seus cursos na instituição.

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar

Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000

UF: RJ **Município:** SEROPEDICA

Telefone: (21)2681-4749

E-mail: eticacep@ufrj.br

Continuação do Parecer: 6.328.461

Critério de Inclusão: Estudantes atendidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil(PNAES) no Campus Posse do IF Goiano no ano de 2023.

Critério de Exclusão: Estudantes que não foram atendidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil(PNAES) no Campus Posse do IF Goiano no ano de 2023.

assim como, aqueles estudantes atendidos pelo PNAES que não aceitarão participar da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

O(A) proponente descreve como objetivos: investigar como os discentes avaliam os impactos do Programa de Assistência Estudantil em sua vida acadêmica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O proponente descreve:

Riscos: A participação na pesquisa tem riscos mínimos e envolvem aspectos como: incômodo, cansaço, dúvidas com as perguntas elaboradas, mas, não são riscos perigosos à vida, apenas riscos que poderão causar algum tipo de constrangimento. Para minimizar os riscos, o participante terá assistência integral e imediata durante todo o período da pesquisa e toda a execução do projeto.

Benefícios: Os benefícios provenientes da participação na pesquisa, possibilitará fazerem uma autorreflexão sobre o projeto e todo itinerário formativo construído ao longo dele, além de auxiliar os pesquisadores de forma eficaz para alcançar conclusões do projeto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto coletará dados de 90 estudantes atendidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil(PNAES) no Campus Posse do IF Goiano no ano de 2023.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos apresentados no protocolo de pesquisa pelo proponente não possuem pendência, segundo as normas vigentes.

Recomendações:

Recomenda-se que o pesquisador acompanhe a tramitação do projeto de pesquisa na Plataforma

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000
UF: RJ **Município:** SEROPEDICA
Telefone: (21)2681-4749 **E-mail:** eticacep@ufrj.br

Continuação do Parecer: 6.328.461

Brasil com regularidade, atentando-se às diferentes fases do processo e seus prazos:

a) quando da aprovação, o pesquisador deverá submeter relatórios parciais a cada semestre.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

SEM PENDENCIA/INADEQUAÇÃO.

A adequação à RESOLUÇÃO Nº 510 de 24 de maio de 2016 foi plenamente atendida pelo pesquisador.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2124628.pdf	31/08/2023 13:18:14		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Forlan_assinado.pdf	31/08/2023 13:17:37	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_Atiz.pdf	07/08/2023 14:10:45	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia.pdf	07/08/2023 14:10:35	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_termo_consentimento_livre_esclarecido.pdf	07/08/2023 14:10:05	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_termo_consentimento_livre_esclarecido_menores.pdf	07/08/2023 14:09:42	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pais_e_responsaveis.pdf	07/08/2023 14:09:05	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Forlan_CEP_final_Atiz_docx.pdf	07/08/2023 14:04:52	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000
UF: RJ **Município:** SEROPEDICA
Telefone: (21)2681-4749 **E-mail:** eticacep@ufrj.br

UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)



Continuação do Parecer: 6.328.461

Outros	Carta_de_apresentacao_Pesquisador.PDF	18/05/2023 18:09:30	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Outros	Declaracao_de_compromisso.PDF	18/05/2023 18:03:39	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Outros	Declaracao_Qualificacao.pdf	18/05/2023 18:02:41	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Outros	Questionario_da_Pesquisa_.pdf	18/05/2023 18:00:44	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

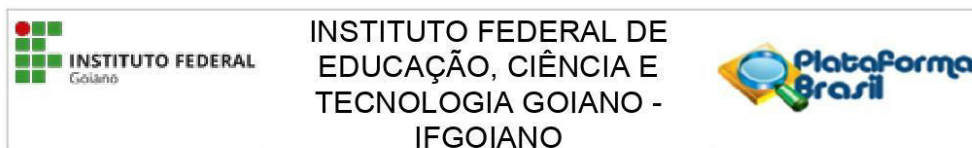
Não

SEROPEDICA, 27 de Setembro de 2023

Assinado por:
Valeria Nascimento Lebeis Pires
(Coordenador(a))

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000
UF: RJ **Município:** SEROPEDICA
Telefone: (21)2681-4749 **E-mail:** eticacep@ufrj.br

Anexo III – Parecer do comitê de ética IFGoiano



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O ESTUDANTE DO IF GOIANO CAMPUS POSSE

Pesquisador: FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 71110623.9.3001.0036

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.499.065

Apresentação do Projeto:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

Objetivo da Pesquisa:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

1 - Tema e Objeto da Pesquisa:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

2 - Relevância Social:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 **Fax:** (62)3605-3661 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 6.499.065

3- Metodologia, incluindo local, população e amostra, métodos de coleta:
Sem alterações em relação ao parecer anterior.

4- Avaliação do processo de obtenção do TCLE:

Relata-se: Processo de obtenção do TCLE: Será procurado individualmente cada participante e esclarecido sobre pesquisa, como os objetivos metodologia e a relevância do estudo, após essa apresentação, caso os participantes sintam interesse em participar da pesquisa, de forma voluntária, assinarão duas vias TCLE, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do pesquisador e à segunda ficará sob a responsabilidade do participante para quaisquer fins. No caso de menores de idade será enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE para pais e/ou responsável legal, que deverá autorizar a participação assinando o documento, caso contrário não haverá possibilidade de participação.

Parecer: Atende à legislação.

5- Garantias Éticas aos Participantes da Pesquisa:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

6- Critérios de Inclusão e Exclusão:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

7- Critérios de Encerramento ou Suspensão da Pesquisa:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

8- Resultados do Estudo:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 **Fax:** (62)3605-3661 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 6.499.065

9- Divulgação dos Resultados:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

10- Cronograma:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

11- Orçamento:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

12- Compatibilidade entre currículos dos pesquisadores e a pesquisa:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1- Folha de rosto:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

2- TALE e TCLE:

TALE

Parecer: Atende à legislação.

TCLE para pais ou responsáveis

Parecer: Atende à legislação.

TCLE dos participantes

Parecer: Atende à legislação.

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 Fax: (62)3605-3661 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 6.499.065

3- Termo de Compromisso:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

4- Termos de Anuência das Instituições Coparticipantes:

Sem alterações em relação ao parecer anterior.

5- O projeto detalhado:

Parecer: Atende à legislação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O CEP IF Goiano aprova seu protocolo de pesquisa. Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira o relatório final na plataforma. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2221539.pdf	23/10/2023 16:35:50		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Pais_e_Responsaveis_modificado.pdf	23/10/2023 16:05:56	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_termo_consentimento_livre_esclarecido_modificado.pdf	23/10/2023 16:04:58	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TALE_termo_consentimento_livre_esclarecido_Menores_modificado.pdf	23/10/2023 16:03:03	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 **Fax:** (62)3605-3661 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 6.499.065

Ausência	TALE_termo_consentimento_livre_esclarecido_Menores_modificado.pdf	23/10/2023 16:03:03	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Outros	Resposta_as_pendencia_CEP.pdf	23/10/2023 12:07:12	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Forlan_IF.pdf	23/10/2023 11:30:42	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Outros	Curriculos_Lattes_Forlan_Marques_.pdf	05/10/2023 14:55:16	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Outros	TERMO_COMPROMISSO_.pdf	05/10/2023 14:53:09	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia.pdf	07/08/2023 14:10:35	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_termo_consentimento_livre_esclarecido.pdf	07/08/2023 14:10:05	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_termo_consentimento_livre_esclarecido_menores.pdf	07/08/2023 14:09:42	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pais_e_responsaveis.pdf	07/08/2023 14:09:05	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Forlan_CEP_final_Atz_docx.pdf	07/08/2023 14:04:52	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Outros	Carta_de_apresentacao_Pesquisador.PDF	18/05/2023 18:09:30	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Outros	Declaracao_de_compromisso.PDF	18/05/2023 18:03:39	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Outros	Declaracao_Qualificacao.pdf	18/05/2023 18:02:41	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito
Outros	Questionario_da_Pesquisa_.pdf	18/05/2023 18:00:44	FORLAN MARQUES LEMES DE CASTRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 **Fax:** (62)3605-3661 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

Continua o do Parecer: 6.499.065

GOIANIA, 09 de Novembro de 2023

Assinado por:
Paula Medeiros Costa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 88, n�280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 Fax: (62)3605-3661 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Página 06 de 06

Anexo IV - Questionário Socioeconômico da UAE - Campus Posse

**QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - UNIDADE DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO
CAMPUS POSSE IF GOIANO**

SOLICITO: () Auxílio Permanência () Auxílio Alimentação

I - IDENTIFICAÇÃO DO(A) DISCENTE

Nome: _____
Curso: _____ Turno _____
Nº de Matrícula _____ Sexo: () Mas. () Fem.
Data de Nascimento ____/____/____ Idade: _____
RG: _____ O. Expedidor: _____ CPF: _____
Endereço: _____ Nº _____
Qd _____ Lote _____ Setor: _____
Município: _____ CEP _____
Ponto de referência: _____
Telefone residencial: () _____ Celular: () _____
E-mail: _____

Onde você estudou os últimos anos

- () Todo em Escola Pública.
- () Todo em Escola Particular sem bolsa.
- () Todo em Escola Particular com bolsa.
- () Parcialmente em Escola Particular com bolsa.
- () Parcialmente em Escola Particular sem bolsa.

Nome da última escola _____

Qual o último ano que frequentou a escola?

- () Menos de 1 ano
- () De 1 a 5 anos
- () De 6 a 10 anos
- () Mais de 10 anos

Estado civil

- () Solteiro(a)
- () Casado(a)/ Companheiro(a)
- () Separado(a)/ Divorciado(a)
- () Viúvo(a)
- () Outro Qual? _____

II - CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO DO(A) DISCENTE

Como você mora:

- () Sozinho(a) Quanto tempo? _____
- () Com os pais
- () Com a mãe
- () Com o pai
- () Com o cônjuge/companheiro(a)
- () Com os filhos
- () Casa de amigos Quanto tempo? _____
- () Casa de parentes Quanto tempo? _____ Parentesco? _____
- Nome: _____ Telefone: () _____
- () República Quanto tempo? _____
- () Outros _____

Sua moradia atual é:

- Própria
- Financiada Valor mensal R\$ _____
- Alugada Valor total do aluguel R\$ _____ Divide com alguém? _____ Com que? _____ Valor que cada pessoa paga _____
- Cedida Por quem? _____
- Outro Qual? _____

Possui no seu Setor:

- Asfalto Saneamento básico Área de Lazer Hospital ou Unidade Básica de Saúde (UBS) Escola Transporte público Ronda Policial Comércio.

Situação do abastecimento de Água:

- Rede de Saneamento Básico
- Poço Artesiano
- Cisterna
- Represa
- Outro qual? _____

Meio de locomoção mais utilizado:

- Carro
- Moto
- Ônibus
- Bicicleta
- Outro qual? _____

Distância da residência até o Campus é _____ Km

III - SITUAÇÃO FINANCEIRA DO(A) DISCENTE

Em relação ao orçamento familiar, qual sua situação atual?

- Dependente financeiramente dos pais.
- Depende financeiramente da mãe.
- Depende financeiramente do pai.
- Depende financeiramente do padrasto/madrasta
- Depende financeiramente do cônjuge/companheiro(a)
- Dependente financeiramente de outros parentes Quem? _____
- Independente financeiramente.
- Independente financeiramente e responsável **por parte** das despesas domésticas.
- Independente financeiramente e responsável **por todas** as despesas domésticas.

Alguém na família te apoia financeiramente para se manter estudando? Sim Não

Se **SIM**, quem? _____. Qual o valor mensal? R\$ _____

OBS: Apresentar anexo IV (Declaração de apoio Financeiro)

Você paga Pensão? Sim Não. Se sim qual o valor mensal? R\$ _____

Em relação ao trabalho e renda, qual situação da sua família;

Você trabalha: Sim Não. Quantas pessoas da sua residência trabalham? _____

Quais são os tipos de vínculos empregatícios? Carteira Assinada Estatutário _____

Contrato Sem Carteira Assinada Autônomo/Profissional liberal.

Tem algum membro maior de 18 anos na família desempregado?

Sim Não Se **SIM**, quantos? _____. Por quanto tempo? _____ meses

Com relação a sua renda, você é:

Aposentado(a) ou afastado(a) por doença. Cargo que exercia _____ Valor da Aposentadoria/ Benefício do INSS R\$ _____

Pensionista. Valor da Pensão: R\$ _____

Qual é a Pensão? _____

Bolsista: CNPQ PIBIC Permanência Monitoria Outra; Qual? _____

Quanto recebe? R\$ _____

() Participa de algum Programa Social Municipal, Estadual ou Federal (Ex. Bolsa Família)? ()
 Sim () Não.
 Se **SIM**, qual: _____

IV - SITUAÇÃO FAMILIAR

Seus pais são: () Casados () Separados () Pai falecido () Mãe falecida
 () Pais desconhecidos

Se SEPARADOS:

Seu pai paga Pensão () Sim () Não Valor R\$ _____. Se **NÃO**, porque?

Sua mãe paga Pensão () Sim () Não Valor R\$ _____. Se **NÃO**, porque?

Seu pai ou mãe tem companheira(o)? () Sim () Não

Se SIM dados da madrasta / padrasto:

Nome _____ Celular () _____

Escolaridade _____ Idade _____

Profissão _____ Atividade que exerce _____

Renda R\$ _____ Tipo de vínculo? () Carteira Assinada () Estatutário () Contrato () Sem Carteira Assinada () Autônomo/Profissional liberal

() Desempregado(a) () Faz Bicos? Quais? _____

Renda mensal R\$ _____

() Aposentado(a) Renda R\$ _____

Identificação do Responsável

Nome _____ Celular () _____

Escolaridade _____ Idade _____

Profissão _____ Atividade que exerce _____

Renda R\$ _____ Tipo de vínculo? () Carteira Assinada () Estatutário () Contrato () Sem Carteira Assinada () Autônomo/Profissional liberal. Local de Trabalho _____

() Desempregado(a) () Faz Bicos? Quais? _____

Renda mensal R\$ _____

() Aposentado(a) Com o valor de R\$ _____

V - COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Relacionar todas as pessoas que residem no mesmo ambiente.

Nome (somente o 1º nome)	Idade	Profissão/ Trabalho	Renda Mensal	Escolaridade	Grau de parentesco

Tem alguém no ambiente familiar portador de necessidades especiais ou doença Crônica? () Sim () Não Nome: _____ ; Qual? _____

Você tem irmão(ã) que estão fazendo Curso Superior? () Sim () Não.

Se **SIM**, qual curso _____ ; Qual Instituição? _____

Despesas Fixas mensais*:

Moradia R\$ _____ Energia R\$ _____ Água R\$ _____
 Alimentação R\$ _____ Medicamentos R\$ _____
 Plano de Saúde R\$ _____ Educação R\$ _____
 Transporte R\$ _____ Outros R\$ _____ Qual? _____

* Apresentar comprovantes equivalentes aos valores colocados.

Para tratamento de saúde você procura:

- () Sistema Único de Saúde (SUS)
 () Plano de Saúde. Qual? _____
 () Tratamento particular, sem Plano de Saúde.

Você ou alguém do ambiente familiar possuem veículos? (carro, motocicleta, caminhão, camionete). () SIM () NÃO

Se SIM:

Proprietário	Grau de parentesco	Marca/modelo	Ano/veículo	Finalidade		
				Passeio	Táxi	Frete

Você ou alguém do ambiente familiar possuem propriedade rural? () Sim () Não

Se SIM:

Proprietário	Grau de parentesco	Área (nº ha)	Cidade /Estado

Há quanto tempo possui a propriedade? _____

Qual a principal atividade da propriedade? _____

Você ou alguém do ambiente familiar possuem algum estabelecimento Comercial ou Imóvel?

Comércio () ou Imóvel ().

Se SIM:

Proprietário	Grau de parentesco	Nome do comércio	Cidade /Estado

Endereço completo do bem: _____

Há quanto tempo possui: _____

No seu ambiente familiar possui: (Marque com X quantidade)

Bens/Serviços	Não Tem	1	2	3	4
Sala					
Cozinha					
Quarto					
Banheiro					
TV					
TV por assinatura					
Telefone Fixo					
Aparelho de Som					
Notebook					
Computador					
Aparelho de DVD					
Aparelho Celular					
Micro-Ondas					

Freezer					
Tanquinho					
Máquina de lavar roupa					
Geladeira					
Internet					
Aparelho de Ar Condicionado					
Automóvel					
Motocicleta					
Empregada					
Diarista					
Quantidade de refeições diárias					

Justifique brevemente e claramente o motivo de sua solicitação:

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

- **Declaração** de matrícula;
- **Cópia** do RG e CPF;
- **Cópia** do RG e CPF ou Certidão de Nascimento de todos os membros da família;
- **Cópia** do último histórico escolar do estudante;
- **Cópia** do comprovante de endereço, o mais atual (água, luz, telefone, etc);
- **Cópia** do comprovante de renda, o mais atual (Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Contracheque/folha de pagamento, recibos de benefícios, Imposto de Renda) do discente e familiares maiores de 18 anos. Sendo **Profissional** liberal/autônomo, poderá comprovar via Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (DECORE) ou por declaração de próprio punho (anexo V), desempregado declarar via Anexo III;
- **Cópia** do comprovante de pagamento de aluguel (recibo) ou contrato, caso resida em imóvel locado, - **Cópia** da prestação da casa, caso resida em imóvel financiado;
- **Comprovante** de despesas fixas atualizadas (supermercado, farmácia, etc);
- **Cópia** dos comprovantes de recebimento de **Pensão** (Alimentícia ou Previdenciária) e/ou outros benefícios (inclusive benefícios sociais), caso receba;
- **Cópia** do comprovante de tratamentos de saúde do candidato ou de membros da família, se houver; - **Cópia** da parte superior do extrato bancário, **sendo o discente titular da conta** (parte superior do extrato consta, nome do titular, conta e agência);
- **Questionário Socioeconômico** (Anexo I) devidamente preenchido e assinado.
- **Ambiente Familiar** = todas as pessoas que moram na mesma residência.

Declaro que as informações são completas e verdadeiras e estão sujeitas às sanções do Decreto Lei 2848/40, Artigo 299, **Código Penal**.

Cidade e data _____, _____ / _____ / 202__.

Assinatura do(a) discente

Assinatura do(a) Responsável Legal
(Esse local só será assinado caso o discente seja menor de 18 anos)